DOMINGOS M. DA SILVA

ENTRE HOMEM E CAVADO

I

AMARES
E
TERRAS DE BOURO

MONOGRAFIA DO CONCELHO DE AMARES

DOMINGOS M. DA SILVA

MONOGRAFIA DO CONCELHO DE AMARES

Frácisco de Sà de Miráda.
registo n.º 19133
data 25.10.2016
cota F.I.R./ADV
908(409.112) SIL Amares

AMARES
— 1958 —

= Composto e impresso nas oficinas gráficas de «A Modelar» — Amares =

Para glorificação das virtudes de muitos heróis ignorados, e à sua memória.

Por honra e merecimento do lavrador incansável, quem mais digna e nobremente sempre cumpriu o imperativo da lei divina e humana.

O autor

LIÇÃO DA HISTÓRIA

PREFÁCIO

QUANDO surge alguém que se decide a rebuscar os verdadeiros fundamentos da civilização de um povo, a descobrir seus pergaminhos e dá-los a conhecer aos contemporâneos, apontando-lhes a lição da história como exemplo a seguir, parece que uma onda de civismo se levanta e a renovação dos valores do espírito se opera ao erguer do olvido coisas e personagens que a acção inexorável do tempo havia sepultado sob a gélida pedra tumular do esquecimento.

Numa altura em que tudo parecia estar adormecido e inerte, redondamente morto e bem enterrado nas cinzas dos séculos, o investigador dá a voz de comando; com pulso firme empunha a pena como empunharia outrora a espada e, abrindo caminho em defesa de valores eternos, exaltando os bons costumes e tudo o que de construtivo nos legaram os nossos maiores em contínuas gerações, rasga o véu do esquecimento; levanta novamente essa pedra tumular, gélida e avara das coisas do passado para dar seguimento à vida que renasce das cinzas como em dia de ressurreição, a difundir luz e, consequentemente, a derramar bênçãos para uns e espalhar maldição para outros, cujos actos, o juizo da história não poderá absolver.

O investigador, tanto pode vibrar de entusiasmo ao deparar com obras de arte e com documentos que o tempo e os homens pouparam à ruina, como pode estremecer de indignação ao ver mutilada a arte e a história por autênticos vandalismos praticados pela inconsciência moral ou artística, e, com frequência, por pessoas que tinham obrigação de defender o património histórico-artístico que lhes foi legado por nossos antepassados.

Tudo regista a pena do historiador, mas não exprime, quantas vezes, toda a indignação que lhe vai na alma ao ver desbaratados tesouros irremediàvelmente perdidos que, mais não testemunham, senão completa maldade, ao menos supina ignorância e absoluta ausência de espírito de conservação.

Para muita coisa chegou-se tarde demais; mas, mesmo assim, valeu a pena arejar a casa para que, ao entrar a luz, se dissipassem as trevas.

* * *

Esta romagem de penitência empreendida pelo Digno Autor das Monografias, a cada uma das freguesias de Entre-Homem e Cávado (Amares e Terras de Bouro), ganhar-lhe-á o Céu, por certo, e redimirá também, com o seu sacrifício, o que ainda pôde encontrar dos salvados de um incêndio que oxalá deixe de atear suas chamas devastadoras e ao menos se evite que, após o rescaldo, lavre a rapina.

Efectivamente, o Prof. Domingos M. da Silva foi sobretudo um exemplar conselheiro por onde passou; tornou-se autêntico mensageiro da arte.

Não registava apenas os factos; fazia cientes os detentores dos valores que encontrou, de quanto valiam, para que zelassem pela sua conservação. Muito, porém, corre perigo de resvalar para sempre nos declivosos precipícios da ignorância e da negligência, se não forem tomadas medidas tendentes a proteger muitas coisas que só teriam lugar seguro em um museu.

A Monografia não serviu menos para inventariar também certo número de objectos de arte e documentos que, reunidos, constituiriam, embora modesto, precioso fundo para um museu, ou, possìvelmente, para uma biblioteca-museu, como bem se pensa fazer por acertada sugestão do referido Autor. Uma vez que nesta sequência lógica da Monografia se pense a sério, ninguém deverá regatear o seu concurso e as suas dávidas para obra tão meritória, que bem poderá servir de índice da cultura de um povo e de glória para uma geração. Quantas vezes su-

cede que, ao extinguir-se uma vida inteiramente dedicada ao estudo e à arte, também com ela morre uma biblioteca ou um pequeno museu, por falta de continuadores, e, como corpo morto que também passa a ser, desfaz-se a embrulhar sabão ou por preço irrisório em mãos de alfarrabistas e antiquários gananciosos, quase sem proveito material para os herdeiros. Um património destes, posto generosamente ao serviço público terá a dupla vantagem de continuar a servir ao doador e de levar a cultura aos que dela necessitem ou a saibam apreciar, ainda com a vantagem de ficar, quem tenha tal gesto de generosidade, com o nome ligado à instituição beneficiada.

É um dos frutos que se espera vingará desta frondosa árvore de renovação cultural e artística, que é a Monografia, plantada carinhosamente neste privilegiado rincão de Entre-Homem e Cávado.

* * *

Mas não cessa aqui o mérito da Monografia; ela estende as suas raízes mais fundo para trazer à superfície a seiva vivificante da verdade histórica; repõe em seu devido lugar o valor de cada coisa, mostra as grandezas e as misérias em desapaixonada apreciação, desfaz erros, dá-nos a conhecer com objectividade o mérito dos nossos monumentos e a influência que tiveram seus titulares na fundação e consolidação da nacionalidade, com nítida projecção em toda a cavalgada gloriosa da reconquista em terras de Entre-Minho e Douro, depois nas de Entre-Douro e Tejo, prosseguindo sempre na direcção do Sul, até lançar ao mar a moirama infiel, enquanto que a Portela do Homem era trancada pelos habitantes da montanha, com o auxílio desse famoso baluarte de madeira — O Castelo de Bouro.

Este típico precursor dos monumentos da região de Entre-Homem e Cávado «consumiu-se em campa rasa», segundo a feliz expressão do Autor; mas que se não deixe perecer, por

incúria, essa esplêndida linha de monumentos que sucessivas gerações nos legaram por herança; o confrangedor estado em que quase todos se encontram, assim o denota — e é um crime!

Que interessou ter sido catalogado como monumento nacional o Pelourinho de Amares?! Até parece, que por isso mesmo, tiveram o prazer de o destruir e aplicar em lageamento de passeios e a guarnecer paredões (uma das peças principais serve de remate ao paredão contíguo ao edifício do Tribunal). De que servirá terem sido em datas recentes catalogados como imóveis de interesse público, o «Solar e Honra de Vasconcelos e o «Convento de Rendufe»?! O primeiro, gloriosa relíquia da ínclita geração dos Vasconcelos, os permanentes servidores da Pátria nas horas críticas da sua história; o segundo, joia inestimável de arte e repositório histórico de alta valia — ambos em desoladoras ruínas e, para cúmulo, porque se trata de imóveis em que se não pode tocar sem autorização superior, assiste-se ao seu afundamento, dia a dia, passivamente!

O «Convento de Bouro» é outra valiosa relíquia do passado que bem merecia se interessassem os poderes públicos pelo seu restauro, já que tanto se concorreu ou rora, em período de nefasta acção governativa, para dispersar as suas riquezas e joias de arte, como em capítulo próprio se verá claramente.

E o magnificente e glorioso Santuário de Nossa Senhora da Abadia, porventura o santuário mariano mais antigo da da Europa, e que teve parte tão importante nos primórdios da Fundação, como também necessita de protecção e amparo!

Encontram-se em boas mãos particulares, o «Solar da Tapada» e o «Castelo do Crasto»; porém, a «Torre do Outeiro» em Dornelas, esta é outra lamentável ruína a pedir restauro, antes que as pedras mais se desconjuntem e dispersem!

A sepultura de Sá de Miranda, ponto obrigatório para todo o visitante ilustre que demanda estas terras, esta é uma questão de brio e honra nacional!

Tudo isto merecia melhor sorte e é de presumir que ainda se poderá valer a muita coisa.

* * *

Como acabou de ver-se, já não é de pouca transcendência a lição de história contida na Monografia, se esta conseguir levar ao conhecimento das autoridades e dos povos da região, presentes ou ausentes—e não são estes os mais desafectos dos valores tradicionais que exornam a terra que lhes foi berço—que há, efectivamente, muitos e valiosos serviços a prestar na salvaguarda do seu património histórico-artístico.

No entanto, não seria aconselhável concluir sem chamar a atenção para uma outra importante virtude que se ficará a dever a este repositório cultural da região de Entre-Homem e Cávado.

Deverá, antes de mais, fazer-se uma verdadeira apologia da entre-ajuda destes dois povos amigos, irmanados pelos estreitos laços da vizinhança e do sangue, que os séculos não destruiram, até consolidaram, pelo constante intercâmbio de actos e contratos.

Com vida municipal independente, desde os alvores da nacionalidade, têm no entanto pontos comuns em que podem auxiliar-se e completar-se, perfeita e harmoniosamente, como se serviram e completaram através dos séculos.

E' um desses pontos estratégicos o «fomento turístico»; outro, a criação da «comarca de Entre-Homem e Cávado», abrangendo os dois concelhos, como fora anteriormente à última reforma que tanto prejudicou os interesses dos dois povos vizinhos.

Turìsticamente, vê-se claramente que a colaboração das duas Juntas de Turismo—Caldelas e Gerês— traria especiais vantagem a esta zona. Estes dois polos, à volta dos quais gira uma apreciável «corrente turística», muito teriam a lucrar com todo o possível intercâmbio de aquistas e suas famílias durante a época balnear, numa região em que tanto há a mostrar e que, sem dúvida, é uma das mais belas de todo o País, e mais o virá a ser ainda, quando se fizer o ancoradouro do Rio Homem. A

organização de excursões e visitas de estudo a dentro da periferia de seus limites naturais, seria do maior alcance para se estreitarem essas boas relações de amizade e vizinhança onde, havendo tanto que ver e admirar, tanto mais se têm desperdiçado essas reais vantagens.

Já hoje oferece um espectáculo maravilhoso a viagem ao Gerês, deste ao Campo e a Covide, de Covide a Covas e Caldelas; mas que maravilha não virá a ser a panorâmica de toda esta extensão, coberta de água, a fazer perder de vista as paisagens da Suiça ?! E que magnífico passeio não seria aquele que pudesse fazer-se por uma estrada que, continuando a que parte de Caires, seguisse o encalço da antiga estrada imperial da Geira até à Portela do Homem, sempre a dominar os mais vastos horizontes?!

Denunciam-se as excelentes condições para a prática do desporto da caça e pesca, provas náuticas, campismo e alpinismo, tal qual outrora aqui se exercitavam pelos mesmos meios, para a prática e estratégia da guerra medieval, os seus heróicos habitantes.

A região de Entre-Homem e Cávado tem diante de si um futuro turístico sem igual, se houver quem saiba aproveitar-lhe as condições. Além da paisagem, que é paradisíaca, não falta aqui que rebuscar, onde abundam os melhores valores arqueológicos. Encontra-se recheada de preciosos monumentos que basta restaurar para torná-los dignos de merecerem uma visita que não deixe a ninguém a impressão do descuramento a que chegaram.

A restauração da comarca pede-se sem favor algum!

Pondere-se o assunto, que está estudado por natureza, e tirem-se estes povos de uma situação por vezes embaraçosa e desesperante, quando não irrisória, como pode ver-se do seguinte exemplo:

Suponha-se que se trata de um simples inventário dos bens de um casal, que se distribuam pelas freguesias, contíguas, de Rio Caldo e Covide, ambas do concelho de Terras de Bouro.

Verificado um óbito em Rio Caldo, o viuvo tem de lidar, si-

multâneamente, com quatro concelhos para conseguir ultimar o inventário. As certidões de óbito e da matriz vêm de Terras de Bouro; a certidão do Registo Predial, de Amares; o processo é instaurado em Vieira do Minho e se houver segunda avaliação intervêm louvados da comarca de Vila Verde para Covide e de Vieira do Minho para Rio Caldo; além disto, terá de lidar, para fins canónicos, com o arciprestado de Amares. Parece que é embrulhada a mais, armada desnecessàriamente!

Repondo as coisas em seu devido lugar, os dois concelhos passam a entender-se, como antigamente se entendiam sem intervenção de estranhos, com grande proveito mútuo e considerável economia de tempo e dinheiro; se é que se deseja valer a muitos e muitos casais que por estes e outros desvios se vão afundando irremediàvelmente.

Se não fosse o limitado espaço de que dispomos, outras circunstâncias se apontariam, em que é inegàvelmente vantajosa e necessária a comunhão de interesses para um melhor e mais prático entendimento. Registam-se apenas como tais: a possível criação do museu ou biblioteca-museu regional e de uma cooperativa agrícola Entre-Homem e Cávado.

* * *

Esta coexistência pacífica e harmoniosa dos dois concelhos, a auxiliarem-se nas suas mútuas aspirações, inteiramente definidas pela natureza particular das condições geográficas: montanha—planície; este interlaçamento de famílias e bens que vem de data anterior à fundação da nacionalidade e se desenvolveu através dos tempos, cada vez em mais apertados laços de sangue e de interesses, jamais poderá dissolver-se.

Amares e Terras de Bouro formam, efectivamente, a zona peninsular de Entre-Homem e Cávado, cada vez mais distinta e notável, à medida que as águas que se despenham dos montes, em catadupas, se vão acumulando em seus contornos. As soberbas características que através deste importante trabalho mo-

nográfico se definem e enaltecem, dão a cada um dos concelhos o que lhe pertence, como quando ao mesmo tempo e logo de princípio se integraram neste todo geográfico-histórico que os dois rios definem e demarcam, desde as *alturas* geresianas, que vêm a desfazer se, gradativamente, de contraforte em contraforte, de monte em monte, de colina em colina, de outeiro em outeiro, até à planície, até ao *bico* confluente da foz que os deixa unir em perene abraço de franca solidariedade e despedida, — como que a lembrar aos dois concelhos «interâmicos», neste último gesto, que a união faz a força e nela devem alicerçar a sua futura prosperidade.

Jaime Macedo

MUNICIPALISMO — FEUDALISMO

O CONCELHO

Poderia tentar-se algures um esboço de história local sem ter de recorrer-se à raiz dos conhecimentos históricos, nunca, porém, em relação às terras de Entre-Homem e Cávado.

As fundas instituições não morrem de repente, muito menos quando se prendem ou mesmo antecedem o berço e a infância dos povos.

Tentar feri-las de morte, exterminá-las em um mesmo instante, é abalar profundamente, desviar apenas do rumo natural os destinos da vida humana, que não raro fica a sangrar.

As sociedades têm-se governado, desde as suas origens, por sistemas de que, não obstante as mais porfiadas inovações, tem chegado até aos últimos tempos os mais notáveis vestígios.

O **patriarcado** e a **comuna**, sob o regime pastoril, foram fórmulas do viver simples e despreocupado de remotos antepassados, enquanto os laços da família e do sangue, ou do interêsse comum, lhes serviram de forte liame a prendê-los pelas alturas inóspitas, num salutar isolamento e independência, fonte e origem de nacionalismos que houveram de frutificar, quando a seu tempo a Providência assim o destinou no livro das gerações.

Os primitivos povos começaram a administrar-se pelos princípios mais adequados ao seu carácter e natureza do solo que habitaram; e, apesar da grande infiltração de novos usos e costumes, trazidos por outras raças e outras gentes no decurso de muitos séculos, exactamente, por estes lugares foram-se mantendo de pé sobrevivências de velhos regimes, no que deles se foi deparando de mais proveitoso ao interêsse individual e colectivo no sistema dos rebanhos, nos montes as **vezeiras**, no aproveitamento e distribuição de maninhos ou baldios, na prestação de mútuo auxílio, comunalismo agrário, pecuário e florestal que, se pôde verificar-se especialmente entre os habitantos da serra, não deixou de reflectir-se nos da planície, regendo-se por normas a si mesmo impostas e muito semelhantes às de seus antepassados, antes que conhecessem o próprio domínio romano, bárbaro ou arábico.

Depois, cada povo aventureiro trouxe à Península os seus hábitos, o mais adiantado dos seus conhecimentos.

Os Romanos, senhores e dominadores que apeteciam o convívio dos grandes centros, consideraram **cidades municipais** as dos países conquistados, cujos habitantes ficavam a gozar dos mesmos direitos e privilégios que os cidadãos de Roma, ainda que se governassem por suas próprias leis; pelos campos vegetava uma população de colonos e escravos.

Os Bárbaros, oriundos dos planaltos da Germânia, vieram lançar à terra o germen dos costumes feudais, adequado sistema da natureza belicosa deste povo, e, com efeito, veio a ser o que na prática altamente correspondeu às necessidades de uma época essencialmente guerreira.

Os primeiros a chegar logo por aqui se estabeleceram e conformaram um reino que teve Braga por capital (409-585).

A pureza da caridade evangélica, que de pouco havia galvanizado as almas, evitou maiores derramamentos de sangue entre os naturais e os invasores, que se apropriaram desses ninhos das águias romanas, instalados pelas eminências serranas, deixando acumular-se nas **villas** e centros urbanos as populações vencidas.

S. Martinho de Dume tornou-se o apóstolo dos Suevos (556).

Compartilhada a ferro e fogo a posse da Península, entre irmãos da mesma raça, os Vândalos ocuparam a Andaluzia, que deles tomou o nome, enquanto os Alamos passaram ao norte de Africa.

Acomodando-se então sob o domínio visigótico, as terras peninsulares lograram pouco tempo de relativa paz construtiva (586-711).

Os indivíduos, que sob o influxo da civilização romana haviam sido reduzidos a uma condição humilhante de **colonos** e **escravos**, que de todo os estremava dos habitantes das cidades, passaram à de **servos** e **vilãos** ao advento dos Bárbaros e deste modo o feudalismo tornou-se superior ao sistema social do tempo do império, por verificar-se melhoria nas condições gerais de vida da humanidade.

Mas não ficou por aqui.

A Igreja, sempre atenta e pronta em acudir a estas graves crises provocadas por enormes convulsões no meio das sociedades, encontrou vantagem nas superiores qualidades deste povo selvagem mas enérgico; e, sofreando a prepotência do forte contra o fraco, a qual não foi tão longe como a injustiça quis imputar-lhe, desenvolveu o espírito da cavalaria, a mais bela e gloriosa criação do feudalismo.

A preponderância social passou das cidades aos campos; a agricultura tornou bem patentes as inesgotáveis riquezas que a terra encerrava em seu seio fecundo e fez ancorar nas praias o baixel das emigrações.

Intensificou-se a ideia e o espírito da família no isolamento dos castelos e dos solares feudais e a vida doméstica atingiu o seu verdadeiro mérito; a dignificação da mulher, tão decaída de tempos anteriores; atingiu o seu auge, uma quase divinização.

Cresceu o sentimento da honra e da dignidade pessoal; cada indivíduo tomou a sério a complexidade de seus direitos e obrigações, que não eram impostos mas aceites e confirmados por juramentos de fé e lealdade, que constituíam pontos de honra.

A autoridade não era coercitiva, mas compreendida por necessária à magnitude das realizações que se lhe deveram: a coragem e o desprezo dos perigos; as glórias militares que foram tão próprias destes tempos heróicos e foi o motivo bem lógico e compreensível de ter-se estabelecido uma natural distinção entre os homens.

A' sombra de fortalezas e castelos, como dos mosteiros, nasceram os burgos e as vilas medievais que hoje são cidades prósperas e florescentes; destes centros irradiou a luz e a arte que brilhou nas trevas dos séculos passados.

Pinheiro Chagas vislumbra em termos bem claros o carácter intrínseco que havia de nortear indefinidamente os rumos da **municipalidade** e da **feudalidade**, na sua origem estrutural:

«As raças enérgicas e selvagens que nessa época invadiram o império, eram chamadas pela sua índole, pelos seus hábitos, à vida do campo. Esses homens do norte, habituados a respirar livremente nas suas florestas natais, não se podiam constranger à existência das cidades.

«O sentimento de independência que tinham tão profundamente arraigado no espírito, impedia-os também de se arruar como burgueses, e ir habitar ainda que fosse nos mais luxuosos palácios. Isso era bom para os voluptuários e corrompidos Romanos, que não iam ao campo senão para saborear a doçura das suas brisas, o frescor das suas sombras e os mil encantamentos com que a natureza e a arte lhe tornaram delicioso o viver campestre nas suas **villas** sumptuosas, povoadas de árvores e de estátuas. Mas a sua existência passava-se principalmente nas cidades; aí é que estavam as suas predilecções; os suaves prazeres do espírito nos teatros, onde as comédias de Terêncio os deliciavam com os seus correctos hexámetros, e com as suas exibições de tipos copiados do natural, nos pórticos umbrosos, entre a conversação amena e viva, no fôro entre os entusiasmos da eloquência ou dos tribunos ou dos advogados; ali os sentidos encontravam amplas fontes de gozos nas termas, nos regalos do luxo e na ebriedade da lascívia, levada a extremos de devassidão; aí, finalmente, a sua imaginação embotada se retemperava nos sangrentos espectáculos do circo.

«A raça enérgica e altiva dos nobres Visigodos estava muito longe de se deixar seduzir pelas mesmas fascinações; para ela eram desconhecidos esses requintes da civilização e, quando os não desconhecia, desprezava-os.

«O respirar livremente era uma condição essencial da sua existência; a luta, a corrida em cavalos fogosos eram os seus divertimentos predilectos; no campo é que os podiam disfrutar à vontade; a existencia do solar erguido nos fraguedos das serras e cercado por amplas campinas, era a existência cobiçada pelos nobres Visigodos.

Por outro lado a população hispano-romana que existia nos campos, fugindo diante do gládio sedento de sangue e do facho assolador das hordas bárbaras, refugiava-se em tropel nas cidades, onde a defesa era mais fácil e onde mesmo os vagos instintos administrativos dos chefes inimigos melhor protegeriam os habitantes, senão contra o saque, pelo menos contra a assolação absoluta.

Não se destrói uma cidade, mesmo quando se é Visigodo, como se destrói um casal ou uma aldeia.

Assim o **município** sobrevivia naturalmente pela força das cousas; não podiam os Visigodos impôr as suas leis, ou antes, os seus usos, a uma raça vencida, mas que lhes era superior em civilização».

¿Na verdade, quem se debruçar sobre o panorama da sociedade contemporânea, não parece que renasceu o espírito do romanismo, ao verificar-se que um novo patriciado (o do dinheiro) passa em sucessivos verãos das cidades aos campos, praias e termas, a divertir-se e gozar da sua verdura e frescor, para logo se conchavar no conforto

morno e viver a vida de prazeres que a urbanidade oferece, nos teatros, cinemas e tantos outros meios de diversão, enquanto abandonam suas terras ao cuidado de **caseiros** e **colonos**?

* * *

O feudalismo peninsular revestiu-se das circunstâncias que lhe criou a guerra contra os mouros, luta de muitos séculos que atraiu a esta «terra santa» da Espanha a «cavalaria andante» e na qual se empenharam e deram o exemplo os monarcas sempre pródigos na distribuição de territórios resgatados e na concessão de benefícios e privilégios para estímulo de emulação e brio.

A nacionalidade portuguesa compôs-se essencialmente de duas classes, ambas de origem visigótica:

A primeira, de fundo heterogénea, isto é, já de si de várias origens, a mais numerosa e que se ocupava a explorar pacíficamente a terra, foi aceitando mais ou menos dissimuladamente o domínio de invasores. Foi na sua origem o povo.

A segunda, composta de guerreiros e soldados, que então vieram, a combater desde as margens do Guadalete, refugiar-se por estas montanhas do noroeste peninsular, acompanhou os chefes da reconquista cristã e foi formando a grande massa da nobreza vitoriosa, sempre a ganhar foros de uma raça enérgica, à medida que se repetiram os feitos ilustres, a multiplicar-se por gerações de heróis na prolongada guerra contra os **sarracenos**.

Quiseram dizer que nunca houve feudalismo em Portugal.

Quem tal afirmou é porque lhe convinha que efectivamente não existisse.

Se assim fosse, como haveria de explicar-se aqui, a par de um municipalismo tão mal definido que até mal se dá por ele, as relações destes povos com os senhores de **coutos** e **honras**; com donatários de terras havidas por direito de conquista ou mercê de grandes serviços prestados já aos monarcas das dinastias ásture-leonesa e ovetense, no tempo que os territórios ou **feudos** eram o verdadeiro prémio das virtudes guerreiras, posses firmadas e confirmadas muito antes que o conde D. Henrique pelo seu casamento com a rainha D. Teresa viesse senhoriá-las?

A terra foi o melhor galardão prestado a altos feitos militares e esta é a verdadeira característica do feudalismo; por ela pagaram nossos antepassados o **tributo do sangue** ou **deram o sangue**.

Enquanto não se verificou a permanência dos exércitos, o que só muito mais tarde teve lugar, a dentro das instituições feudais estabeleceram-se os mais fortes e razoáveis princípios de uma lei de recrutamento militar. Só os detentores do solo eram obrigados para com os soberanos aos rigorosos deveres da milícia.

Formaram-se então exércitos voluntários e destemidos como jamais será fácil organizarem-se; e, nesta base, estão as ordens monástico-militares que, sem desviar braços à agricultura ou arrancar os filhos e os maridos aos afectos familiares, tomaram por sua conta a defesa das pátrias.

A terra considerou-se justamente o único valor real da vida; e

com efeito não há palmo dela que não tenha custado a vida de um homem em tantos conflitos, batalhas, morticínios travados pela sua posse.

Aumenta por isso mesmo de espaço a espaço o seu preço, à medida que por seu respeito se vai derramando sangue e vidas em guerras devastadoras.

Nela fundaram-se as primeiras manifestações dos sentimentos patrióticos de nossos maiores, ao lançarem os alicerces do vastíssimo património que legaram, cada vez mais rico de tradições e de glória, que à sombra do feudalismo incontestàvelmente se cumularam.

E os filhos que inadvertidamente alienam, vendem ou desbaratam esse legado de seus pais e avós, mantido incólume através de muitas gerações, à custa de tantos trabalhos e sacrifícios, certamente põem em dúvida os seus sentimentos de patriotismo.

Radicou-se o benéfico princípio hereditário; cada família nobre ou vilã tinha as suas dinastias e a sua história, os seus pundonores.

Os primogénitos eram os herdeiros dos vínculos e dos morgadios e já recebiam uma educação que o melhor possível os tornava aptos a serem os continuadores lídimos das tradições familiares.

Os filhos segundos destinavam-se à carreira das armas e à vida eclesiástica; a burguesia imitou estes nobres exemplos, que na prática produziram um belo efeito.

Ao lado do solar armoriado, levantou-se outro solar, embora sem os símbolos da fidalguia, com suas fachadas do mesmo modo elegantes, a cruz, divisa de uma nobreza comum, entre guardas a encimar portadas sóbrias e hospitaleiras ou a coroar o vértice de capela esbelta e senhoril, pretenciosa daquelas belezas e prerrogativas que fizeram a poesia destas fidalgas aldeias de Entre-Homem e Cávado.

Os rendimentos das terras eram consagrados outrora ao aperfeiçoamento da agricultura, ao engrandecimento dos primitivos domínios, a melhorar as condições de vida dos pequenos proprietários e dos caseiros; uma boa parte à consolação dos infelizes, a despertar a imitação e exemplo de vizinhos menos diligentes; porfiava-se em brios de embelezamento rural.

* * *

Títulos, honras, dignidades, brasões, condecorações, foram suprindo as dádivas territoriais à medida que estas se foram tornando impossíveis nas mãos dos detentores do poder; e não foi isto senão a necessidade de continuar a distinguir certos valores, como modalidade de velhas instituições.

Julgando-se que seriam para sempre decepadas, os seus rebentos vigorosos renascem por entre os arbustos e as ervas bravas que a demagogia semeou no campo social ao tentar derrubá-las.

Com efeito, tudo quanto podia dourar uma existência feliz e constituir um legítimo prazer da sociedade, como natural e proveitosa aspiração humana e incentivo de gloriosas acções, tudo procurou desacreditar-se e prostergar-se à condição da inanidade, como se os homens pudessem nivelar-se pela mesma medida e padrão, sem atender-se a que, apesar de todo e qualquer obstáculo, sempre há-de deparar-se com preeminências que de per si mesmas se manifestam em todos os sectores da vida.

Em breve sucederam-se novas gerações mais sadias que, recuperando o equilíbrio perdido e o natural espírito de justiça, se empenharam em reconduzir as coisas ao seu devido lugar.

Sem dúvida, a história repete-se e de forma alguma devem perder-se de vista luzes e ensinamentos que subministram muitos dos usos e costumes dos séculos precedentes, se bem que não seja já para desejar o retrocesso a tempos que já lá vão.

As instituições feudais cumpriram condigna e nòbremente a sua missão; desempenharam-se fielmente do seu mandato de muitos séculos de gigantesca actividade construtiva.

Escreveram páginas sublimes de gloriosos reinados que encheram de esplendorosos feitos.

De boa fé, reis e povos deixaram-se seduzir pelo canto da sereia de propagandas demo-liberais; a nobreza afundou-se e a realeza foi-lhe no encalço.

O municipalismo e o feudalismo, de origens bem diversas e já de si hostis como acabou de ver-se, situando-se em campos contrários, acompanharam-se sempre combatendo-se.

Sendo certo que o primeiro levou ostensivamente o segundo de vencida, já hoje pode garantir-se que jamais vingará apagar-lhe de todo os notáveis vestígios: não já os sulcos profundos que deixou bem gravados na história, até mesmo usos e costumes que ficaram para sempre radicados nas socledades.

Haja vista o brasão ou escudo, singular invenção do feudalismo e que das suas grandezas falou como um livro aberto, aos entendidos. Ainda há menos de 50 anos tão vilipendiado e odiado, já hoje o seu uso desceu à táboa rasa da vulgaridade e tem graça que é sobretudo o belo sexo quem mais manifesta estas tendências evocadoras de maravilhosas sobrevivências de tempos idos.

* * *

O **concelho** do primeiro período da monarquia teve a sua origem no município romano; no entanto, se esta instituição sobreviveu ao império, resistiu às devastações dos Bárbaros e à influência das próprias instituições visigóticas, prevaleceu contra a invasão dos árabes e conseguiu robustecer-se à sombra da reconquista cristã, não foi sem profundas modificações que conseguiu atravessar tantos séculos; vencer tantas revoluções e atingir os nossos tempos sem ser modificada por elas.

Se de princípio a sua natureza foi a mesma, como a árvore que se enraíza profundamente na terra em que foi plantada, as suas sementes e os seus rebentos levados depois a outro solo e outros climas diferentes, não pode deixar de alterar-se a poder de transformações sociais a que teve de acomodar-se, evoluindo, acondicionando-se às relações complexas do viver do povo nas suas relações para com o rei e as classes privilegiadas, cada qual em constantes reivindicações.

A instituição dos concelhos partiu do firme propósito dos monarcas, de se apoiarem no **terceiro braço**, de se aliarem com o povo para combater certas ambições ou abusos do clero e da nobreza, enquanto esse mesmo **terceiro estado** por sua vez também buscava acobertar-se sob o poder real contra as mesmas prepotências — forças que se am-

pararam, a formar uma tripeça que se manteve em equilíbrio através de alguns séculos de sensíveis oscilações que lhe foram impressas à força de golpes de política mais ou menos desenfreada, até dar no descambar das monarquias.

Com D. Afonso III, os **homens bons** do **concelho** de **concilium** (assembleia ou agremiação popular) foram chamados pela primeira vez a participar nas cortes de Leiria), a ganharem sempre maior relevo, e logo mais tarde na crise dinástica ocasionada pela morte de D. Fernando constituiram já uma fôrça que pesou consideràvelmente nas de Coimbra e de modo tão eficaz influiu nos superiores desígnios da Nação.

Os **homens bons** (boni homines) eram eleitos de entre os chefes de família mais abastados e melhor conceituados da terra; serviram de acéssores dos juizes, correspondendo aos modernos **jurados.**

Como intervinham nos julgamentos, eram igualmente chamados a resolver as questões de ordem económica e administrativa do município, a constituirem um autêntico parlamento burguês em que as leis ou posturas eram discutidas e votadas por aqueles que haviam de obedecer-lhes, tudo a caminhar para um mais complicado mecanismo das actuais **edilidades**; diga-se, porém, que o tempo, a rotina e as paixões nem sempre lhe deixam livres os movimentos de um regular funcionamento, como nem sempre o são e justo critério orientou ou acertou com a eleição dos seus magistrados e assim se desvirtuou e desviou dos seus rumos naturais uma instituição muitas vezes secular, que só por culpa dos homens por vezes deixa de produzir os desejados efeitos.

Herculano gastou um volume num rigoroso estudo sobre a organização dos concelhos em Portugal, dividindo-os e subdividindo em especiosa esquematização, em que é tão difícil agrupá-los quanto são diferentes de terra para terra, conforme a natureza do solo e sobretudo a posição de fundo histórico e geográfico dos povos a que foram concedidos os apetecidos forais.

Podia e deveria esperar-se uma quanto possível natural evolução até à uniformização, na medida de particulares condições governativas que a promovessem e de muitas e variadas circunstâncias bem dignas de atenção.

O eminente historiador expressou nestes termos a sua doutrina: «Os factos descritos por nós falam bem alto a favor das instituições municipais, que cremos inseparáveis de toda e qualquer organização verdadeiramente liberal...»

E, continuando a dissertar sobre as imperfeições que descobriu no «mecanismo municipal» e que atribuia a «desigualdade de garantias políticas e judiciais posta como regra de concelho para concelho» vem direito ao período crítico da história do seu tempo e às suas consequências.

«Se, em lugar de se estremarem os grupos burgueses pela demarcação de um território, digamos assim, vilão, se estabelecesse o verdadeiro muro de separação entre eles e as classes privilegiadas, o princípio da associação moral, como hoje a entendemos, mas absoluta, mas exclusivamente democrática, que era a ideia fundamental das instituições municipais, estas, longe de degenerarem, ter-se-iam desenvolvido e fortificado a tal ponto, que provàvelmente haveriam obstado ao predomínio completo do princípio monárquico e ao regime do absolutismo durante mais de três séculos, tornando-se portanto desnecessárias

as revoluções da Península na época presente; revoluções copiadas servilmente de tipos estranhos, potentes para derribar e impotentes para reconstruir; revoluções sem autonomia, que alteraram as manifestações exteriores da sociedade, mas que, politicamente, a deixaram imóvel no seu viver, ou antes no seu agonizar íntimo.....

«A reacção da sociedade geral... deu motivo ou pretexto à coroa para ir mais longe do que cumpria e para lançar no seio dos grémios os germens da sua dissolução...»

Ateou-se assim uma luta cada vez mais ameaçadora que despedaçou todos os laços sociais, confundiu todas as classes, abateu todos os prestígios, destruiu todas as distinções; o a própria realeza, levada no engodo de teorias inovadoras, por si mesma cavou a sua ruina.

Está muito longe de poder fazer-se com justo critério uma verdadeira história do municipalismo, uma vez que de todo se sobrepôs a velhas instituições que pôs fora de combate.

Pode, no entanto, desde já concluir-se que de conformidade com a sua natureza de origem, circunscreveu-se demasiado ao âmbito das vilas e das cidades, deixando ao desamparo, nos meios rurais, as aldeias e os campos, limitando-se a uma função predominantemente fiscal e judiciária.

O **ruralismo** estagnou aí; e para ressalvar do naufrágio certos valores espirituais que de todo se tornavam indispensáveis à integridade da fortaleza nacional, para reatar esses elos de uma cadeia, quebrados pela violência da convulsão ateada no seio da «família portuguesa», agremiá-la, uni-la de novo sob a égide da Revolução Nacional, já foi preciso trazer em seu auxílio outros sistemas, outros métodos.

Vem Alfredo Pimenta e protesta com energia:

«Não há **concelho** instituição geral, há **concelhos** — instituições especiais.

E insiste:

«Cada **concelho** tem qualquer coisa de privativo que o inibe de entrar num quadro genérico».

Sem dúvida, essa medida de violenta generalização produziu desastrosos efeitos. Previam-nos as vítimas e Camilo lobrigou por aqui, através da sua luneta bisbilhoteira e mistificadora, alguns dos mais acirrados focos da reação antiliberal, com personagens sobre que fundamentou a história da época.

As terras de Entre Homem e Cávado estiveram até meados do século passado sob a jurisdição do clero e da nobreza, e o que parece absurdo é que, sendo os **concelhos** agremiações populares, se mantivessem em mãos das classes privilegiadas.

Pois era assim mesmo e nenhuma estranhesa deveria causar aos apóstolos do liberalismo, quanto é certo que sempre os membros do clero e da nobreza viveram congraçados com o povo e no meio dele.

Os filhos dos ricos-homens começaram por ser criados sob os tectos do vilão, paredes meias com os solares senhoriais, onde não existia mais luxo senão nas salas de armas guarnecidas de panóplias reluzentes.

Os filhos dos senhores feudais confraternizaram com os filhos do povo no sistema dos **amadigos**, de que ficaram tão frequentes testemunhos nos velhos códices e nos próprios topónimos de «paranhos e «nóbregas».

Se estes soubessem que estavam a criar os seus futuros algozes, com certeza que lhes torceriam o pescoço numa hora discreta que os pais abalavam em campanhas guerreiras.

Romperam-se todos os vínculos que uniam todos os membros e ornamentos de uma mesma sociedade, mas, para prova de quanto ficam bem vincados os hábitos dos povos basta notar que, a um século de distância, as terras do norte do concelho ainda se mantêm aferradas a uma antiga hegemonia que as prendia a Bouro, o que só com o tempo se desvanece; como o concelho vizinho, cioso da sua independência e no seu isolamento, não esquece que deveu a cabeça à Casa de S. João de Rei e da Tapada, embora veja as suas terras desmembradas por duas comarcas, quando se rasgam cada vez maiores abismos ao transformarem-se em pélagos profundos os limites naturais que as contornam no sistema dos empreendimentos hidro-eléctricos do Homem e do Cávado.

Se deve consolidar-se e ordenar-se o agregado concelhio ou comarcã como um todo único na unidade nacional segue-se que a coordenação administrativa que as orienta não ficou de forma alguma concernente à sua história de muitos séculos em que essa mesma unidade e coesão constitui nota predominante.

* * *

As terras de Entre-Homem e Cávado encerram altos valores morais que hão-de merecer devido relèvo no corpo do presente volume.

Tudo quanto nelas se encontra feito se deve à laboriosa actividade de seus filhos; e, não satisfeitos com limitar «ao ninho seu paterno» a sua generosa acção, concorreram para o fundo geral dos gloriosos pergaminhos nacionais com o melhor do seu esforço.

Magníficos exemplares dessa nobre e forte raça visigoda que só se sentiam bem no rodopio dos combates, no turbilhão das batalhas, a darem o mais eloquente exemplo de desprendimento e arrojada temeridade — tal foi a ínclita geração **DE VASCONCELOS.**

Não é possível tecer-lhe maiores encómios que os que se encontram nas **«Memórias de Ordens Militares Portuguesas»** de Alexandre Ferreira:

«Marte lhes cedera a dividade, se fosse verdadeiro o que os poetas fingem; não contara Hércules nos seus trabalhos tantos triunfos, se não tardara a natureza a produzi-los... e, como escreveu o grande académico Fr. Domingos Teixeira na «Vida do Condestável: que quando não tivera outros ilustríssimos varões esta Família, estes dous **raios da guerra** (Mem Rodrigues de Vasconcelos e Rui Mendes) bastavam para a ilustrar — **Duo fulmina belli Vasconcelli.**

«Ilustríssimo appelido o dos Vasconcelos que com o seu claríssimo sangue têm adornado tantas casas grandes de Portugal e Espanha... o appelido o tomaram do seu solar de que ainda (1735) se conservam algumas ruinas que até os mesmos estragos são testemunhas de sua grandeza, no lugar do mesmo nome, concelho de Entre-Homem e Cávado».

No século dezasseis invadiu-as, não já um bárbaro visigodo, mas o maior vulto das Letras do seu tempo, o grande Sá que inundou estas

terras de luz do seu esclarecido entendimento e não se cansava de apregoar daqui uma política de fixação à terra, censurando o demasiado urbanismo que depauperava as forças vivas da Nação; criticando o abuso dos mimos orientais que contribuiram a distância para a perda da independência:

« Não me temo de Castela
« Donde guerra inda não soa,
« Mas temo me de Lisboa,
« Que ó cheiro desta canela
« O reino nos despovoa ».

E o seu entusiasmo pela vida do campo foi a nota mais característica da sua existência.

Aqui fundou a sua casa agrícola com o trabalho e a dedicação em que se empenhou em tudo fazer de novo « em fogo morto » desde os alicerces do seu solar às vedações dos campos e dos montados até formar a célebre Quinta da Tapada que instituiu como cabeça de vínculo para a sua descendência.

As terras de Entre-Homem e Cávado devem honrar-lhe a memória tão condignamente como a mesma honra que lhes deu.

I

PARTE

PARTE

Da raiz dos tempos e das instituições

I

As formas da antiga divisão administrativa, empregadas na parte meridional da Galiza e setentrional da Lusitânia, eram *território*, *terra* e em menor grau *cividade*.

Depois vieram o *julgado* e o *concelho*, assembleias em que se reuniam os proprietários das vilas, para discutirem as questões de interêsse da respectiva região; o município em que os monarcas começaram a firmar-se para rebater as pretensões das classes privilegiadas.

Dos Lusitanos que estanciavam para o norte do rio Douro, geralmente conhecidos por Galaicos, por habitarem a antiga Galécia, destacaram-se os Brácaros pela sua pertinaz resistência às legiões de Roma.

Sob a dominação romana, pode avaliar-se quanto aqui foi activa e profunda a sua influência na obra monumental que surgiu do vastíssimo empreendimento da construção de estradas e lançamento de pontes e aquedutos, com seus padrões e inscrições, documentos inolvidáveis da romanização, que também aqui, mais cedo que em qualquer outro trato da terra peninsular, começou a estigmatizar essa profunda Lusitanidade que, muito embora alguns abalizados historiadores tentassem negá-lo, caracteriza a alma nacional, uma vez que se verificou a sujeição dos Lusitanos do Norte, submetidos por Bruto.

De entre as diversas e particulares designações por que os Brácaros ainda se subdividiam, considerem-se os *Interâmicos* (de amnem-rio-o Homem), isto é, «habitantes entre rios" os povos que, desde os mais recuados tempos, vêm a compreender-se nos limites naturais de Homem e Cávado e a definir-se muito mais tarde no concelho de Amares.

Assim, os *Interâmicos* tinham por seus mais próxi-

mos vizinhos os *Querquenos* (de quercus — carvalho) como que a constituirem a seu tempo um notável bloco peninsular, sempre unidos pelas fortes razões da sua posição topográfica, a estenderem-se para o norte pela vasto massiço geresiano, com a *Carvalheira* e outras povoações hoje abrangidas pelo vizinho concelho de Terras de Bouro.

Sob esta designação latina de *Interâmicos* veio a denunciar-se por tradução a de Entre Homem e Cávado, determinada já por especiais circunstâncias de pura idade média e a projectar-se depois escalonadamente no Entre Minho e Douro e Entre Douro e Tejo, à medida que os territórios, deste modo abrangidos, foram caindo na posse de exércitos cristãos.

Sem dúvida, Entre Homem e Cávado foi o primeiro escalão da terra portuguesa de onde começaram a vibrar-se os primeiros golpes contra os mouros e começou a rasgar-se a extensa clareira até às definitivas fronteiras da Nacionalidade.

E a este respeito não era preciso que Salazar Glória e Moreri informassem que D. Arnaldo de Baião, filho 3.º do Imperador Guido, Duque de Espoleto e Conde da Toscana, porque ouvisse falar dos sucessos do rei de Leão contra os mouros da Espanha, veio, acompanhado de criados seus, a buscar terras de que fosse Senhor; no tempo do rei Afonso III, o Magno, pouco antes do ano 899, sendo ainda vivo o rei D. Ordonho, e empregou-se a fazer guerra aos infieis, estabelecendo-se nas montanhas de Entre Homem e Cávado, chegando à vila de Barcelos e ribeiras do Douro, no concelho de Baião.

Assim foi que, muito antes que os dois primos borgonheses, Henrique e Raimundo, viessem da França oferecer a Afonso VI os seus serviços nesta Santa Cruzada contra os mouros da Espanha, já muitos outros cavaleiros andantes, armados de escudo branco em que haviam de gravar assuas proesas e desejosos de embeber a sua espada em sangue infiel, tenham vindo de mui longe entrincheirar-se nestas alturas de Entre Homem e Cávado, a dominarem os horizontes do Sul, que os desafiava para uma luta sem tréguas.

Aproveitando o que restava de velhas atalaias disseminadas pelos cimos dos montes, eles foram, nas glorio-

sas campanhas da reconquista cristã, em boa hora desencadeada pelo nobre Pelágio desde as cumeadas do Auseva, os pioneiros e precursores da fundação do Condado Portucalense, que teve por sedes Braga e Guimarães.

Não é, pois, pequena glória para as terras de Entre Homem e Cávado, que delas partissem os primeiros movimentos militares que deram lugar à formação e dilatação do Reino.

Tenha-se na devida conta, ao considerar esse longo período da reconquista, a melhor via de acesso, de norte para sul, a esta região de Entre Minho e Douro, que era a Portela de Homem com a célebre estrada militar dos Romanos, «a Geira», e avaliem-se as numerosas e constantes levas de ricos-homes e guerreiros que, transpondo os montes, vieram pouco a pouco assenhorear-se destas terras e levantar nelas torres e solares, mosterios e fortalezas, de onde sairam a seu tempo os verdadeiros paladinos da autonomia nacional.

* * *

Inútil seria fazer a história do concelho, limitando-a aosseus contornos oficiais pelo desmembramento deste magestoso colosso da antiguidade, tal se representa em conjunto o verdadeiro sistema das terras de Entre Homem e Cávado, tão intimamente articuladas entre si por fortissimas razões de fundo histórico, que de futuro hão-de demonstrar-se. Só a pura ignorância pode atribuir-se o ter-se despedaçado no curso dos tempos (e das reformas administrativas) este baluarte gigantesco em que desde sempre os ideais e os anseios da liberdade e da independência preocuparam os respectivos habitantes.

Elevando-se de fundo em linhas de cumeadas que se afiguram panos de muralhas e torres ameadas, desde os Castelos de Covide, vem a comprimir-se nos braços do Cávado, que lhe serve de fosso inundado, esta extraordinária fortaleza natural que a Providência ergueu, forma de poderoso aríete de guerra medieval, arpão em bico a rasgar os caminhos do Sul, tal qual na maturidade dos tempos o Sacro Promontório indicou ao furor heróico da Lusitanidade a vastidão dos mares.

Não há dúvida que a natureza do solo influi no temperamento dos seus habitantes e, com efeito, daqui irrom-

peram na hora própria os bravos guerreiros que esfrangalharam a resistência de Lisboa e a „machado» fenderam as portas de Santarém, quando estas cidades foram tomadas aos mouros.

* * *

Fixaram-se em Lanhoso, a dominar dos altos minaretes de velhas torres, os horizontes ameaçados do vasto Condado, que, segundo Montebelo, compreendia naquele tempo um grande distrito, desde a cidade de Orense até à terra de Ribeira de Homem e partia com as de Entre Homem e Cávado.

A situação privilegiada destas terras montanhosas, guarnecidas de defesas naturais, que permitiram a seus povoadores guerreiros impôr-se ao respeito das cavalarias árabes, concorreu igualmente para que se mantivessem aqui, quase incólumes, as formas de administração local que já se iam denunciando perfeitas sobre as velhas ruínas das instituições romanas, flageladas pelo tempo e ao assalto dos povos bárbaros que por aqui se acomodaram e estabeleceram sob o domínio dos Suevos, que fizeram de Braga a sua capital durante perto de dois séculos.

A organização paroquial, a que presidia o ebade (abbas), pode considerar-se, desde os tempos muito anteriores à fundação da Monarquia, como modelar instituição de fundo etnográfico, em que de muito cedo vieram a debater-se os mais transcendentes interesses das vilas e dos pequenos povoados, que foram criando raízes profundas, adestrados no rude labor da gleba e nos exercícios da guerra, com vista aos mais altos desígnios que se lhes foram sobrepondo no sentido de conquistar uma independência, uma autonomia territorial.

Com pequenas diferenças em relação ao tempo presente, vem encontrar-se aqui, a mais de oito séculos de distância, todas as denominações de vilas, aldeias e lugares, com seus habitantes verdadeiramente integrados no movimento nacional que constituia o ambiente político da época—um manifesto e decidido amor das terras que possuiam, sempre prontos a concorrer ao *apelido em tempo de guerra*, entregando-se na paz ao trabalho rural, única fonte da sua riqueza e prosperidade.

Ao mesmo tempo que os senhores de Lanhoso exer-

ciam o seu poderio sobre as terras de Cabreira e Ribeira, a melhor parte das terras de Entre Homem e Cávado, sobretudo as ribeirinhas ou marginais, estavam anexas aos vastíssimos domínios da Condessa D. Flámula, senhora de Larim, como se colige do seu testamento feito em 960: «..... villa de lalin cum adiuntionibus suis....levat se de illo portu de catavo(porto de Cávado) et perge ad illa ponte petrina (ponte de pedra-do Porto)..... et inde ad illa *bornaria* et inde per ille vallo et figet se in rivulo *homine* ad illo *portucarrario* (Portocarreiro-junto a Larim) et inde infesto per rivulo homine.....villas *savaraz*.....et perge per ille fontano de mandones infesto inter *villa verde* et Sancta eolália et figet se in termino de *barbudo*.....*turisi*.....et fere in illo vallo inter *ollarios* et fontanello et inde unde primiter incoavimus».

Neste testamento, D. Flámula, encontrando-se gravemente enferma e fazendo-se conduzir por homens bons de Larim ao mosteiro de Guimarães, nomeia os seus avultadíssimos haveres e concede a sua tia D. Mumadona a faculdade de vender e distribuir pelas igrejas, mosteiros e lugares pios tudo quanto possuia, em benefício da sua alma.

Pouco depois, em 992, um tal frei Daniel fez também doação a D. Mumadona da metade da sua herança nas vilas de Soutelo e de Barreiros, que houvera de seus tios: «.....scriptura firmitatis de hereditate mea propria que abeo in villas sautelo et barrarios... trans linares pratis padulibus saltis vineis pumares figares cesares piscarias sesigas molinarum aquis aquarum cum eductibus suis vel quantum ad prestitum hominis inveneritis in ipsa villa extra meo domo ubi modo abito cum suo ortale. Omnia quod superius resonat medietate vobis firmiter concedo...

E no ano de 1059, pelo...«inventario de omnes hereditates sive et ecclesias de vimaranes»—encontra-se ainda adscrita ao mesmo mosteiro "de villa de *Amares* per suos terminos III integra sive de villa quomodo et de creatione»

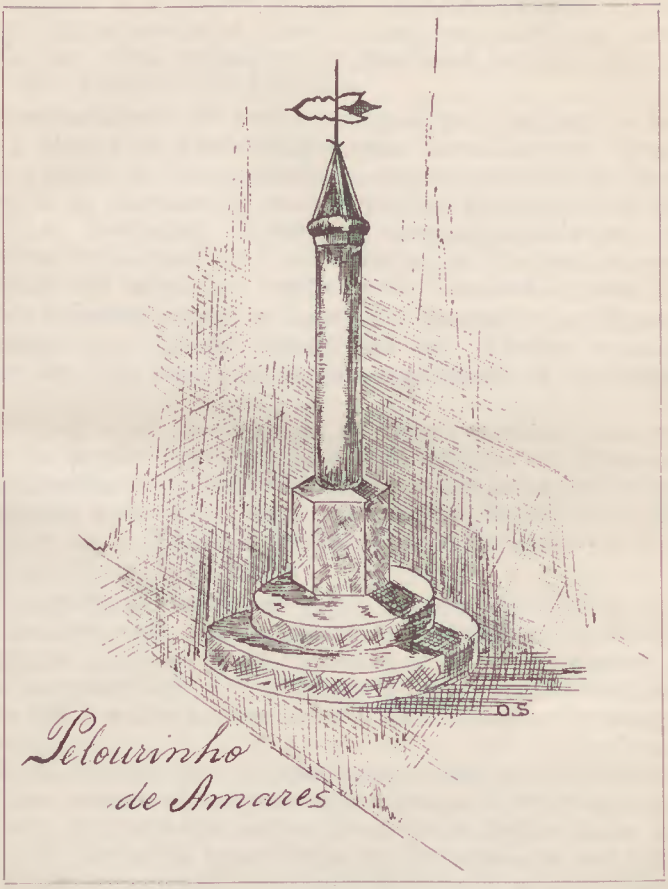
Isto já a pequena distância da fundação do Condado Portucalense, assim se compreende que estas terras ingressaram naturalmente no conjunto do respectivo território, dado por D. Afonso VI a sua filha, a rainha D. Teresa, por dote de casamento com o conde D. Henrique.

Fundada a Nacionalidade, as campanhas contra os mouros absorveram todas as atenções dos primeiros monarcas que se desentranharam em concessões e confirmações de terras e privilégios a prelados e ricos homens seus companheiros de guerra: era o *beneficio-beneficium*; e, se algum cuidado pôde merecer-lhes a administração do Reino, foi mais com vista à sua população e organização defensiva dos territórios que iam conquistando para o Sul.

A norte, e sobretudo neste rincão privilegiado de Entre Homem e Cávado, no coração de Entre Minho e Douro, que os mouros nunca acharam lugar asado para a sua longa permanência sossegada e em paz com os naturais, embora por aqui passassem com suas tremendas razias e devastações, quando por vezes regressaram, vitoriosos ou vingativos de derrotas, de entranhar-se até ao quase extremo noroeste peninsular, a vida das nossas aldeias apresenta-se, desde muito cedo, com os sintomas de funda instituição, com os seus elementos de coordenação bem distintos, os seus mordomos encarregados da recolha das receitas das igrejas e dos senhores da terra, todos os seus membros inteirados de seus direitos e obrigações, sempre o pensamento dominante da segurança e da defesa, como filhos da Igreja, na verdadeira e pura ascepção do termo, que dessa circunstância toma a sua origem.

Filii-ecclesiae—a freguesia vem de muito longe como núcleo-base de uma Nação, discutindo-se em assembleias, nos adros dos templos, depois dos actos do culto, os problemas de interesse comum, resolvendo negócios de alcance privado ou associativo, numa perfeita compreensão entre *cabaneiros*, *prestameiros* e *senhores*, com tão integral conhecimento de relativos direitos e obrigações que, quando Afonso II mandou proceder às Inquirições Gerais de 1220, os jurados, chamados a responder-lhes, todos unânimemente confirmaram que o soberano nenhuns direitos reais possuia aqui «*Nullum est ibi Regalengum*»; e sabe-se a que descontentamentos e excessos entre a coroa e as classes privilegiadas deram lugar, sobretudo no norte de Reino, estas medidas do trono, que foram origem e principal causa das discórdias internas que terminaram pela deposição de Sancho II.

Em princípio, e relativamente a esta época, o quadro



Este **Monumento Nacional**, simples mas elegante, compunha-se de uma coluna cilíndrica, sem base, sobre plinto hexagonal, em dois degraus circulares; rematava-o corucheu piramidal, liso, a terminar por catavento fantasioso, de ferro, ventarola de chapa aberta. Granito, século XVII. Resenham-no J. A. Vieira no «Minho Pitoresco», vol. VI-pág. 416; Silva Leal na revista «A Nossa Pátria», n.º 53, de 1 de Junho de 1907.

demográfico, respeitante às terras de Entre Homem e Cávado, pode apresentar-se rigorosamente assim:

Ao centro, a «HONRA DE VASCONCELOS" - *Item dixerunt que Vasconcelos é Onra* - com seu solar ou casa forte de que ainda subsistem as preciosas ruínas, ramificação dos senhores de Lanhoso.

Reminiscência do velho condado de Cabreira e Ribeira, a Honra de Vasconcelos pode considerar-se igualmente a razão do futuro senhorio deste concelho na Casa de Castro de Carrazedo, por sucessivas transmissões de vínculos e herdades, como pela mesma razão e via os concelhos de S. João de Rei e Ribeira de Homem se encontraram em mãos dos senhores da Casa da Tapada.

No extremo norte, o Couto do Mosteiro de Bouro, concedido por Afonso Henriques ao Abade e seus monges em 1162, isento de toda a obrigação e senhorio real.

Na ponta sul, a abranger as terras contidas até ao vértice do ângulo formado pela confluência do Homem com o Cávado, o Couto de Rendufe, a que também andaram ligados o de S.ta Maria de Paredes Secas (hoje S. Miguel), o de S. Tiago de Sabariz e o de S. Pedro de Codecede em terra de Nóbrega.

Deste modo, as terras Entre Homem e Cávado, sujeitas desde tempos muito anteriores à fundação do Reino à jurisdição do clero e da nobreza, nela continuaram a manter-se quase até aos últimos tempos da Monarquia, ou seja até à extinção das Ordens Religiosas e do antigo regime.

Aqui, melhor que em qualquer outra parte, proporcionam-se os mais eloquentes exemplos, as lições mais concludentes de quanto foi activa, benéfica e profunda a influência do discutido feudalismo em Portugal, na sua evolução desde as origens, que os ricos-homens e os prelados das ordens monástico-militares se empenharam na reconquista do solo pátrio, em que promoveram depois a expansão de laboriosas colónias agrícolas, que se acolheram à sombra e protecção dos mosteiros e fortalezas medievais e foram o fundamento das vilas e povoações florescentes.

Distribuiram e aforaram baldios, desbravaram e ar-

rotearam os montes e os vales, até transformarem suas terras nas formosas e férteis granjas, nos jardins do Minho de fama universal.

Fomentaram, a par da produção cerealífera, a consequente indústria da trituração do linho e dos cereais em múltiplas azenhas que se encadeiam ao longo de rios e ribeiros, a plantação de vinhedos, de olivais, de soutos e de laranjais e os ricos lagares de azeite que se contam por dezenas na estreiteza da terra concelhia; as pescarias, as entroviscadas, as montarias, as caçadas, as feiras, os mercados e as romarias, sem faltar, a todo este conjunto de prosperidades, os encantos da arte e da literatura na poesia dos salões da Tapada e de Castro e os acordes místicos a ressoar pelas naves de mosteiros bentos e bernardos; berço do verdadeiro folclore nacional, tudo isto veio no encalço dessas primeiras manifestações da poesia trovadoresca inspirada em Pay Soares de Taveiros pela peregrina formosura de Maria Pais de Ribeira, a padroeira do mosteiro de Bouro.

Por estes montes e vales vagueou a imaginação ávida de poetas, historiadores e romancistas, ansiosa de descobrir *heróis* e *personagens*, bobos e menestreis para novelas e narrativas históricas.

A retirada desses nobres senhores feudais do seio de suas terras, do meio do seu povo para os grandes centros; a redução a escombros destes cenóbios de penitência e de oração, de conjunto com o trabalho e o estudo, donde constantemente se erguia ao Céu um hino eterno ao Criador, foi obra e vitória inútil do Liberalismo que, apesar de glorificar-se de ter desferido o golpe de misericórdia sobre as velhas instituições nacionais, nem ao menos soube ou pode fazer qualquer coisa que compensasse estas perdas irreparáveis.

Já então se levantaram ao Céu, como há-de ver-se quando tratarmos especialmente da freguesia de Bouro, os mais clamorosos protestos contra a destruição de um fabuloso património artístico que jamais poderá reconstituir-se.

Hoje, decerto levanta-se do fundo dessas ruínas confrangedoras, debaixo dessas lages claustrais, que abrigam as cinzas de monges humildes e de prelados insignes

em sabedoria e santidade, um côro de imprecações e de condenação contra todos quantos concorreram para a derrocada moral e material de uma grandeza que levou séculos a construir.

Naqueles tempos distantes, de verdadeira e sã actividade, tiveram os antepassados a notável preocupação de lançar os alicerces de uma obra imorredoira, que ultrapassasse a memória das gerações.

Dos velhos códices e escrituras, das instituições de vínculos e herdades, dos morgadios, das meações e terços, de legados, que tudo foi criado para salvaguarda e firmeza do legítimo direito e posse da terra, esse pensamento ressalta à vista nestes termos:

«.....et qui hunc facto nostro infringere tentaberit reus sit ac sancto comunione separatus et cum iuda traditore accipiat participio in eterna danatione.....»
(Dipl. et Chartae-In fundatione cujusdam ecclesiae.)

Sobre tão expressas disposições da última vontade de gerações heróicas, sucederam-se dinastias vigorosas e robustas de obreiros da terra, que fizeram do meio rural o apanágio da riqueza e do bem estar; criaram a poesia e o lirismo do viver puro e simples das nossas aldeias; conquistaram o testemunho universal da sua simpatia comunicativa, pela doçura do carácter, atracção e hospitalidade, pela sua alegria e ritmo de suas danças nas festas, nos arraiais, nas romarias encantadoras, em que os rapazes e as raparigas se desafiavam, cantado, e logo se correspondiam em versos improvisados.

Ninguém nos pinta melhor e com mais naturalismo e vivacidade de cores, que a pena genial do autor de «Os Fidalgos da Casa Mourisca», o quadro deplorável que nos últimos quarteis do século dezanove ofereceram as fachadas armoriadas dos nobres solares da velha fidalguia, a levantarem-se solenes e tristes, mas desertos, no meio das quintas e das várzeas incultas.

Agora, no nosso século, a distracção do homem do campo do meio dos seus afazeres, atrofia e definha a burguesia e mediania rurais; e, se não se acautela, compromete-se irremediàvelmente, entregando nas mãos da nobreza do ouro, do dinheiro, o património sagrado que lhe legaram seus maiores, perdidada a noção de que a vida do

lavrador é a mais nobre e digna das actividades humanas; de que o verdadeiro e são patriotismo não é um sentimento vago nem abstrato, mas encontra o seu fundamento no amor e apego à terra em que nascemos.

É certo que, hoje como ontem, é e será sempre o homem dos campos quem reabastece de nova seiva, de saúde e vigor, as grandes cidades.

Com efeito, todos os dias, a partir das estações de caminho de ferro desta e de outras províncias, o indivíduo muitas vezes semi-selvagem, amorfo, entra nas calhas da vida com destino às capitais do mundo; e aí, aos tropeções, aos emporrões, cai aqui levanta-se acolá, numa verdadeira luta pela própria existência, transforma se, como se passasse por misteriosa fábrica de fundição, no cidadão útil e honroso da sua pátria.

E só degenera na escória da Sociedade, quando relega e deserta dos sãos princípios que recebeu no berço, e sempre andaram aliados às mais altas qualidades morais, ao mais notável amor ao trabalho das populações nortenhas, que foram as primeiras a criar a Lusitanidade do Novo Mundo que é o Brasil.

Voltavam outrora, ao fim de muitos anos, a matar saudades infindas da Pátria, a aformosear a casa paterna, a beber da mesma fonte, a abraçar e a descançar sob a mesma árvore secular, a dormir o sono eterno junto do campanário humilde de suas queridas aldeias.

Da vida primitiva e dos costumes patriarcais

II

Pelas ligeiras considerações, que antecedem, pode já concluir-se que pouquíssimas terras podem orgulhar-se de tão profundas tradições e raízes históricas, como as de Entre Homem e Cávado.

Mas, se porventura quisermos recuar muito mais atrás e reportar a sua história a mais dilatadas origens da da vida humana sôbre a terra, basta percorrer com atenção os cumes de algumas das suas montanhas, para aí encontrarmos indeléveis vestígios da existência do homem primitivo.

Eles são notáveis através de toda a Serra do Monte e descendo até «Palas», sobre o lugar de Santa Cruz, na extrema dos dois concelhos; estacionando no alto das Cadeiras, aí se denunciam pelas *covinhas*, pelas *pègadas*, os *penedos fendidos*, *sobrepostos* ou *acastelados*, em posições caprichosas, a darem indícios dos mais rudimentares ensaios que o homem dos remotíssimos tempos neolíticos, da pré-história, começou a praticar muitíssimo antes de atingir a beleza, a perfeição e as formas da arte de construir nas próprias civilizações antigas.

Encostada a um tosco *dolmen*, encontra-se aqui, muito bem disfarçada, uma enorme pia deborcada.

Por súbita inspiração, acalorou-se, há umas dezenas de anos, entre os povos vizinhos das Cadeiras a ideia de erigir naquele sítio uma ermida que ali consagrasse determinados sinais de santidade que parecia respirar-se, à semelhança de muitas outras que, como pombas brancas, coroam os cimos dos montes da nossa terra.

Sendo certo que por aí arrastaram a vida, sujeita a total desabrigo e desconforto, pedaços da humanidade dis-

tante e, se outrosim souberam obedecer aos demais preceitos da lei natural outorgada ao homem do Velho Testamento, pena seja que a projectada ermidinha do Catolicismo não assinalasse sobre a cinzas de tão longínqua estância pré-céltica o triunfo da Redempção.

* * *

A fertilidade e a doçura das vertentes destas serras, abrigadas do norte por uma espessa cortina de montanhas, permitiram, efectivamente, que aí se fixassem, desde muito cedo, os seus primeiros habitantes, que depois se acomodaram aos verdadeiros moldes da vida patriarcal.

Bouro, *Boarium* dos Romanos (de *bos*-o boi), com a Cabreira (de *capra*-a cabra) na vertente oposta, só aquela palavra ficou para sempre como o mais sólido e expressivo monumento a testemunhar a riqueza e a prosperidade dos velhos tempos patriarcais, em que os antepassados se sustentaram quase exclusivamente do pastoreio de fartos rebanhos e conjuntamente da caça a animais bravios.

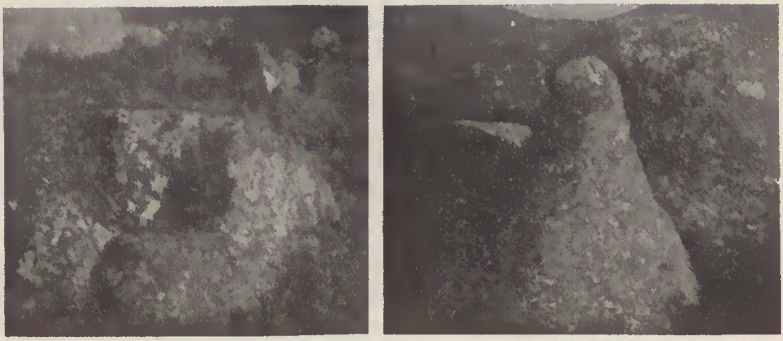
Foram esses verdadeiros ciclopes das montanhas, verdadeiros exemplares de robustês e de sã energia, que no decurso dos milénios e dos séculos espalharam a vida e a actividade pelas povoações das alturas serranas; e, derramando-se, vieram a povoar depois os vales e as planícies.

Mal se deixando engolir pelos dilúvios como pela infiltração e mudança dos costumes, as terras montanhosas mantiveram, até aos tempos mais modernos, as sobrevivências dessas remotíssimas eras, no regime pastoril dos rebanhos e das *vezeiras*, em que o povoamento florestal desferiu um golpe decisivo.

A natureza e acidentes do terreno foram, designadamente para os Romanos, o principal motivo da escolhade topónimos para a maior parte dos lugares que baptizaram.

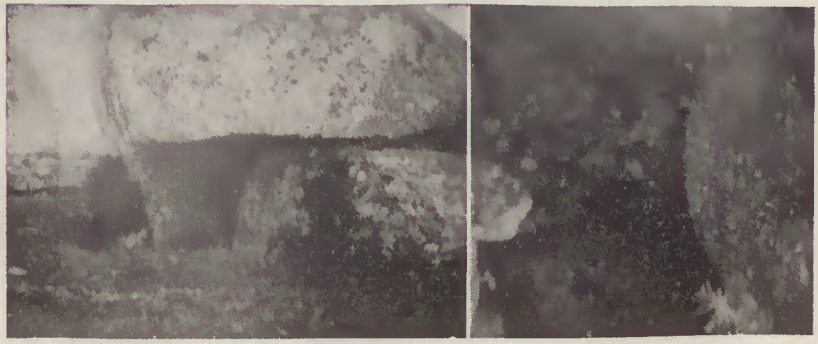
«*Cadeiras*» dá por conseguinte a entender que tais utensílios por ali existiam, pesadas peças mobiliárias desse homem da pré-história. Na verdade, quem descer no sentido sul, em direcção a Seramil, encontrará junto de um penedo isolado, muito bem talhada na pedra, uma cómoda poltrona, tendo por tapete uma mouta de tojo e relva.

Vale a pena subir a esta bela mansão, para gosar daqui o mais deslumbrante panorama que possa conceber-se.



NO ALTO DAS CADEIRAS

Uma cadeira e um monumento paleolítico



NO ALTO DAS CADEIRAS

Um dolmen e uma enorme pia deborcada

Olhando simplesmente à roda, domina-se com a vista mais de meia província; aos pés toda a Ribeira do Homem, na frente os dilatados horizontes, desde a Gavieira, Peneda e Soajo, Mixões da Serra e Aboim, até às alturas do Sameiro, Lanhoso e S. Mamede, com o majestoso Vale do Cávado a fundo.

Extraordinária coisa, em pleno verão a água rebenta espontânea e cheia de frescura da rocha viva, no cimo desta montanha.

É a Fonte dos Feitiços, a nascente do Salgueiral que enche de seiva e tornou famosas as finas e saborosas laranjas do seu nome, uma das melhores produções da nossa terra, as ricas maçãs douradas que justamente brilham no escudo do nosso concelho.

Aproveita-se a oportunidade para informar que, de mistura com estes curiosíssimos sinais da vida de nossos longuínquos avós, encontra-se na rechã, mais ou menos a nascente dos penedos grandes, até agora ignorado, um dos padrões por que se demarcava o antigo Couto de Bouro.

É um marco com mais de um metro de altura, de arestas polidas, quase arredondado, tendo no cimo uma cruz gravada no rigoroso sentido dos pontos cardeais e na face sul, muito bem desenhada, a inicial maiúscula da palavra «Bouro.»

O Julgado de Bouro
— O Castelo —

III

Se atentarmos no tempo do povo rei, que dominou o velho mundo, encontramos à frente das muitas parcelas em que se subdividiu o império romano, o *pretor*, o *cônsul*, o *procônsul* no govêrno dos povos que submeteram.

Sob o império visigodo, presidiu aos destinos de grandes distritos o *gardingo*, que se destacava de entre os mais abastados e ricos proprietários das classes visigóticas e há disto boa memória no lugar de *Gardenha* da freguesia de Gondoris, o qual, supõe-se, teria sido a sede de um *gardingato*.

Com a queda deste império, *califas* e *alcaides* apossaram-se de quase todas as terras da Espanha.

Através da reconquista o *dux*, o *comes*, e mesmo o *episcopus*, apresentam-se como chefes essencialmente militares e deveras aguerridos, a conduzir os destinos de muitos povos, cujas fronteiras variavam consoante a sorte das armas.

Note-se ainda que uma boa parte das terras do país constituiu-se em *tenências* durante determinado período que precedeu a formação do Condado Portucalense. D. Paio Gutterres, a quem se atribui a fundação do mosteiro de Tibães e ter sido seu abade até à morte, apesar de leigo (Livro Velho), *teve* a terra de Braga por Afonso VI de Leão, que chamaram o «imperador».

À medida que a conquista e posse das terras se foi consolidando em poder dos cristãos, assiste-se à transfosmação do chefe de carácter puramente militar no magistrado, já de feição civil e fiscal e aparece o *judex* a presidir ao *julgado* e ao *termo*.

Nesta primeira tentativa da organização administrativa do Reino, à data das Inquirições de 1220, o Julgado de Bouro estendia a sua jurisdição por nada menos de 70 freguesias, desde a fronteira com a Galiza a Prado e Nóbrega, por Larim, Vila-Chã e Regalados: «*De tota terra quam judicat Pelagius Pelagii judex de Boiro*».

Estas medidas de Afonso II, tendentes a saber das fontes de receita do Estado, pouco foram além do papel, ou melhor, de serem gravadas nos velhos pergaminhos, e ainda bem que o foram, de outro modo não teríamos hoje um dos mais fieis repositórios dos acontecimentos desse tempo.

Natural é, porém, que se compreenda que só ao seu valor estratégico deve ainda continuar a atribuir-se a preponderância de muitas terras, porquanto a sua influência militar, como por vezes a religiosa, pesou por largo espaço na balança política do tempo.

É especialmente sob este aspecto que vai apreciar-se o Julgado de Bouro, que, de incalculável arsenal de poderio militar, foi-se transformando na mais pacata e discreta povoação nortenha; e nem deixa ver os menores vestígios de antigo potencial guerreiro, no disfrutar do sossego e da paz que levou séculos a conquistar.

Bouro, *Burio, Boiro*, avantajava-se então às mais importantes vilas e povoações do seu tempo, mas foi caindo no esquecimento uma vez que ricos-homens e cavaleiros, escudeiros e infanções, que antigamente povoaram estas terras, foram marchando para o Sul atrás do clarão de cem batalhas, a levantar do nada o nome e o valor de outras tantas vilas e povoações, que hoje são cidades e capitais florescentes.

Da passada grandeza destas nossas terras, em que apenas rumoreja o constante bulício dos campos, poderia levantar-se aqui um pálido monumento escrito, se ao modesto autor destas linhas não faltasse o género de uma prosa fluente e viva, a acrescentar algumas páginas à História desse período heróico em que ela se enquadra.

E é a semelhante propósito que, com toda a razão, pode exclamar-se com Manuel de Faria:

«Acordaram tarde demais os escritores portugueses para referir as façanhas de seus herois, que muitas per-

Frácifco de Sà de Mirãda. Biblioteca Municipal de Amares

deram-se irremediàvelmente no naufrágio do esquecimento»

* * *

Quando o reino da Galiza, a cuja sorte estavam intimamente ligados os interesses de Portucale, era um vasto campo de manhas e artifícios e o principal teatro da enredada política peninsular. os *moradores* e *guardadores* do Castelo de Bouro juraram solenemente que se constituiam em verdadeira muralha intransponível, com sentido na defesa de uma autonomia nacional.

E, quando a seu tempo concorreram ali pèrto a Vale-de-Vez, a exercitarem o célebre jogo do Bofardo, que deixou tristemente célebre para galegos e lioneses o lugar da Veiga da Matança, nome que lhe ficou, do feito, imagine-se a valentia e temeridade, a arte e manhas do combate *quod populares dicunt Bufurdium* (da Crónica Gótica) destes homens das montanhas, familiarizados no convívio e caça das feras, inteiramente dados às leis soltas da guerra. do verdadeiro *homo lupus hominis*, a defrontar os seus adversários, que não ficaram com mais vontade de experimentar a destreza dos golpes portugueses.

Mas o que era e onde, esse Castelo de Bouro, se dele não faz menção o catálogo das fortalezas nacionais, nem sequer existe memória das suas ruínas?

Respondem os textos das Inquirições, tão claramente como segue:

«*De Santo Pelágio de Carvaleira..... . Et progenies de Don Distele, et de Reimondo Alvariz, et de Don Guiloi et de Don Guimiro debent habitare in Castelo..... et quidam vadunt facere castellum*».

«*Item dixerunt que geeracion de Gunsalvo Petri é morador et guardador do Castello de Boyro, et tenia por en j. casal in prestamo d'el Rey. Et todos desta collatione levavam as tabolas et a madeira ao Castello et faziam o taboado et as escaadas*».

«.....*que quando am guerra et meterem apelido, vam guardar o Castello de Bouro*».

Foi um desses exemplares castelos de madeira, que na arquitectura militar medieval precederam os castelos de pedra, no sistema da defesa feudal das vilas e cidades fortificadas.

NO ALTO DAS CADEIRAS

Padrão, até agora ignorado, por que se demarcava o antigo Couto de Bouro

O Castelo de Bouro é um trofeu glorioso, mas ignorado, da defesa e da emancipação de um Povo»

Em toda a extensão da raia seca nortenha confinante com a Galiza, a Portela do Homem foi, desde os mais remotos tempos, na evolução étnica de tantos povos que transformaram a península em campo de manobras de suas aventuras militares, um autêntico corredor franqueado à intrusão de francos e romanos, vândalos e arábicos.

Por ali se desencadearam todos os movimentos hostis de povos invasores, em incursões, correrias, devastações, para de novo se refugiarem por detrás destas montanhas, vitoriosos e carregados de despojos e do pó das batalhas, até que um dia levantou-se um protesto e um brado:

—Alto, que já é demais!

E puseram-lhe uma sentinela, este marco miliário da Independência, qual foi o Castelo de Bouro.

O «Campo do Gerês» ergueu-se à altura de praça de armas, arraial permanente, vigilante da integridade territorial.

O Castelo de Bouro situava-se na *Carvalheira* e era construído com os fartos materiais, que as florestas de carvalheiros seculares para esse efeito forneceram.

Ao redor de uma larga praça abriam um fosso largo e profundo; e a terra proveniente arrastavam-na e acumulavam-na no centro da mesma praça a formar um montículo artificial de que se elevava a principal torre de vigilância.

Na orla da margem interior do fosso, grossos estacões quadrados de carvalho, bem enterrados no chão e fortemente unidos, formavam um cerrado ou paliçada mais sólida e resistente ao trabuco que as avantajadas muralhas de pedra.

Dentro da mesma praça e sobre mouchões naturais e artificiais, levantavam-se outras torres e dependências de vária ordem, como as habitações do Casteleiro, depósitos de armas, de munições e provisões, cavalariças, pocilgas e capoeiras, quanto seria preciso para sustento dos homens de dezenas de freguesias que ali acudiam em tempo de guerra, como de um modo espontâneo declaravam os jurados das Inquirições:

«Et vadunt ad apellidum et ad Castellum...»
«E omnes vadunt custodire castellum et portelam...»

De dádivas e de foros, por direitos de anuduva e fossado, de venados e altanaria, tudo ali vinha em abundância de landes e castanhas, palhas, azeite e mel, galinhas e ovos, queijo e manteiga, mãos e espáduas de urso e de porco montês, um verdadeiro arsenal de provisões de boca e de guerra, arrecadadas pelos mordomos das terras, para a manutenção de cavaleiros e peões, pagens, estribeiros, serviçais, peregrinos e servos, de que se compunha a populosa guarnição desse velhíssimo Castelo de Bouro.

Escadas móveis, de madeira, permitiam a transposição do fosso e acesso a todas as dependências da singular fortaleza.

Grossas e largas pranchas ou tabuões formavam a contextura das empenas, reforçadas interior e exteriormente com um revestimento de tabuado, que matava todas as juntas ou fendas.

Como toda a edificação era de madeira, ficavam bem disfarçadas todas as portas, que se aferrolhavam com fortes trabincas e tranquetas.

No labirinto da complicada rede de fortificações deste castelo, em que, à distância de tantos séculos mal se pode atingir as delicadezas do pormenor, também não faltavam as lojas subterrâneas em que se armazenavam os presuntos e as freamas, sem contar com o sórdido e húmido ergástulo destinado a captivos e criminosos.

No recinto da vasta cidadela há que destacar os aposentos do nobre casteleiro

Denunciavam-lhe a moradia cabeças de lobos, de javalis e de águias reais, pregadas em larga porta que se arrastava, girando sobre quícios ferrugentos.

É fácil concluir que os ricos homens e seus apaniguados em parte alguma poderiam encontrar, como aqui, o mais favorito de seus passatempos, a caça, desporto predilecto da nobreza e do clero, por ser o que mais se assemelhava ao exercício da guerra.

Pontas ramalhudas de veado e de cabrito montês, peles de urso bem esticadas a mostrar o lábio ferino eriçado de cerdas horripilantes, adornavam o vestíbulo da habitação.

Se de princípio não se esperava outro fim que não fôsse o da defesa e segurança, depois a reconhecida necessidade de se manterem habitadas e guarnecidas estas construções, foi-se-lhes imprimindo um certo ar de comodidade e confôrto, até que atingiu o luxo e ostentação dos palácios e solares do Renascimento.

Pendiam pelas paredes, em armeiros e lanceiros os escudos e armaduras, as lanças e as espadas, de mistura com as trompas e os buzios por que se transmitiam os sinais de caça e de campanha.

Em noites frigidíssimas de rigoroso inverno, que a toda a volta, pelas elevações e declives da gigantesca serrania não se enxergava senão o espesso manto de neve que tudo cobria e enregelava, e do norte sopravam rajadas impertinentes de vento cortante, poderia ver-se ao centro de vasta quadra, a enorme lareira, e do pesado cepo saírem alterosas as chamas, cujos reverberos se espelhavam, no aço polido das armas suspensas pelos enxaiméis do típico aposento.

No recinto da benquista fogueira, enquanto as ricas-donas e damas da sua roda, se empregavam no arranjo e preparo de peles e peliças, muito do uso do tempo, ou a enfeitar as cimeiras dos elmos com fitas que flutuavam ao vento no rodopio dos combates, os cavalheiros jogavam ou ensaiavam canções amorosas e guerreiras ao som do alaúde e à laia de menestréis, quando não recordavam episódios de combates e peripécias heróicas e burlescas de muitas aventuras de caça.

Os homens de toda a região acidentada, das terras de Entre Homem e Cávado, subiam a apinhar-se neste castelo que coroava a fortaleza das montanhas, *um por todos e todos por um*, pelo isolamento, pela conformação e natureza do solo que habitavam, a darem o verdadeiro exemplo de coesão, que a seu tempo contribuiu incalculàvelmente para o grande movimento de força e expansão nacional.

O Castelo de Bouro foi o ponto nevrálgico de todo este sistema de vida dos povos das montanhas que o homem preferiu, enquanto não se estabeleceu sobre a planície a paz e relativa tranquilidade.

Pode dizer-se afoitamente e sem receio de errar, que

não há terra alguma onde possa arrancar-se raíz mais profunda na história de um povo, que como este se tenha mantido ininterrupta e fielmente na tradição de costumes e de instituições desde os mais recuados tempos.

O Castelo de Bouro, não lhe importava apenas a segurança de uma cidade, vila ou povoação, mas de uma Nacionalidade toda inteira.

O pó, a que o reduziu o peso dos séculos, transcende em glória a das próprias ruínas de Faria.

Útil, prático, despretencioso da arrogância das fortalezas de pedra que ainda campeiam e são motivo de justo orgulho de muitas das nossas terras, por serem relíquias venerandas de um passado heróico, o Castelo de Bouro nem ao menos legou aos vindouros o encargo da conservação de seus gloriosos despojos.

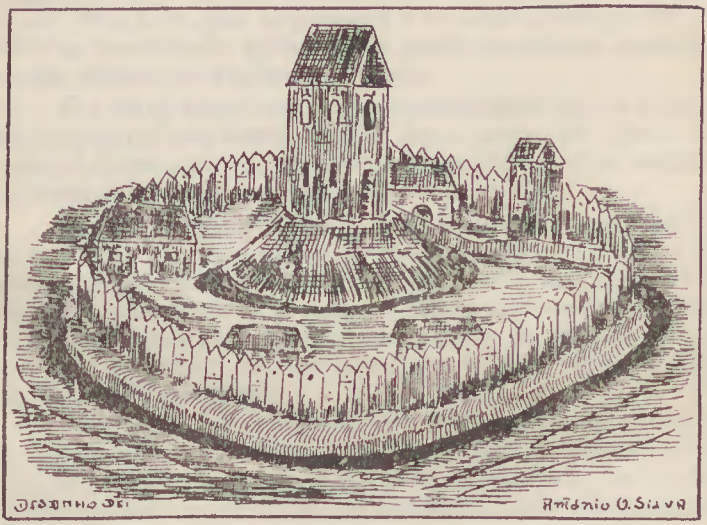
Consumiu-se em camparase, mas foi extraordinàriamente forte como o róbur da floresta que lhe deu o ser; e não é por mero capricho ou simples fantasia que o ramo de carvalho, entrelaçado de louros, circunda como um símbolo o escudo nacional.

Não é fruto de imaginação, mas a verdadeira interpretação das crónicas do tempo, isto que acaba de referir-se à volta do Castelo de Bouro, que poderia ter-se denominado «Castelo das Montanhas», como antes se chamara Mosteiro das Montanhas *Monasterio in montanis* (Liber Fidei), o Mosteiro de Bouro, em cujos abades vieram assentar prerrogativas e obrigações dos antigos casteleiros, com o título de capitães-mores em seu Couto.

Os habitantes de Santa Marta, Goães, Vilela, Seramil, Paredes-Secas, Paranhos, Caldelas e Sequeiros, como das demais colações da «terra de Bouro», confluiam nesses pontos pré-estabelecidos e com funções determinadas de subirem ao Castelo, fazerem velada de armas e a ronda das montanhas.

Todos os reis de Portugal, especialmente desde D. Dinis, descansaram nos povos destas terras a defesa da Portela do Homem, isentando-os de dar soldados, cavalos, éguas e palhas, só com a obrigação de servirem, para este efeito, o dom abade de Bouro.

Quem hoje observa com indiferença e quase despeito, das cidades e das planícies, o ar severo e rude des-



Um castelo de madeira

tas ásperas montanhas, onde só parece reinarem os seres da natureza bruta, com sua habitual pujança, e os habitantes da selva, dificilmente pode de todo convencer-se que elas foram, por muito tempo, autênticos alfobres de ricos homens e cavaleiros; de uma boa parte da nobreza da Espanha, a qual se achou comprimida neste estreito recanto do noroeste peninsular, durante alguns séculos que a causa da sua libertação, do jugo sarraceno, caiu por vezes no desespêro e no indiferentismo.

Por aqui derramou-se então, obscuramente, muito sangue de heróis que abriram e fecharam os olhos para a luz do dia, sem que lograssem ver desanuveados os horizontes demasiado estreitos da pátria oprimida, assaltada a cada passo por ondas de infieis.

E é para estes heróis desconhecidos, que a História não alcançou, que tento erguer aqui, como se fôsse um pedestal a coroar o cimo destas montanhas, o modestíssimo monumento de uma recordação piedosa.

Sôbre os antigos Hermínios levantaram os habitantes da Beira glorioso padrão a consubstanciar os feitos gloriosos dos Lusitanos, não obstante alguns dos mais abalizados historiadores dos tempos modernos se recusarem a entroncar neles, por falta de identidade de raça e de continuidade de acção, os empreendimentos heróicos dos Portugueses da Fundação.

O mesmo não pode com verdade dizer-se quanto aos «Lusitanos do Norte» que, entrincheirados desde sempre por estas montanhas acima de Braga, jamais poderá imputar-se-lhes a cessação da sua actividade na defesa da própria independência, resistindo primeiro com denodo e brio às legiões dos Césares, submetidos depois pela força das circunstâncias, a influência benéfica da mais intensa romanização que ainda hoje aqui pode verificar-se através de vestígios de uma obra incomparável de fortificação, de velhas pontes e estradas, inscrições e miliários, meio e veículos de uma acção civilizadora, em que a lingua, religião e costumes, como a própria raça, começaram a mesclar-se.

Suportando os actos de vandalismo suévico, aos primeiros alvores da Evangelização e da pureza da caridade cristã, que, mal despontara, logo galvanizou profundamen-

te as almas, de modo a evitar providencialmente que naturais e invasores se travassem em duelo de morte e dilacerassem como feras, comungaram depois da pacificação visigótica que se extinguiu nas margens do Guadalete com a derrota de Roderico, que toda a Espanha chorou inconsolàvelmente.

Quando por detrás destas montanhas soou o grito de guerra do herói de Covadonga, o nobre Pelágio, os seus habitantes em breve recuperaram alento e pouco a pouco foram-se revestindo da personalidade varonil e forte que também os fez restauradores de reinos cristãos.

Aqui, sem dúvida, encontra-se o natural e desejado encadeamento das acções heróicas de nossos maiores, desde os feitos brilhantes e generalizados dos habitantes da antiga Lusitânia até aos tempos heróicos da Reconquista, podendo asseverar-se que destas terras privilegiadas da Natureza,a que o Criador do Universo imprimira as formas gigantescas, brotou abundantemente a verdadeira fonte pura da Lusitanidade.

Com o ruir do império visigótico em 711, a cavalaria cristã desbaratada que pôde escapar-se, perseguida pela onda avassaladora do islamismo que alagou a terra peninsular em mar de sangue e ruínas, veio fortificar-se por estes montes.

Houve quem aventasse a hipótese do possível ermamento destas terras, com base no *Christianos secum ad patriam duxit* de Afonso I das Astúrias.

Puro engano; e só assim julga quem mal conhece e aprecia de longe as arreigadas e profundíssimas tradições destes antigos povoadores das montanhas, que já no tempo dos romanos, quando estes supunham a terra deserta e despovoada ou limpa dos naturais, seus inimigos, ei-los que surgiam de emboscadas, dos próprios troncos carcomidos de velhos robles, através da espessura de florestas seculares, do que lhes proveio o topónimo de *querquenos* —antiquíssima cidade de *Aquae-Querquenae*, junto à nascente do Homem.

Agora, serviram de valhacoito e asilo a essas turbas de cavaleiros andantes, restos de velhos castros e cidadelhas, desmantelados pela fúria dos tempos e de muitos povos invasores; toscos pardieiros e castelos de madeira,

à semelhança da cova de Santa Maria no monte Auseva ao primeiro rei das Astúrias, num improvisamento e belo significado de que não pretenderam fixar-se e gozar as delícias da terra, mas ir cada vez mais além e muito longe em novas arremetidas, até lançarem de novo ao mar, varrer da Espanha seus irreconciliáveis inimigos.

Criaram os filhos por nóbregas e paramos, pelo sistema de amadigos, que os textos das Inquirições tão clara e frequentemente deixam transparecer que se encontravam generalizados por estas terras, enquanto se ocupavam na guerra contra os infieis ou iam ou voltavam das cruzadas.

Só mais tarde desceram seguramente à planície em novas gerações, a repovoá-la, a levantar das ruínas as povoações, a construir torres e solares, igrejas e mosteiros, as fortalezas de pedra que serviram de pulmão de aço contra novas investidas e ainda hoje se elevam soberbas e altaneiras no coração das vilas e cidades, ou em descampado.

Antes, porém, sofreram longos tempos de privação e sobressalto estes habitantes das alturas.

Pelos cimos destes montes brilhou, a sério, com toda a ciência e arte que podia imprimir-lhe o seu tempo, a luz dos fachos, a chama das almenaras em noites consecutivas de vela às armas, em apoio e íntimo contacto de toda a guarnição do Castelo de Bouro e o sistema defensivo da Portela com as linhas avançadas dos cumes dos montes que se vão postando para o sul. *In Judicato de Boiro..... Santa Maria de Cubidi..... todos desta collatione levam a madeira et fazem no Castello, excepto a quintana de Vilar et de Johanne Mouro et Petro Pelaiz, que* **vam aa vela.**

Pena seja que as juventudes de hoje, que tão dignamente costumam invocar estas maravilhosas cenas históricas de um passado glorioso e heróico, estes quadros inolvidáveis dos acampamentos medievais, não venham, em patriótica romagem de recordação e fortalecimento, repeti-los nestes lugares em que na realidade se representaram.

Os direitos da coroa

Usos e costumes

IV

Se este foi o objectivo primário das Inquirições, mal pode passar-se adiante, sem dedicar a tal assunto alguma atenção.

Sabe-se que os primeiros monarcas, ora se alargavam, ora retraíam em benefícios e privilégios a prelados e ricos-homens seus companheiros de armas, conforme o partido guerreiro de que careciam para seus empreendimentos militares.

Por exemplo, em 27 de Maio de 1128, vésperas da batalha de S. Mamede, D. Afonso Henriques encontrando-se em Braga, rodeado de seus mais fiéis partidários, entre eles o arcebispo D. Paio Mendes, irmão do Lidador, fêz a todos as mais amplas e agigantadas mercês, e à catedral bracarense, entre outras, a de poder cunhar moeda, concessão que depois terminou por acôrdo com D. Sancho I.

Porém, entre 1216 e 1217, D. Afonso II deu-se ao cuidado de percorrer as terras do norte do reino, com o fim de examinar títulos de propriedade, pouco disposto a considerar justas todas as concessões de seu pai e avós, ficando sòmente válidas as que ele quisesse *confirmar — Confirmações gerais*.

São de rudimentar conhecimento da história, as discórdias que este rei teve com os seus irmãos, por se recusar a ceder-lhes senhorios que o pai lhes doara.

Se é natural que de facto se verificassem abusos e usurpações, também devia admitir-se que os actos da vida civil não eram ainda tão perfeitos que sempre fôssem de-

vidamente acompanhados de formalidades legais, que a todo o tempo pudéssem servir de prova de direito, tanto mais de mercês feitas muitas vezes na eminência das batalhas e dos combates para estimular a emulação e o brio dos acampamentos; e só isto poderia desculpar o não estarem convenientemente documentadas todas as doações dos reis seus antecessores.

Sobre tal estado de coisas foram ordenadas as *Inquirições Gerais* de 1220, que provocaram grave agitação, aumentando os agravos e o descontentamento que já vinha das *Confirmações*.

De uma maneira geral, as dissensões e mesmo as lutas civis, que desde esta época se desenrolaram em quase todos os reinos cristãos e chegaram a atingir o século XV, tiveram como principal causa a discussão e posse das terras conquistadas.

Primeiro que todas entrassem igualmente na tributação geral do Estado, vai o largo espaço e longo calvário em que vastíssimos interesses se debateram entre a coroa e as classes privilegiadas.

Este, porém, é assunto para tratados e não se acomoda às reduzidas proporções de uma simples monografia; no entanto, certos aspectos da política e acendrado partidarismo que daí resultou, serão esboçados adiante e sob título especial, por se acharem ligados a estas terras os nomes de alguns dos seus mais classificados protagonistas.

A produção e cultura, que variam de terra para terra; os hábitos e sistemas de seus habitantes, relativamente a esse tempo; como outras circunstâncias e pormenores históricos, são conhecimentos importantíssimos que podem obter-se através desses preciosos textos das Inquirições e servem para medir uma distância e profunda transição, quer tentemos compará-los com o presente, quer investiguemos o que ainda sobrevive do passado.

Em cada *colação* ou freguesia eram onze os membros do juri das Inquirições, os *jurados*, sendo o primeiro deles o abade ou o prelado.

Entre eles teriam comparecido ainda alguns dos velhos aventureiros das campanhas do Conquistador, a apelar por direitos adquiridos pela força das cicatrizes e das lórigas dilaceradas por lançadas inimigas.

Responderam aos inquiridores que o soberano nenhuns direitos aqui possuia e, quanto a padroados, também não era padroeiro.

Os regueengos ou direitos do rei eram os que recaíam sobre certas terras do património real e, onde raramente os havia, pagavam dos lugares da povoação a metade, a terça ou quarta e do monte a sexta parte dos frutos.

Padroado era o direito de protector ou padroeiro, adquirido por quem fundasse ou dotasse igreja ou mosteiro.

Já foi referido que as terras pròpriamente ditas de Entre Homem e Cávado estiveram até aos últimos tempos sob a alçada do clero e da nobreza, mas, que assim não fôsse, foram muitas as razões por que os povos se escusaram do pagamento dos direitos do rei: a prestação de serviços em obras de fortificação e defesa, a qualidade de ricos-homens e cavaleiros, a nobreza de que se achavam investidos pelo sangue ou por acções heróicas, o que ostensivamente exprimiam pelo uso de *don-dominus*.

Se não eram nobres, procuravam garantir-se dos privilégios concedidos aos que criavam os filhos dos reis e dos ricos-homens, no que consistiam os *amádigos* e os *paramos* que, por redundarem em grande abuso, foram abolidos por D Dinis em 1290.

Tudo isto, mais as terras privilegiadas das igrejas e dos mosteiros, que eram os *coutos*; as pertencentes aos nobres eram as *honras*.

Coutos de homiziados, foram os lugares onde os reis, no desejo de povoá-los, admitiram que se refugiassem da justiça os criminosos.

O próprio rei D. Dinis definiu expressamente o que era *coutar uma terra*, isto é, «escusar os seus habitantes ou moradores, de *hoste* e de *fossado*, de *foro* e de toda a *peita*».

Ser insento da hoste e de fossado era o mesmo que ser insento do serviço militar.

A história acidentada da posse do Couto de Santa Maria de Bouro, em mãos do respectivo dom abade e seus religiosos é a lição mais eloquente acêrca das desinteligências e reivindicações destes primeiros tempos da monarquia:

Foi lhes doado na pessoa do abade D. Nuno, em 1148 e, porque se queimou o cartório do convento voltou o primeiro rei a reformá-lo em seu sucessor, o abade D. Paio, em 1162, o mesmo *confirmando* seu neto D Afonso II; mas seu filho, o rei D. Sancho II logo quis tirar-lho, in duzido por D. Mécia Lopes de Haro, que uns dizem mulher e rainha, outros não.

Logo acudiu o abade dom João com mil maravedis de ouro, importância por que o mesmo rei lhe fez título de venda, em Braga, a 3 de Junho de 1256, comprando o que já lhes pertencia por doação e confirmação.

D. Afonso III, seu irmão, não dando por bom, este contracto, mandou derrubar os padrões do Couto, motivo por que andou o convento em demanda até 1279, que o receio da morte, com o peso das censuras e excomunhões, levaram-no a corrigir e compensar certos actos que recon siderou de violência do poder real, e ainda lhe deixou em testamento de antemão preparado, em 1271, segundo a Monarquia Lusitana, cem libras.

D. Dinis, seu filho, estando em Lisboa, a 19 de Março do mesmo ano, ordenou que se levantassem os padrões e os frades entrassem na posse do seu couto

* * *

Recebia aliás o rei ou o senhor da terra, por intermédio de seus *mordomos*, encarregados de zelar e superintender em cada freguesia nos respectivos interesses, uma grande diversidade de *foros e dádivas*, donde naturalmente pode inferir-se o notável atraso da exploração agrícola e correspondente nível de vida desse tempo.

O Senhor da terra tinha direito de *pousada*, geral mente em casa de algum dos respectivos mordomos.

A foragem dos secos, isto é, dos cereais, compreendia-se na *eirádega* e constituiam-na essencialmente o trigo e o centeio, com absoluta ansência do milho, de que não se encontra o mais ligeiro sintoma ou referência, quando afinal aqui é o forte de pão de nossos dias.

A dos liquidos era a *lagarádega*, com respeito ao vinho e ao azeite, cada qual o mais raro relativamente a essa época, embora se lhes descubram alguns vestígios

Cruzeiro do Couto (Goães)

Em uma face do plinto:
«AQVI SE COMEÇA.....

Sabe-se que os primitivos lagares eram de madeira, e ainda no século XV eram muito raros os feitos de pedra.

Eram vários os títulos de enfiteuse, por que os senhorios directos auferiam tais direitos.

A *fossadeira* consistia no tributo a que eram obrigados os *cavaleiros vilãos* que não acompanhavam o rei ou o rico-homem em expedições militares Vem de fôsso, valos, cavas e outras obras de fortificação que se faziam à volta das praças, castelos, vilas, cidades, arraiais e outras fortalezas, para resguardá-las.

Pagavam uns tantos quarteiros ou quarteirões (do moio) de castanhas, umas vezes secas outras assadas; cestos de landes e também de castanhas, e diga-se de passagem, é do que ao tempo se demonstra maior fartura, com que o senhor da terra cevasse uns porcos que valessem uns certos maravedis, ou então a própria obrigação de engordá-los; muitas galinhas, frângãos e dezenas e até centenas de ovos (não se contavam por dúzias); uns tantos alqueires de sal; manteiga, mel, queijo e vinagre; umas tantas ou quantas livras de cera; feixes ou mósteas de palha; muitas cabeças de alhos e de cebolas; uns tantos côvados de bragal; em maravedis, se fosse a dinheiro.

É opinião de muitos economistas que o *bragal* foi tomado por estas terras, como base ou padrão de determinado valor em dinheiro para certas transações.

Por *jogaça*, recebiam os directos senhores umas taleigas de trigo de centeio, ou alquires de cevada; cabritos, leitões ou capões pelo S. João; *freamas* (fiambre, presunto) e *carnes* (toucinho) que valessem uns tantos soldos ou moios.

O almude e o alqueire, que de princípio indistintamente serviram, tanto para secos como para líquidos já então variavam de terra para terra, o que se encontra expresso por «medida velha», «medida de Braga» e «medida corredia» ou corrente.

Viterbo informa que estas pensões e ofertas passaram do foro civil ao eclesiástico e religioso, chegando, há alguns séculos, a cobrir os altares de grande quantidade de comestíveis, o que até certo ponto ainda hoje se verifica em dádivas às igrejas, sendo depois leiloados nos adros

entre os fregueses. Diz mais, a respeito da fogaça, que já no Velho Testamento se lhe encontra referência nos bolos delgados, cozidos debaixo da cinza ou rescaldo, porque se chamavam *subcinirícios*.

A fogaça seria, pois, o bolo da braza e da lousa dos tempos recentes; agora é a regueifa de trigo e de pão de ló, muito empregada para presentear ou obsequiar.

Tudo tem a sua história.

De *censura*, isto é, pela aquisição de propriedades da igreja, pagavam-se-lhe uns tantos almudes, cabaças ou taleigas de vinho, se houvesse vinhas; e esta preferência pelo vinho seria por efeitos e necessidade do culto.

A *taleiga* ou *teiga* era uma medida para secos e líquidos, que variava extraordinàriamente de terra para terra. Sendo o mesmo que o fole, feito principalmente das peles de animais caprídeos, ora se empregava no transporte de cereais e farinha, ora de vinho e azeite, sobretudo em animais de carga. Os povos dos montes ainda recentemente lhes davam este emprego, chamando-lhes *odres*.

Havia o foro de caça ou *venado*, mais frequente, como é natural, entre os povos serranos; e pagavam de veado ou cabra, o *corazil*, parte da peça que ia da pá até à cabeça, abrangendo duas costas ou costelas; se matassem porco montês, uma espádua; se fosse corso, uma perna; de urso, a mão.

A corresponder-lhe, sobre as terras marginais, a *entroviscada* foi um dos direitos dominicais a que fazem tão larga referência as crónicas do tempo. Consistia em serem os respectivos povos obrigados a concorrerem a este, hoje reprovado, processo de pescar, preparando uns o trovisco, fornecendo outros os comestíveis necessários para a merenda do senhorio, como fôssem galinhas, ovos, azeite, vinho, vinagre.

Condenado o sistema ficou por muito tempo comutado este foro em galinhas e outros géneros.

Eram ainda os devidos por *luctuosa*; e vinham a ser os que recebiam os donatários por morte dos seus rendeiros e os prelados pela vagatura de uma igreja que deles dependesse.

Consistia, por vezes, em dar aos reis e aos bispos a melhor jóia ou móvel que ficasse aos reguengueiros encabeçados.

Este tributo já provinha dos *mortórios* ou *mortulhas*, que eram a quarta, terça ou metade dos bens dos falecidos, pagas aos bispos e aos párocos. Destinava-se a compensar a igreja por qualquer fraude no pagamento dos antigos dízimos, cometida por ignorância ou esquecimento.

Pinho Leal diz que foi Manuel Machado de Azevedo, senhor de Entre-Homem e Cávado, que extinguiu aqui as lutuosas, mas parece que seria muito antes, isto é, no reinado de D. Dinis.

Ficou a quarta-funeral paroquial que ainda há bem pouco tempo subsistia em certas freguesias, paga em oblatas ou oblações.

Por *senarias* entendiam-se certas propriedades e direitos das igrejas, de que pode considerar-se como remanescência o passal, anexo à residência paroquial.

Havia ainda casais *subregâneos*, quer dizer, sobre que incidia o foro de um leitão.

Nesta barafunda de foros e dádivas encontram-se curiosidades deste género: "... *et pro directuris unam spatulam cum duobus nabos.... unam gallinam cum X. ovis...*" que faz sorrir do espírito de certo modo faceto e galhofeiro do tempo.

Calumpnia ou *Coima* era a satisfação, pena ou multa que se levavam pela injustiça, injúria ou afronta cometida. Correspondia primitivamente ao grito de *caritel* (hoje querela, crela). Era o grito de socorro, alarme, antes do estabelecimento da monarquia; depois, a ninguém era lícito gritar senão «aqui d'el-rei»; hoje é «oh da guarda» e parece que também tem a sua história.

No decurso dos séculos a grande maioria de semelhantes foros foi remida ou amortizada, donde a expressão de *foro morto*.

Os *bens das ordens* cresceram assustadoramente aos olhos dos primeiros monarcas, e por meios muito naturais como este de que dão prova os textos das Inquirições: «... *dixerunt que Fernandus Alfonsi fradou se in Boyro et deu li sua herdade foreira et non faz foro al Rey...*».

Com efeito, passando em revista esses mesmos textos, verifica-se, que quase todos os mosteiros e muitas igrejas de Entre-Minho e Douro, como Rendufe, Bouro, Tibães, Adaúfe, Braga, S. Salvador de Souto, Vilar de Frades, S. Bento da Várzea, S. João do Campo, S. Miguel de Prado, S. Pedro de Este, S. João de Coucieiro, S. Martinho de Crasto, Refojos, Hospitalários, Templários, S. Julião de Parada, e outros em menor escala, já a este tempo (1220) possuiam avultado número de casais nestas freguesias do antigo Julgado de Bouro, encontrando-se na dianteira, a ponto de atingir 14 ou 15 casais na mesma freguesia, o mosteiro de Rendufe.

As concordatas e leis de amortização, do tempo de D. Dinis, puseram côbro a tal estado de coisas, que só prejudicou o fim para que foram instituidas.

Efectivamente, a rápida e excessiva acumulação de bens temporais em poder das ordens religiosas e militares, por vezes o mau uso deles, suscitou-lhes a malquerença dos reis e dos povos; e haja vista, a tal respeito, o trágico fim da gloriosa ordem do Templo, condenada mais pela cobiça das suas enormes riquezas, por parte de Filipe IV de França, que pelo descrédito da instituição.

* * *

Fàcilmente se concliu que era muito fraco e reduzido o cultivo directo do solo, sobretudo pelos fortes motivos da guerra, das correrias e devastações periódicas, com que se mimoseavam cristãos e infiéis, talando as searas e os campos inimigos.

Tinham por conseguinte os povos, como principais fontes de recurso e de receita, os frutos espontâneos, os animais domésticos, os rebanhos, a caça e a pesca; e daí para cá tudo evoluiu mui profundamente, na base da consolidação e posse da terra e no sentido da sua cada vez mais completa exploração e melhor aproveitamento das suas riquezas, consoante o progresso e desenvolvimento das populações.

De muitos hábitos e tradições, muitos chegaram aos nossos tempos, com muitas tendências a desaparecerem inteiramente diante do desenfreado modernismo deste século.

Só a Igreja, naturalmente mais conservadora e imutável em seus princípios irredutíveis, ainda tem de tudo isto os seus notáveis vestígios e sobrevivências, nos seus «juizes, mordomos e zeladores,» encarregados da recolha de dádivas e esmolas para o culto, celebrações e solenidades, em relação ao Senhor do Céu e da Terra, cuja política é invariável.

Poderá ainda constatar-se o uso, por parte de nossos pais e avós, de muitas dessas antigas medidas de pêso e de capacidade, que exactamente nesta nossa época pode considerar-se, dado a rápido esquecimento, sob o influxo do moderno sistema métrico da escola nova.

Da *anúduva*, por que se remia a *peonagem*, obrigada a trabalhar gratuitamente na construção dos castelos e edifícios públicos; e do *foro cabaneiro*, dos que constituiam a última classe do povo, não se descobrem por estes sítios quaisquer indícios, sintoma de que a seguir à nobreza só havia os cavaleiros vilãos.

Dos brios e cavalheirismo destes povos são realmente testemunho as crónicas de tempos idos, a referir o lustre e elegância de jogos equestres, de vistosas cavalgadas com jogos de canas e voltejos, como os que descreve Montebelo e tiveram lugar quando da visita dos infantes D. Henrique, então arcebispo de Braga e depois cardeal-rei, D. Luís duque de Beja e seu irmão D. Fernando, à Casa de Castro de Carrazedo, afim de assistirem ao baptisado de Francisco Machado, primogénito de Manuel Machado de Azevedo, senhor de Entre Homem e Cávado e cunhado de Sá de Miranda, cerimónia de que o primeiro foi celebrante e o segundo padrinho; como as luzidas cavalarias e esplêndidas encamisadas que Correia e Alvarenga traz na sua *Braga triumphante*, por ocasião da posse do arcebispo D. José de Bragança; como ainda em nossos dias, esses galhardos cavaleiros de mercados e romarias, pelas feiras de ano, S. Sebastião e S. João, concorriam a exibirem-se, no bom ensinamento de ginetes e hacaneias, com sua escola de trotes, galopes e picarias, já num expirar de longas tradições, que a epidemia da máquina e do motor, com o notável desenvolvimento dos processos de viação, extinguiu de repente.

Parecendo indiferentes, em meio de seus trabalhos,

aos desígnios e rumos da política e dos governos, sempre que a Pátria esteve em perigo, largaram em meio do campo o arado e a enxada e, a exemplo de essoutro Cincinato romano, correram às armas, a deitar mão dos piques, das lanças e partazanas com que esperaram os invasores da Portela, nas guerras de D. João I, sob as ordens do dom abade de Bouro; ou valeram-se de toda a espécie de armas, de chuços e de roçadoiras com que dizimaram as retaguardas do exército de Soult, de conjunto com as milícias de Rendufe.

Razão tem Elisée Reclus, quando afirma, com toda a autoridade de eminente etnógrafo, que «são os minhotos os melhores habitantes de Portugal..... e tem-se observado que o êxito das revoluções nacionais e a fortuna dos partidos dependem principalmente da atitude tomada pelas enérgicas populações nortenhas» (Geógraphie Universelle).

À parte os excessos e velhos preconceitos da nobreza, a tradicional família minhota também sempre se distanciou e manteve a dentro dos sentimentos da sua natural dignidade, especialmente nesse aspecto da franca oposição e combate ao casamento desigual, em que os mal entendidos ou intencionados, vendo só pelo lado material o amor da fazenda, da conveniência e do interêsse, sem considerar que além de tudo o mais seria o desejo de encontrar as qualidades de sangue e de raça, a verdade é que todo este sistema tendeu a evitar um maior parcelamento e consequente depauperação do património rural.

E assim é que, uma vez que de longe se consolidou a estabilidade da Família Portuguesa, com os filhos e os netos a nascerem e morrerem na mesma casa e leito onde nasceram e morreram seus pais e avós, a formar extensa cadeia de sucessivas gerações, *herdadores*, os seus verdadeiros descendentes poderão hoje e sempre orgulhar-se de possuir um tudo-nada dessa nobreza que faz a antiguidade das coisas, quando mais não seja a de serem herdeiros de modestos obreiros dos alicerces da Nacionalidade.

Vasconcelos é Honra

V

Posto o tema das montanhas, com o encerramento dessa porta até então sempre escancarada a toda a espécie de tropelias guerreiras, de hordas muçulmanas que dirigidas de leste contra os muros de Compostela, por evitarem a frequência dos cursos de água e o acidentado do terreno, por aqui vieram depois a escorregar, cair sobre a antiquíssima e nobre cidade dos arcebispos; ou dos próprios vizinhos que, tornando-se ainda mais impertinentes e odiosos, a cada passo desciam a internar-se por terras da mouraria até Viseu e Coimbra, sem extremar, em suas razias e extorsões, terras de cristãos das de infiéis; sem poupar os próprios tesouros dos templos nem as relíquias dos santos, que furtivamente transportaram de Braga para suas igrejas, tem-se presente a magnífica conjugação de esforços que permitiu aos Portugueses do século XII chegar com suas audaciosas investidas às planícies de Ourique, às portas de Lisboa e Santarém.

As terras de Riba-Cávado estavam para a Torre-solar de Vasconcelos como as de Bouro para o seu Castelo.

Sem dúvida, se ali junto do eminente Castelo, S. João do "Campo" tão claramente insinua a ideia de fixidez, inamovilidade—acampamento—aqui, S. Paio de «Besteiros", *de Balestariis*, fala-nos de agilidade e de movimento, dessa antiga máquina de guerra do tipo da catapulta, destinada a arremessar peloiros ou setas, pedras e frechas contra o campo inimigo; dos "balistários" ou "besteiros" que as fabricavam e manejavam.

Se acolá se nos sugere a preocupação da defensiva, aqui ocorre o pensamento de que tudo esteve prestes pa-

ra o ataque e assalto, o que certamente está na lógica dos acontecimentos.

Com efeito, devidamente assegurada a defesa da retaguarda neste ponto mais vulnerável da fronteira com a Galiza, aí estão em contrapartida e em linha, assentes sobre terras ribeirinhas, denegridas do tempo, que não as poupou em seu desgaste, ou mal preservadas de mãos profanadoras que não sabem ler em cada uma de suas pedras uma página da sua história, as torres do Outeiro de Dornelas, de Vasconcelos, do Vilar, de Assamaça, de Castro, fora outras de que já mal se descobrem vestígios, como a do Paço de Lago, a testemunhar a comparticipação activa e heróica dos primeiros senhores de Entre Homem e Cávado na fundação e dilatação do Reino.

Desertas e solitárias hoje, foram o coração palpitante de que se depreende a força e actividade das gerações passadas, ao vislumbrar-se esse quadro de fundo medieval, em que, na acção e na vida dos grandes e pequenos povoados, tudo se movimentava à sua volta.

De sorte mui diversa da do Castelo de Bouro e bem assim da de seus heróicos guardadores, a estas permitiu-lhes a natureza da pedra afrontar os séculos; e os nomes gloriosos de seus fundadores e habitadores, que couraçados e armados de ferro e aço romperam a participar dos êxitos e dos triunfos das armas portugueses, estes são já, como há-de ver-se, do domínio da História.

Se a Torre-solar de Vasconcelos é uma extensão dos senhores de Lanhoso, *e forom rricos homeens e d'alto sangue* (Conde D. Pedro), as torres de Dornelas, Assamaça, Castro, Soutelo, Penagate, Azevedo... dentro e fora dos limites de Entre Homem e Cávado, são ramificações de Vasconcelos, numa vasta projecção que alcança os melhores solares de Portugal e da Espanha, chegando a alcançar os próprios tronos.

Se a vida das montanhas toda se articulou ao Castelo de Bouro pelo espaço de tempo que se tornou notável a sua importância real e prática, à volta da Honra de Vasconcelos girou uma boa parte da política do seu tempo, para se suceder depois, e desde os primórdios da Nacionalidade, em verdadeiras dinastias de servidores da pátria, autores e protagonistas das mais heróicas façanhas nos pe-

ríodos áureos ou notàvelmente críticos da vida nacional.

Realmente, dessas pedras em ruínas em que se enclavinham agora as raízes das heras e dos silvados, de mistura com arbustos bravos, levanta-se frondosíssima árvore genealógica multisecular que, estendendo seus ramos por terras de Portugal e do Império, cobriu-as da mais benéfica e protectora sombra.

Raríssimos exemplos podem encontrar-se na história de que uma mesma família tenha prestado, no decurso de tantos séculos, tão ininterruptos serviços à sua pátria, como a linhagem de Vasconcelos.

Isto não quer dizer que daqui fossem naturais. mas simplesmente que aqui está a raíz e tronco dos Vasconcelos, o que é bem mais importante:

Os críticos ou censores da literatura do século XVII, em cujo balanço o culto das genealogias e das heráldicas ocupa um dos primeiros lugares, têm buscado todas as razões dessa natural tendência dos literatos do tempo, em muitas causas, menos em que era forçoso e urgente despertar mui discreta e subtilmente a nobreza, da apatia e profundo letargo; desfiar desde as mais remotas origens um encadeamento de gerações sobre gerações heróicas de infanções, cavaleiros e ricos-homens, narrando, senão exagerando os seus altos feitos e triunfos.

Daqui a lastimável incompreensão que ainda hoje envolve alguns dos melhores autores desse grande ciclo literário.

Se assim não foi, note-se que um desses primeiros trabalhos, atribuido ao Dr. Diogo de Melo Pereira, e intitulado *Nobreza de Portugal, que trata das linhagens e altos feitos com que os Portugueses illustrarão e ennobrecerão a sua pátria*, embora começado a imprimir-se na primeira década do século XVII, foi proibido e sequestrado, às ordens do vice-rei Cristovão de Moura.

Convém saber, para não dilatar mais este assunto, que o marquês de Montebelo, em Itália, Félix Machado da Silva Castro e Vasconcelos, 6.º senhor hereditário de Entre Homem e Cávado, ocupou lugar proeminente entre essa pleíade de historiadores e linhagistas, sonhadores de prosápias e ilustres ascendentes, que não precisavam mais que os verdadeiros para esclarecerem sua nobreza; com

Manuel de Faria e Sousa, a quem o dito marquês recebeu em seu palácio de Madrid e onde veio morrer em 1649; Álvaro Ferreira de Vera que, entre outros trabalhos, publicou em Madrid, 1646, a Informacion de la origem de los Vasconcellos; o não menos incansável genealogista, o Dr. João Salgado de Araújo, abade de Pera, que «achando-se a ponto de imprimir um volumoso trabalho da história geral e nobreza do reino da Galiza e das províncias de Entre Douro e Minho, e Trás-os-Montes, e desejando dar uma amostra da mesma nobreza», escolheu e compôs o *Sumário da Familia ilustrissima de Vasconcelos, historiada e com elogios*, também impresso em Madrid, em 1638, em castelhano.

Começa nestes termos:

«Um dos principais assuntos com que pode servir-se a pátria, é com a matéria das suas linhagens nobres, por encerrar-se nelas maior filosofia e de mais proveito ao mundo, que toda a ensinada por Aristóteles, considerando se nela o valor das pessoas nas armas, nas letras e em todo o género de virtudes,... religião, fidelidade, valor, constância, fortaleza e paciência».

«... E como a família de Vasconcelos está cheia destes exemplos, assim em seu todo como em seus ramos, por haver dado à pátria em todos os séculos, depois que se recuperou Espanha e se alcança sua memória, excelentes e valorosos heróis, que em serviço da Religião, pátria e Rei, mostraram a claridade do seu espírito, e do seu generoso sangue, pareceu-me que em formar dela este sumário não só sirvo a Portugal onde nasci e ela praticou suas virtudes, senão a toda a Espanha».

Apresenta-se deste modo a origem dos *Vasconcelos*:

D. Fruela II, rei de Oviedo (910) e de Leão e rainha D. Ximena, filha do rei D. Sancho da Navarra. Tiveram:

Infante D. Ordonho—o Cego—porque Ramiro II, seu primo co-irmão, mandou tirar-lhe os olhos, bem como a outros dois seus irmãos, para privá-los do trono. Casou com sua prima, a infanta D. Cristina, filha de Bermudo II. Tiveram:

Conde D. Garcia Ordonhes de Cabreira e Ribeira. Casou com a infanta-rainha D. Elvira, soberana independen-

te de Touro, filho de Fernando Magno, irmã de Afonso VI de Leão e Castela. Tiveram:

Conde D. Osório Garcia de Cabreira e Ribeira. Casou com sua prima a condessa D. Sancha Monis, por ser, como ele, neta de Fernando Magno. Este conde D. Osório foi primo consanguíneo da rainha D. Teresa de Portugal. Tiveram:

Conde D. Moninho Osores de Cabreira e Ribeira. Casou com D. Maria Nunes filha de D. Nuno Soares, padroeiro do mosteiro de Grijó. Tiveram:

D. Paio Monis, rico-homem do tempo de D. Afonso Henriques, e senhor de Lanhoso.

D. Martim Monis e

D. Maria Monis, em quem começam respectivamente os de *Vasconcelos* e os *Machados de Castro de Carrazedo.*

D. Luís de Salazar e Castro, na *História de Casa de Silva* explica o que é um *Solar; e chama-se aquela fortalesa, habitação ou domínio que possuiu o mais antigo progenitor de uma família,* acrescentando que *todas diligenciam e apreciam muito conhecer* e *conservar o seu primeiro Assento ou Solar.*

A casa-forte de Vasconcelos, que o facto de ser hoje um montão de pedras em ruinas não desmerece de seu extraordinário valor e importância, foi exactamente o primeiro assento de uma nobilíssima família que, entroncando-se nos braços mais robustos da dinastia ásture-leonesa, projectou-se depois, pelo espaço de longos tempos e sucessivas gerações, nos ramos mais distintos da nobreza nacional, a considerar entre outros, os condes de Penela, de Castelo Melhor, de Linhares, de Figueiró e Pedrógão, de Figueira, de Amares; nos senhores de Alvarenga, de Atãis. de Fontelas, de Quebrantões e Campo Belo, das Taipas, de Vila Garcia, das Casas de Soutelo e da Tapada, de Dornelas, de Alvelos, de Ota, de S. Cosmado, da Quinta de Ruivãis, de Carvalhais e Verdemilho; nos morgados de Oliveira, de Vilarinho de S. Romão, da Vidigueira, de Santa Iria; nos comendadores de Fronteira e de Montalvão, nos «almirantes» de Portugal.

João Salgado de Araújo, já citado, diz que esta torre ainda tinha (1638) 40 palmos de altura, *estando no demais*

Manuel de Faria e Sousa, a quem o dito marquês recebeu em seu palácio de Madrid e onde veio morrer em 1649; Álvaro Ferreira de Vera que, entre outros trabalhos, publicou em Madrid, 1646, a Informacion de la origem de los Vasconcellos; o não menos incansável genealogista, o Dr. João Salgado de Araújo, abade de Pera, que «achando-se a ponto de imprimir um volumoso trabalho da história geral e nobreza do reino da Galiza e das províncias de Entre Douro e Minho, e Trás-os-Montes, e desejando dar uma amostra da mesma nobreza», escolheu e compôs o *Sumário da Familia ilustrissima de Vasconcelos, historiada e com elogios*, também impresso em Madrid, em 1638, em castelhano.

Começa nestes termos:

«Um dos principais assuntos com que pode servir-se a pátria, é com a matéria das suas linhagens nobres, por encerrar-se nelas maior filosofia e de mais proveito ao mundo, que toda a ensinada por Aristóteles, considerando se nela o valor das pessoas nas armas, nas letras e em todo o género de virtudes,... religião, fidelidade, valor, constância, fortaleza e paciência».

«... E como a família de Vasconcelos está cheia destes exemplos, assim em seu todo como em seus ramos, por haver dado à pátria em todos os séculos, depois que se recuperou Espanha e se alcança sua memória, excelentes e valorosos heróis, que em serviço da Religião, pátria e Rei, mostraram a claridade do seu espírito, e do seu generoso sangue, pareceu-me que em formar dela este sumário não só sirvo a Portugal onde nasci e ela praticou suas virtudes, senão a toda a Espanha».

Apresenta-se deste modo a origem dos *Vasconcelos*:

D. Fruela II, rei de Oviedo (910) e de Leão e rainha D. Ximena, filha do rei D. Sancho da Navarra. Tiveram:

Infante D. Ordonho—o Cego—porque Ramiro II, seu primo co-irmão, mandou tirar-lhe os olhos, bem como a outros dois seus irmãos, para privá-los do trono. Casou com sua prima, a infanta D. Cristina, filha de Bermudo II. Tiveram:

Conde D. Garcia Ordonhes de Cabreira e Ribeira. Casou com a infanta-rainha D. Elvira, soberana independen-

le de Touro, filho de Fernando Magno, irmã de Afonso VI de Leão e Castela. Tiveram:

Conde D. Osório Garcia de Cabreira e Ribeira. Casou com sua prima a condessa D. Sancha Monis, por ser, como ele, neta de Fernando Magno. Este conde D. Osório foi primo consanguíneo da rainha D. Teresa de Portugal. Tiveram:

Conde D. Moninho Osores de Cabreira e Ribeira. Casou com D. Maria Nunes filha de D. Nuno Soares, padroeiro do mosteiro de Grijó. Tiveram:

D. Paio Monis, rico-homem do tempo de D. Afonso Henriques, e senhor de Lanhoso.

D. Martim Monis e

D. Maria Monis, em quem começam respectivamente os de *Vasconcelos* e os *Machados de Castro de Carrazedo.*

D. Luís de Salazar e Castro, na *História de Casa de Silva* explica o que é um *Solar; e chama-se aquela fortalesa, habitação ou domínio que possuiu o mais antigo progenitor de uma família,* acrescentando que *todas diligenciam e apreciam muito conhecer* e *conservar o seu primeiro Assento ou Solar.*

A casa-forte de Vasconcelos, que o facto de ser hoje um montão de pedras em ruinas não desmerece de seu extraordinário valor e importância, foi exactamente o primeiro assento de uma nobilíssima família que, entroncando-se nos braços mais robustos da dinastia ástur-leonesa, projectou-se depois, pelo espaço de longos tempos e sucessivas gerações, nos ramos mais distintos da nobreza nacional, a considerar entre outros, os condes de Penela, de Castelo Melhor, de Linhares, de Figueiró e Pedrógão, de Figueira, de Amares; nos senhores de Alvarenga, de Atãis, de Fontelas, de Quebrantões e Campo Belo, das Taipas, de Vila Garcia, das Casas de Soutelo e da Tapada, de Dornelas, de Alvelos, de Ota, de S. Cosmado, da Quinta de Ruivães, de Carvalhais e Verdemilho; nos morgados de Oliveira, de Vilarinho de S. Romão, da Vidigueira, de Santa Iria; nos comendadores de Fronteira e de Montalvão, nos «almirantes» de Portugal.

João Salgado de Araújo, já citado, diz que esta torre ainda tinha (1638) 40 palmos de altura, *estando no demais*

arruinada.... que junto a ela construiu-se uma capela de invocação de Santa Luzia e que estava sagrada, sinal da sua antiguidade.

Menos importa que tenha caído no abandono e em escombros, se só dos principais personagens que usaram o titulo imortal *de Vasconcelos*, pode erguer-se o mais, soberbo e imperecível monumento das terras de Entre Homem e Cávado.

O génio guerreiro e batalhador dos Ordonhos e dos Osórios da Cabreira e Ribeira enche de repercussão e fama as crónicas breves da Reconquista, num dos períodos mais acesos de lutas, que os melhores cavaleiros da Espanha procuraram competir no valor e brios que caracterizam a época do *Cid Campeador*, na exaltação da cavalaria, na embriaguez dos combates.

Na esteira de alguns escritores dos tempos modernos, e sobretudo do século passado, os quais, preferindo enveredar pelos caminhos ínvios e escusos da História, a buscar anomalias e revéses, com personagens doentios e enfermiços, oprimidos de degenerecências, a arcar com todo o pêso morto de ancestralidades com que tentaram diminuir estaturas, derrubar-lhes a fronte; e, se tem conseguido provar-se, à luz de uma ciência experimental, que as virtudes como os defeitos de uma raça se transmitem por herança; a ilustre progénie de Vasconcelos é a réplica mais eloquente, o exemplo mais flagrante de quanto se manteve integra e incorruptível em todas as suas faculdades físicas, espirituais e morais, e ao serviço de uma nação, *em todos os seus ramos e em todos os séculos*, como muito bem assevera Salgado de Araújo.

Se, coadunando-se ao espírito e ambiente da própria época, se realçou de princípio em manifestações de actividade e perícia guerreira dos seus primeiros representantes, desdobrou-se simultâneamente e depois num cortejo de prelados virtuosos e insignes, de leais cortesãos, de marinheiros e almirantes, de letrados e diplomatas, de estadistas e bravos generais que acudiram aos períodos mais críticos da vida nacional.

* * *
* * *

Nesse tempo, que os ricos-homens traziam por insí-

SOLAR E HONRA DE VASCONCELOS

(Catalogado como imóvel de interesse público)

«As que myl temores fazem
a quem ha de naveguar
vermelhas ondas de mar
os de Vasconcelos trazem
Sobrazul muy syngular.
Vasconcelos de gasconha
que nunca passou vergonha
em esforço e valentya
no tempo que floreçya
nẽ agora há quẽ lha ponha».

João Rodrigues de Sá — Cancioneiro Geral, coligido por G. de Resende (Edição de 1516, fls. CXV,V)

Fráciſco de Sà de Miráda. | Biblioteca Municipal de Amares

gnia *pendão e caldeira*, que lhes davam os reis, armando-os cavaleiros sobre um campo de batalha ou depois de haverem velado as armas durante uma noite em uma igreja; e o pendão significava o poderem ter *gentes acontiadas* ou homens de armas com que deviam servir o rei, mas por vezes também lhe faziam guerra; e a caldeira o dever de sustentá-la, *Martim Monis* foi na abalada de Ourique com a sua gente de guerra que constituiu a ala direita na batalha desse memorável dia 25 de Julho de 1139; mas o que lhe alcançou os louros da imortalidade e fez dele um símbolo de heroismo, que a tradição consagrou, foi o conhecidíssimo episódio da porta do Castelo de S. Jorge, durante o cêrco e tomada de Lisboa aos mouros, em 21 de Outubro de 1147.

Martim Monis foi o digno continuador das prosápias guerreiras de seus maiores, verdadeiro traço de união entre o passado e o presente, tudo a contar para os superiores destinos da Nacionalidade.

Supõe-se que tenha casado com D. Teresa Afonso, filha bastarda do rei Afonso VII de Leão; e foi seu filho *Pedro Martins da Torre*, que se considera como sendo o primeiro habitador da torre-solar de Vasconcelos.

Este, por sua vez, casou com D. Tereza Soares da Silva, irmã do célebre arcebispo de Braga, D. Estêvão Soares da Silva.

Tiveram *D. João Peres de Vasconcelos*, o primeiro que usou deste apelido de família, com a mais larga projecção na longa vida nacional.

João Peres de Vasconcelos, tendo tomado parte nas campanhas do Algarve ao serviço de Sancho II, depois de um grave incidente, a que o Livro das Linhagens do Conde D. Pedro dá certo relêvo, e agora se reserva para o capítulo seguinte, incidente que marca de certo modo a sua personalidade e caractetiza a sua época de natural violência, em vez de se empenhar a fundo nas tramas políticas de lutas mesquinhas que já envolviam o trono, transpôs com outros cavaleiros portugueses a fronteira e, alistado sob a bandeira de Fernando III de Castela e do seu filho, que depois foi Afonso X, o Sábio, honrou, embora em Pátria estranha, todavia contra o inimigo comum, o nome de Portugal, porquanto o cêrco e conquista de Sevilha (1248), em

que tomou parte ao lado do grande português Paio Peres Correia, conjugou-se intimamente com a conquista definitiva do Algarve.

Casou com a condessa D. Maria Soares Coelho, neta de Egas Monis; e, de entre seus filhos, *D. Estêvão Anes de Vasconcelos* foi bispo de Lisboa; *D. Teresa Anes de Vasconcelos* foi mulher de D. João Fernandes, da torre e tronco de *Dornelas*, de que procedem os deste apelido; e *D. Rodrigo Anes de Vasconcelos, o trovador*, fundou o solar de Assamaça na freguesia de Caires e casou com D. Mécia Rodrigues de Penela, de quem houve, entre outros filhos, *Mem Rodrigues de Vasconcelos*.

Era este brioso cavaleiro o meirinho-mór de Entre-Minho e Douro, quando o infante D. Afonso, revoltado contra o rei D. Dinis seu pai, e à frente dos seus parciais, levando tudo de vencida até ao Douro, tentou entrar e apoderar-se desta província.

Mem Rodrigues de Vasconcelos conseguiu defender-se e batê-los com as forças que pôde juntar, mas pouco depois (1322) o mesmo infante saiu outra vez de Coimbra a organizar melhor os seus partidários e, apoderando-se das vilas e povoações por onde passava e obrigava a tomar as armas e a segui-lo, penetrou no Porto e caiu sobre Guimarães, desta vez disposto a vingar-se do valioso e fiel alcaide, que era o mesmo meirinho-mór de Entre-Minho e Douro.

Mem Rodrigues de Vasconcelos suportou dez dias de vigoroso assédio, em que não houve mais promessas nem mais ameaças e assaltos que não tentassem a sua lealdade e a sua bravura.

Tudo foi inútil; e o futuro Afonso—o Bravo do Salado—teve de retirar-se novamente desiludido a Coimbra, onde deixara a esposa e o filho, Príncipe D. Pedro, de quem viria a receber os mesmos desgostos com que então mortificava o pai:

D. Dinis apreciou e galardoou condignamente o valor e mérito do seu mais fiel servidor, concedendo igualmente ao povo de Guimarães várias honras e privilégios.

Mas o infante revelde nunca mais deixou de afligir o pai, e, se não fôsse a intervenção sempre pronta e vigilante da Santa rainha e mãe, Isabel de Aragão, os parti-

dos ter-se-iam batido em funesta e devastadora guerra civil.

Limitou se então o infante a exigências de que o pai demitisse do cargo de mordomo-mór o bastardo Afonso Sanches e fosse igualmente desapossado do seu cargo de meirinho-mór o enérgico defensor de Guimarães, Mem Rodrigues de Vasconcelos.

Estava D. Dinis menos disposto a deixar-se vencer pelas odientas imposições do filho, mas Afonso Sanches e o *Vasconcelos*, inteirados de que o seu sacrifício era o meio de evitar maiores calamidades e a sua humilhação o único remédio para poupar o país aos horrores de uma guerra civil, aliando ao interesse nacional o estado da precária saude do rei, abalada pelas constantes rebeldias do filho, eles próprios se propuseram abdicar de seus cargos e privilégios, retirando-se o primeiro para a sua vila de Alburquerque e depois para Castela; Mem Rodrigues acolheu-se ao seu solar acastelado de Penagate, na freguesia de Moure do concelho de Vila Verde, torre que D. Dinis ordenou fosse reforçada, para que o seu fiel vassalo aí pudesse encontrar abrigo para si, sua mulher e filhos, contra eventual perseguição.

Ao contrário do que poderia esperar-se, D. Afonso IV não perseguiu os de Vasconcelos; reconhecendo antes quanto valiam a um rei os bons vassalos, congraçou-os a si; e encontra-se o próprio Mem Rodrigues, com dois de seus irmãos, *Fernão e João Rodrigues de Vasconcelos*, entre os quarenta fidalgos portugueses que selaram, como penhores de segurança, o tratado de paz com Afonso XI de Castela, assinado em Coimbra, em 17 de Dezembro de 1327; outro irmão, de nome *Nuno Rodrigues de Vasconcelos*, foi mordomo-mór de Afonso IV.

O príncipe D. Pedro, que tão sentidamente sofrera a morte de Inês de Castro, levanta por sua vez o pendão da revolta, a fazer recordar ao pai pecados de desobediência mal expiados; e, por curiosa coincidência, a marcha dos revoltosos de Coimbra em direcção ao Porto e Guimarães, levou o mesmo caminho que seguiu a insurreição de seu pai contra seu avô.

Preparada a conciliação, D. Pedro jura e presta

menagem em mãos de *Gonçalo Mendes de Vasconcelos*, filho de Mem Rodrigues, de perdoar a seus inimigos e jamais se revoltar contra seu pai.

Subindo ao trono, um de seus primeiros cuidados é declarar pública e solenemente, perante numerosa assembleia de seus mais graduados cortesãos, que havia recebido por legítima mulher a formosa Inês, e aí se acusa, por documentos da época, a presença do mesmo Gonçalo Mendes e seu irmão *João Mendes de Vasconcelos*, os quais pouco mais tarde se acham nomeados fronteiros, o primeiro de Elvas e o segundo de Estremôs, praças de guerra de primeira ordem para a segurança das fronteiras.

Sobreveio o reinado de D. Fernando, durante o qual forças insuperáveis e imprevistas, que se tramaram no mais recôndito das alcovas palacianas, alçaram no trono uma neta da Casa de Vasconcelos, Leonor Teles de Menezes, a «Flor de Altura».

Eram seus pais Martim Afonso Teles de Menezes e *D. Aldonça de Vasconcelos*, filha do fronteiro de Estremôs, João Mendes de Vasconcelos.

Não denuncia a História que *os de Vasconcelos* lograssem de escandalosos favores obtidos pelo predomínio da rainha, senão que a seu tio, Gonçalo Mendes, fôsse confiada a alcaidaria-mór de Coimbra, que teve a desdita de ser teatro de tragédia em dois reinados sucessivos: pouco antes a morte de Inês de Castro nos paços de Santa Clara; agora um dos filhos dessa primeira vítima o infante D. João, mata covardemente a mulher que pouco havia que desposara, a própria irmã da rainha, a formosa e inocente viúva, que foi de Alvaro Dias de Sousa.

Foi Gonçalo Mendes de Vasconcelos um dos primeiros que acudiu em defesa de sua sobrinha, Maria Teles de Menezes, e, acompanhado de outros parentes da vítima, perseguiu o assassino, que só por este motivo teve de homiziar-se em Castela e perder o trono que tanto chegou a ambicionar.

Sustentava D. Fernando a guerra com Castela (1382), que dera lugar a que mandasse construir as muralhas de Lisboa, e foi transferido para fronteiro-mór desta cidade, Gonçalo Mendes de Vasconcelos.

Foi um dos raríssimos fidalgos que, privando e con-

vivendo na viciosa intimidade da política cortesã de sua sobrinha Leonor Teles, a crítica e o juizo da História não o acusam de vilipendiar o seu carácter.

Conseguindo manter-se com rigoroso aprumo nesse oceano de revoltas paixões, que a morte de D. Fernando sobretudo ocasionou, não só não desmereceu no conceito e confiança absoluta da rainha, mas educou uma numerosa prole de varões ilustres, de que sobressai o grupo dos mais decididos pioneiros da futura dinastia de Avis.

Morto o Conde Andeiro, a rainha enojada parte para Alenquer e às portas desta vila, refere o cronista, diz-lhe Gonçalo Mendes:

—Agora entendo eu bem que vós estais segura cá, não em Lisboa.

Estas palavras consoladoras, da parte do tio, eram-lhe ditas a propósito daquela célebre frase que Leonor Teles pouco antes tinha proferido contra Lisboa:

—Que mau fogo a queimasse; e que ainda a visse destruida e arada toda a bois.

Para fazer valer os seus direitos, D. João I de Castela apressa-se a entrar em Portugal, como lhe requeria sua sogra, Leonor Teles.

Diz o Marquês de Montebelo no seu *Memorial*, a pag. 216, e vai na própria linguagem, pode ter mais graça:

Há 259 años era Reyna de Castilla una viznieta de la Casa de Vascõcelos, i aquello q puderia ser ocasion de engrandecer la, lo fue de sue ruina.

Gonçalo Mendes estava de novo em Coimbra; e, vindo o rei castelhano acompanhado de Leonor Teles, recusa-se a recebê-los, não obstante a promessa de grandes e largas mercês que o monarca estrangeiro fazia para que entregasse a cidade

* * *
* * *

De seus três filhos, pelo menos, faz menção a História que, deixando o pai em Coimbra, vieram com outros fidalgos e muitos cidadãos auxiliar o Mestre de Avis a defender o Reino.

Foram eles, *Mem Rodrigues de Vasconcelos*, do mesmo nome de seu já referido avô; *Rui e Martim Rodrigues de Vasconcelos.*

Entretanto, Nuno Alvares Pereira, que, de passagem por Coimbra, vinha a Lisboa, onde o Mestre o chamava, trocaram-se impressões entre Gonçalo Mendes e o futuro Condestável que já havia percorrido vitoriosamente o Alentejo e ganho a batalha dos Atoleiros.

Retirando-se Nuno Alvares com os seus companheiros de armas, o cronista refere, mais uma vez, as seguintes palavras do alcaide de Coimbra, Gonçalo Mendes de Vasconcelos:

«*Espantado sou eu de que estes homens possam defender este reino contra o rei de Castela, que é um tamanho senhor, salvo se Deus anda por capitão deles.*

Mem Rodrigues e Rui Mendes de Vasconcelos, seus filhos, começam a entrar em acção e fazem frente aos primeiros capitães castelhanos, que, com sua gente de armas e o próprio rei, se aproximam de Lisboa.

Num combate junto do Lumiar, prendem o cavaleiro de Castela, João Ramires de Arelhano, reservado para morrer mais tarde, e quem sabe às mãos dos mesmos, no campo de Aljubarrota.

Durante o cêrco de Lisboa pelos Castelhanos, foram os mesmos irmãos escolhidos para penhor e segurança das pessoas que o rei de Castela mandava a falar ao Mestre sôbre assuntos do govêrno do Reino.

Entre outras coisas de que D. João I tomou conhecimento pelas cortes de Coimbra, e exprimiam o desejo dos bons portugueses. era que se rodeasse de bons e leais conselheiros.

O leal e austero fidalgo, Gonçalo Mendes de Vasconcelos, foi um dos eleitos.

E em testemunho de seus merecimentos, o Mestre de Avis, já proclamado rei nas referidas cortes, deu-lhe, bem como a seus dois filhos, outorgou aprovou e confirmou, para exemplo de outros, todos os privilégios, liberdades, foros e costumes que até ali tinham pelos reis seus antecessores.

Ordenando os oficiais da sua casa, nomeou Rui Mendes de Vasconcelos meirinho mór de Entre Minho e Douro.

Decidindo-se D. João I a tomar a vila de Guimarães que tinha voz por Castela, entre outros arrojados cavalei-

ros, Rui Mendes de Vasconcelos leva a dianteira nos primeiros recontros e na escalada dos muros da bem defendida cêrca.

Consta que foi daqui que os principais companheiros de armas de D. João I começaram a nomear-se por cavaleiros da Tabola Redonda, e ele pelo de rei Artur.

Tomado o forte castelo; e foi a única vez que foi vencido, D. João I confiscou os bens do velho alcaide, Aires Gomes da Silva, e deu-os a Mem Rodrigues de Vasconcelos e a outros seus companheiros, a título de mercê.

Mem Rodrigues corre a Braga e junta-se ao Condestável, que chegava com sua gente, de Ponte do Lima. A guarnição desta cidade logo foi obrigada a capitular.

Agora Rui Mendes e o Condestável levam a dianteira a D. João I sobre a vila de Ponte do Lima, que se dispunha a oferecer a mais desesperada resistência por Castela.

Travaram-se junto aos muros da vila os mais desesperados combates, mas o orgulhoso alcaide teve de render-se e ver confiscadas todas as suas terras, que D. João I deu, a título de mercê, a Rui Mendes de Vasconcelos.

* * *
* * *

Isto teve lugar no intervalo que o rei de Castela, descercando Lisboa, retirou-se a seu reino disposto a voltar a Portugal com um numeroso exército capaz de vencer todos os obstáculos.

Os valentes caudilhos da causa nacional prepararam-se também.

Mem Rodrigues e Rui Mendes de Vasconcelos reuniram, no dizer do cronista, *uma leda companhia* a heróica e imortal *Ala dos Namorados* que, por sua honra e defensão do Reino, defendesse o lugar em que fosse posta.

Foi a ala direita nos dispositivos de batalha que os Portugueses tomaram em Aljubarrota, considerada a maior que se travou em terras de Espanha entre exércitos cristãos.

A *Ala dos Namorados* desfraldou ao vento das batalhas a sua bandeira verde, da côr simbólica da esperança amorosa, nesse memorável dia 14 de Agosto de 1385, que

os denodados cavaleiros esperaram com tremenda ansiedade, desafiando-se qual levaria mais longe e mais alto o grau de heroismo e valentia.

Breve foi a batalha e rápida a vitória tal foi a violência com que se encontraram os dois exércitos inimigos, *que o som dos golpes ouvia-se mui largo espaço ao redor*.

Mem Rodrigues recebeu um tal golpe com uma maça de armas na cabeça, que, caindo, foi contado entre os mortos.

Achando-o a menos, D. João I chorou-o vivamente e disse:

—*Para que é reinar, se me falta Mem Rodrigues de Vasconcelos?*

E acrescenta o cronista: «*Este sim, que era um bom Rei, pois estimava menos a Coroa que um insigne Cavaleiro*.

Mandando procurá-lo entre os mortos para prestar-lhe as devidas honras, Mem Rodrigues de Vasconcelos, como por milagre, apareceu vivo, embora muito ferido, que, daquela pancada, ficou para sempre com a cabeça trémula.

Rui Mendes também ficou muito ferido.

Levantaram-se poemas e epopeias aos heróicos paladinos de Aljubarrota, mas bastaria Camões para imortalizá-los; nunca celebraria um herói, a quem a verdadeira e justa fama não houvesse canonizado:

«*Outro também, famoso cavaleiro,*
«*Que a ala direita tem dos Lusitanos,*
«*Apto para mandá-los regê-los,*
«*Mem Rodrigues se diz de Vasconcelos*.

(Lusíadas—canto IV-24)

Já de regresso a Braga, o arcebispo D. Lourenço, que em Aljubarrota, levantando a cruz e a espada, exortara nos Portugueses a certeza da vitória, em carta de 26 desse mesmo Agosto de 1385, para D. João *Dornelas*, abade de Alcobaça, regista a presença naquela cidade, de Mem Rodrigues de Vasconcelos, disposto a voltar a Lisboa com outros cavaleiros, a «empecer» aos castelãos da frota.

Aí refere o mesmo dom abade a notícia que havia

recebido de que o rei de Castela, entre a vergonha e o desespero da derrota, a si próprio arrepelara as barbas; e acrescenta: *ca homem que as suas barbas arrepela, mor sabor faria das alheias.*

* * *

Dos descendentes dos ricos-homens que conquistaram os graus da cavalaria e as esporas de ouro em Ourique e Val de-Vez, muito poucos vieram encontrar-se em Aljubarrota.

Da nobreza nacional, o seu mais graduado representante, João Afonso Telo, tio de Leonor Teles, conde de Barcelos, este «mordeu aí o pó» a combater por Castela; o condado passou para o Condestável.

Em Aljubarrota criou-se uma nova fidalguia que se multiplicou através das Conquistas africanas; dos Descobrimentos saíram depois os Gamas e os Cabrais, mas os de *Vasconcelos* são de todos os tempos e lugares; estiveram sempre na brecha e nas maiores crises.

Mem Rodrigues e Rui Mendes de Vasconcelos eram tão valentes, que o duque de Lencastre, sogro de D. João I, chegou a dizer que se o rei de Castela quisesse resolver o pleito que com ele tinha, das pretenções pela infanta sua mulher àquela coroa, em dois cavaleiros que se batessem, ele escolhia um destes irmãos para desafiar o castelhano.

Depois de Aljubarrota, participaram em todas as campanhas guerreiras contra Castela.

Notando D. João I em seus companheiros, mesmo no próprio Condestável, certa má vontade que se procedesse ao assalto da cidade de Sória, por falta de apetrechos de guerra não se conteve que o não fizesse sentir:

«*Gren mingua nos fizeram hoje este dia aqui os bons cavaleiros da tavola redonda.....*

Mem Rodrigues de Vasconcelos, usando da confiança que lhe dava o seu valimento, não deixou que o rei ficasse sem resposta:

—«*Senhor, não fizeram aqui mingua os cavaleiros da tavola redonda . . . . . mas faz-nos falta o bom rei Artur flor de lis, senhor deles, que conhe-*

cia os bons servidores fazendo-lhes muitas mercês, porque haviam desejo de o bem servir».

Reconheceu D. João I que a sua queixa havia provocado ressentimento e corrigiu:

—«Nem eu esse (o rei Artur) não tirava fora, ca assim era companheiro. . . . . como cada um dos outros.»

Era o velho e prudente ancião Gonçalo Mendes de Vasconcelos do conselho da rainha D. Filipa de Lencastre; e, dispondo-se D. João I auxiliar o duque seu sogro, consoante era dos tratados, ao despedir-se da jovem esposa em Coimbra, aquele mesmo fidalgo observou-lhe *como em sabor*, segundo a expressão do cronista:

—«Senhor, neste reino soia de haver um costume de antigos tempos, que o homem no ano que casava, não havia de ir em guerra nem ser constrangido pera ela, e vós que há tão pouco tempo que casaste, o quereis agora britar e vos ir fora do reino?»

A sensibilidade de coração de pai fazia-lhe pressentir o duro golpe que o esperava, de ver sucumbir naquela caminhada por terras de Castela o destemido Rui Mendes seu filho, que então comandava uma das alas de batalha.

Desprezando as feridas e desafiando a morte, saiu certo dia do acampamento com outros arrojados companheiros, a bater-se com os Castelhanos sem outras armas nem corregimento senão os escudos nos braços e os remessões nas mãos e voltou com uma ferida num braço, de que pouco caso fazia.

Mostrou-lhes D. João I o risco que corriam em sair desarmados a escaramuçar, porém, Rui Mendes respondeu-lhe:

—«Não cureis, Senhor, que a tal tempo (de calmia) *não cumpre de outra guisa».*

E, levantado a lança com o braço ferido exclamou:

—«'A lá fé eu sou Rodrigo, que tão bem las faço como las digo».

Sem desistirem daquelas empresas temerárias certo dia que se encontravam em Vilhalpando, Rui Mendes de Vasconcelos aproveitou para correr com outros a Castro Verde; e, de uma rija escaramuça que se travou, deram-lhe com

um virotão uma pequena ferida por cima do mangote, à altura do ombro.

Sem fazer caso, como era seu costume, trouxe-o pendurado até chegar à tenda e desarmar-se; e só então disse:

—*«Por certo eu estou ferido de erva»*.

Teimando os companheiros que não e ele que sim, avisaram D. João I, que logo compareceu muito pesaroso, esforçando se por dissuadi-lo de semelhante sugestão.

—*«Senhor, eu ouvi dizer, exclamou Rui Mendes, que aquele que ferem com erva, que lhe formeguejam os beiços e a mim parece que quantas formigas no mundo há, que todas as tenho em eles»*.

—*«Pois assim é, disse el-rei, bebei logo da ourina, que é muito proveitosa para isto»*.

Rui Mendes declarou que por coisa nenhuma do mundo beberia; mas D. João I, tal era o imenso desejo que tinha da sua saúde, para lhe mostrar que não havia motivo de nojo *«gostou a ourina»* dizendo-lhe:

—*«E como não bebereis vós do que eu bebo?»*.

Por mais que insistissem que bebesse, nunca o fêz.

D. João I vinha visitá-lo e encorajá-lo muitas vezes ao dia; ao terceiro, que el-rei procurava confortá-lo com palavras de subido aprêço, ele disse:

—*«Senhor, eu vos tenho em grande mercê vossas palavras e vesitação, mas entendo que em mim não há senão morte, porque onde eu devia folgar com vossa fala e bom esforço, eu não me anojo menos ca se vós fosseis um homem a que eu bem não quisesse»*.

D. João I voltou as costas, para não se lhe verem os olhos arrasados de lágrimas e retirou-se da tenda, dizendo que muito mau sinal de vida era o que acabava de ouvir a Rui Mendes.

Com efeito, nequele mesmo dia teve o seu acabamento.

El-rei e o duque de Lencastre prantearam o seu desaparecimento; a tristeza e o luto caíram sobre o acampamento, com a morte de um dos seus mais valentes capitães:

Gonçalo Vasques Coutinho, que veio a ser Marechal do reino, e fôra o companheiro inseparável de Rui Mendes de Vasconcelos em tantos combates, fazia tal dó por ele, que mais não poderia chorá-lo, se fôsse irmão ou filho.

Seu corpo foi trazido honradamente a Portugal, a receber sepultura na terra que tanto estremecera.

* * *

Apesar de ter dito a Mem Rodrigues de Vasconcelos que, a deixar um dia o Mestrado de Avis, muito lhe aprazia que o houvesse, D. João I resolveu conservá-lo em sua pessoa, mas apressou-se a dar-lhe outro de maior honra e valia que foi o de S. Tiago, em que o Papa o confirmou.

Nesta qualidade, acompanhou o Condestável nas entradas que por sua conta fez em terras de Castela, por Vilalva e Cafra a Badajóz, até que se assentou nas tréguas e paz por dez anos.

João Mendes Vasconcelos foi, com outros cavaleiros, dado por Portugal como garantia de cidades, vilas, povoações e prisioneiros, que reciprocamente haviam de trocar-se entre os dois reinos.

Em Torres-Vedras D. João I toma conselho dos principais senhores, seus fidálgos, àcerca das vantagens e êxito da gloriosa jornada de Ceuta.

Estava entre eles Mem Rodrigues, Mestre de S. Tiago; o sobedito João Mendes de Vasconcelos, seu irmão, é um dos heróicos capitais dessa expedição que abriu o portal luminoso das Conquistas em África.

Casou este brioso cavaleiro com D. Leonor Pereira, irmã do Condestável.

Tinha D. João I um filho e uma filha naturais, D. Afonso e D. Beatriz, nascidos muito antes do seu casamento com D. Filipa de Lencastre.

Havia prometido a filha em casamento a Mem Rodrigues; mas, depois da batalha de Aljubarrota, dispôs-se a casá-la com o conde de Arundel, desculpando-se que convinha grangear a amizade do inglês; propondo-lhe antes o casamento com a filha do Condestável *que era o maior partido de Portugal* ou então dar-lhe-ia o Mestrado de S. Tiago, como efectivamente deu.

Mem Rodrigues de Vasconcelos respondeu que nada disso era satisfação para tamanho agravo, no entanto, continuou a servi-lo como excelente vassalo.

A filha do Condestável, que também era D. Beatriz, veio a casar com o dito infante D. Afonso, filho de D. João I; neles teve início a gloriosa Casa de Bragança.

Mem Rodrigues assim se deixou sacrificar aos primórdios da Aliança inglêsa.

Ficou solteiro como seu irmão Rui Mendes, mas ambos deixaram filhos que D. João I mandou legitimar.

* * *

Ao curto reinado de D. Duarte sucederam-se os acontecimentos que levaram ao trágico desenlace de Alfarrobeira.

Entretanto, levanta-se aqui o vulto varonil de uma dama, *D. Maria de Vasconcelos*, ao de cima da contenda em que se debateu o pleito da Regência.

Enquanto o povo da Capital pugnava pelo infante D. Pedro, tinha a rainha viúva D. Leonor, como seu mais dedicado partidário, o alcaide-mór D. Afonso de Cascais, neto de D. Pedro e de D. Inês de Castro, cuja esposa era aquela D. Maria de Vasconcelos, filha de João Mendes e da irmã do Condestável.

Tratava-se de obrigar o castelo à rendição e a valorosa dama algumas vezes saiu por entre o alvorôço do povo a parlamentar com o Regente, que lhe pedia convencesse o marido e o filho a entregarem o Castelo.

D. Maria de Vasconcelos portou-se com valor e aprumo em tais apuros, mas tudo foi inútil, que só capitulou pela força das circunstâncias.

Vêm as gloriosas campanhas de África; e *Afonso de Vasconcelos*, o futuro conde de Penela, acompanha o segundo duque de Bragança (o malogrado D. Fernando) por terras de A'frica desde Alcácer às portas de Tânger, praticando heroismos e participando nas correrias de D. Afonso V, que prepararam a conquista de Arzila.

Em 1462 organizou-se nova expedição, de gente escolhida, para conquistar Tânger; o seu comando foi confiado a *Luis Mendes de Vasconcelos*.

É que os de Vasconcelos, se haviam dado provas de

bravura e competência na chefia dos exércitos de terra, revelavam-nas igualmente nas armadas do mar.

Uma tempestade obrigou-os a conservarem-se em Ceuta, donde el-rei D. Afonso V empreendeu uma entrada tão imprudente por terra de mouros, que foi cercado e por lá teria ficado, se não fossem as proesas praticadas pelo general da armada, o mesmo Luis Mendes de Vasconcelos, por Duarte de Menezes e outros que, para salvarem a vida do rei, sacrificaram a própria, protegendo-lhe a retirada com excessos de extrema dedicação.

João Rodrigues de Vasconcelos, que serviu em todas as guerras de A'frica, encontrando-se como governador e capitão-general de Ceuta, deixa em seu lugar seu filho *Rui Mendes de Vasconcelos*, 2.º deste nome e daquele 1.º descendente, para vir tomar parte na campanha de Toro.

Como andava em guerra com Portugal, Fernando o Católico mandou então cercar Ceuta por mar, enquanto o rei de Fez atacava por terra.

Bem insistiu o castelhano para que Rui Mendes lhe entregasse a praça, com a promessa que o faria um dos maiores senhores do seu reino.

A resposta do jovem governador foi «*que muito se espantava que um tão alto e virtuoso principe persuadisse a cavaleiro que fosse traidor a seu Rei...*»

Foi irmão do arcebispo de Braga, D. Diogo.

O já referido Afonso de Vasconcelos, conde de Penela, é outro dos valorosos capitães do exército de Toro onde se impõe à admiração dos próprios inimigos; regressou a Portugal na companhia do futuro D. João II, que decididamente havia triunfado contra D. Fernando de Castela no cálculo dos resultados daquela batalha.

João de Vasconcelos, 2.º de conde Penela, encontra-se entre nobres personagens, à cabeceira do leito de morte de D. João II.

Aquele 2.º Rui Mendes de Vasconcelos, faz parte do luzido séquito que acompanha para Sabóia a infanta D. Beatriz, filha do Rei «Venturoso».

Neste mesmo reinado, *Rodrigo de Vasconcelos*, com o capitão de Arzila, João de Menezes, combate furiosamente os moiros junto de Alcácer-Kebir.

Em 1512, *João Mendes de Vasconcelos*, 2.º *deste nome*,

desempenha, como embaixador de D. Manuel, importantíssima missão na contenda da demarcação das conquistas e descobrimentos entre Portugal e Castela.

Francisco Mendes de Vasconcelos, que viveu na mesma corte, escreve poesias insertas no Cancioneiro de Resende.

Diogo Mendes de Vasconcelos vai com uma esquadra à India, onde presta relevantes serviços.

Na cidade de Goa, salva, no meio da mais forte refrega, muitos de seus companheiros de armas, rompendo com sua gente pelas ruas da cidade, matando e ferindo, até chegar junto dos Portugueses que estavam cercados de todos os lados.

Foi capitão desta cidade; repeliu as forças do arraial de Benastarim; houve-se como um verdadeiro herói na tomada da fortaleza de Pangim; e nestas guerras do cêrco de Goa, foi Diogo Mendes de Vasconcelos, de entre todos os cavaleiros, um dos que mais mereceu a palma da vitória, *«apesar de Afonso de Albuquerque o ter deixado preso em Goa por lhe não dar a glória da guerra que ia fazer a Malaca por mandado de el-rei»*, são palavras de Damião de Góis.

Desbarata pouco depois, em batalha naval, a esquadra do rei de Bintam.

Foi, quando soube que para substitui-lo no governo da India vinha Lopo Soares e de posse para Cochim Diogo Mendes de Vasconcelos, que Albuquerque exclamou:

—«Certamente, grandes são os meus pecados.....»

Também o preclaro arcebispo *Diogo de Sousa* **de Vasconcelos,** filho de João Rodrigues de Vasconcelos, já referido.

Deixando a carreira das armas, seguiu a eclesiástica, estudando em Évora, Salamanca e Paris.

Primeiro foi bispo do Porto, onde desenvolveu grande actividade; depois arcebispo de Braga, de que se considera como que «reedificador».

Tomou parte numa embaixada de D. João II a Roma, em 1493.

Mandou edificar o hospital de S. Marcos e deu-lhe estatutos e meios; criou a mesma Misericórdia, prosseguimento da instituição que a rainha D. Leonor, viúva de D.

João II, havia pouco que fundara.

Foi o autor dos túmulos dos condes de Portucale, existentes na Sé.

Gomes da Silva de Vasconcelos, sendo capitão de Ceuta, sabedor da aproximação dos corsários de Tetuão, manda contra eles seus próprios filhos, Miguel e André de Vasconcelos, que, à frente de sua gente de armas, destroçaram completamente o inimigo em renhido combate que se travou no dia 8 de Março de 1520.

Alvaro Mendes de Vasconcelos encontra-se no Brasil, como embaixador de D. João III (1531); pouco depois exerce as mesmas funções na corte de Carlos V.

Durante o primeiro cêrco de Diu pelos Turcos, *Duarte Mendes, Francisco Mendes e António Mendes de Vasconcelos* praticam prodígios de valor em sucessivos combates, em que os actos de bravura atingem a epopeia, na defesa heróica do baluarte dos Rumes.

Aqui teve lugar o conhecido episódio de Fernão Penteado que, recebendo golpes e indo curar-se, não tinha paciência para esperar a sua vez, voltando sempre a combater, até que recebeu uma ferida que o obrigou a recolher-se à ambulância.

António Mendes de Vasconcelos, ferido no rosto e na garganta, continuou a combater, até que recebeu um terceiro golpe que lhe varou o ombro esquerdo; poucos momentos durou com vida.

Em 1570, D. Sebastião manda *Luis Fernandes de Vasconcelos* com uma esquadra de sete naus substituir, no governo do Brasil, o brioso guerreiro Mem de Sá, fundador da cidade do Rio e irmão do grande reformador da poesia, o nosso Francisco de Sá de Miranda.

Seguiram nela os quarenta jesuitas sob a direcção do Padre Inácio de Azevedo, que Francisco de Borja nomeara Provincial para o Rio de Janeiro.

Assaltada pelos corsários, pouquíssimos escaparam; e, conforme refere o cronista Manuel de Menezes, foi tal a carnificina que, *«D. Luis Fernandes de Vasconcelos passado pelo peito com uma bala e tendo as pernas quebradas por outra, posto de joelhos, assistido só de cinco criados seus, pelejava com valor incrivel..... rodeado de corpos mortos, assim esteve brigando, até que o atravessaram com uma*

Capela de Santa Luzia (Vasconcelos)

lança, e, caindo morreu com morte honrada e digna do seu grande valor e incontestável ânimo...»

António de Vasconcelos foi, entre outros do mesmo título, na segunda jornada de África, de triste memória.

É deste tempo *sua Alteza Serenissima, Frei Luis Mendes de Vasconcelos*, 2.º Grão-Mestre português da Sagrada Religião de Malta (o 1.º Mestre português tinha sido D. Afonso de Portugal, filho de D. Afonso Henriques). Governou Angola.

Na sua biografia, traduzida do castelhano por Lopes Ferreira, o autor chama-lhe: «Glória e Luzeiro de Portugal—Honra e Sol de Malta—Crédito do Orbe—Raio de Turquia». Também deixou impresso: *«Do Sitio de Lisboa»*.

Já falecido o cardeal-rei D. Henrique, *João de Vasconcelos* é nomeado fronteiro da Beira, onde se queixa da falta de armas para a defesa da sua praça.

Perdida a causa do Prior do Crato, Filipe II, exclui na amnistia aos que contrariaram as suas pretenções, entre outros, o nome de *Manuel Mendes de Vasconcelos.*

No caminho de suas desventuras, o Prior do Crato teve por companheiro *Cipriano de Figueiredo de Vasconcelos*, que sustentou os Portugueses da Terceira contra os castelhanos.

Este bravo português ergueu-se à altura de campeão, de alma heróica, na luta de resistência nacional contra o usurpador.

Quando o inimigo desembarcou com uma esquadra na Terceira, o indomável patriota soltou contra os invasores manadas de vacas bravas, desbaratando por esta forma as tropas castelhanas.

Não lhe sendo possível prolongar mais o milagre da sua resistência, seguiu com o Prior do Crato e entrou ao serviço da França, onde assistiu à morte de D. António e veio a falecer.

* * *

À data da Restauração, os de Vasconcelos, de sobejo afamados pela sua intrepidês e ousadia, estavam habilidosamente dispersos, afastados da sua pátria.

Alguns encontravam-se na corte de Madrid e militavam nas armadas espanholas, como *Francisco de Vasconcelos*, conde de Figueiró e o célebre marquês de Montebelo, *Felix Machado da Silva Castro e Vasconcelos*, que manejava com a mesma perícia a pena e a espada.

Para recuperação da Baía, notabilizava-se pela sua extraordinária bravura na guerra contra os holandeses *Joane Mendes de Vasconcelos*.

Conhecida a feliz notícia da Restauração, partiu para o continente e seguiu para o Alentejo na qualidade de mestre de campo-general do conde de Obidos.

Este é substituido por Matias de Albuquerque, mas Joane Mendes de Vasconcelos disputa-lhe as honras e os louros colhidos pelas armas do Alentejo.

O comando das armas desta província passou pela mão dos mais conceituados generais, até que em 1657, já no reinado de Afonso VI, do conde de S. Lourenço passou ao experimentado general Joane Mendes.

Foi dos mais célebres cabos de guerra do seu tempo; tal a sua valentia, que por vezes redundou em indisciplina e lhe acarretou desgostos e insucessos.

João Luis de Vasconcelos, governador de Mazagão, sustenta aqui a honra das armas portuguesas, pelejando valorosamente contra os moiros.

Martim Mendes de Vasconcelos, governador de Porto Santo, festejou aí tão ruidosamente a noticia da Restauração, que o estrondo das salvas e as descargas da fusilaria e da artilharia afugentaram uma esquadra de doze navios turcos que bloqueavam a ilha.

Sem ambições nem vaidades, inteiramente alheio ao bulício do mundo, vivia a vida do claustro, que iluminava com seu saber e virtudes, *Frei João de Vasconcelos* da Ordem dos Pregadores.

Do epitáfio gravado no seu túmulo, existente na igreja de S. Domingos, em Lisboa, frente ao de Frei Luis de Granada, conclui-se que foi grande teólogo; sendo de mui ilustre sangue, mais edificantes foram os seus costumes; foi do Conselho de El-rei e do Supremo Tribunal da Inquisição. Recusou a dignidade episcopal; faleceu com fama de grande piedade cristã, dor dos pobres e saudade de todos, em 1652, com 62 anos de idade. Foi seu biógrafo

o P.e Frei André Ferrer de Val de Cebro.

Merece especial relêvo o nome de *João Rodrigues Vasconcelos* e Sousa 2.º conde de Castelo Melhor, que, encontrando-se também ao serviço de Castela, em Cartagena das Antilhas, onde recebeu a notícia da Restauração, concebeu o arrojado plano de arrebatar e trazer a Portugal a esquadra castelhana que ia carregar a prata armazenada em Porto Belo, mas foi denunciado e preso.

Com a organização do processo infligiram-lhe os maiores vexames e suplícios; manietado e descalço, com o hábito branco dos supliciados, foi apresentado aos bárbaros juizes que o sentenciaram à morte; nem perante tais humilhações perdeu o porte de verdadeiro fidalgo.

Estalaram-lhe os ossos dos dedos para que jamais pudesse manejar uma espada, torturando-o desalmadamente numa lôbrega masmorra, em que só era permitida a entrada de frei Ambrósio do Espírito Santo, seu confessor, que, compadecido, começou a pensar na salvação do prisioneiro.

Alguns portugueses, que conseguiram fugir e chegar a Lisboa, levaram ao conhecimento da condessa sua esposa o que se passava.

D. Mariana de Lencastre logo correu aflita ao paço, a expôr a D. João IV a situação do marido.

Seguiu imediatamente para Cartagena um bem apetrechado navio, fundeando dali onze léguas, à espera que o conde pudesse escapar-se e recolher a bordo.

Conhecidos de frei Ambrósio, que se ocupava em pedir esmolas para sustentar o conde, os preparos da libertação, logo os transmitiu ao preso.

Entretanto, para maior infelicidade, o navio português era apresado por outro holandes; só depois que o seu comandante se inteirou do verdadeiro fim que levava o barco português àquelas paragens, é que, em vez de exigir qualquer soma pelo resgate, encheu-se de brios e também se propôs auxiliar a empresa.

Em certo esconderijo da floresta vizinha da fortaleza recebia o frade todas as instruções para o conde, de quanto se planeava para arrancá-lo daquela triste situação, no que muito se interessou também certa dama castelhana, de cujo nome a história guardou para sempre o

segredo.

Até que ao cabo de muitos e delicadíssimos trabalhos, que seria longo enumerar, em uma noite de Junho ardente, o morrão aceso por uma das vigias da fortaleza foi sinal para o navio português, que aguardava a distância no escuro da noite, o momento da arriscada evasão.

Por uma escada de nós, presa ao reparo de uma peça, desceram primeiro dois criados e depois ele mesmo com muita dificuldade, por lhe terem estalado no potro os ossos da mão esquerda.

No navio veio também frei Ambrósio; e, quando pela manhã, correu veloz pela cidade a notícia, já os navios português e holandês seguiam a rota de Lisboa.

D. João IV recebeu o conde com as honras devidas ao seu heroísmo e fé inquebrantável, fazendo-lhe mercê do governo de Entre Minho e Douro e de uma comenda de mil cruzados.

Também não foram esquecidos os serviços de quantos trabalharam na sua libertação.

Recuperadas as forças, ei-lo que surge nas fronteiras do Minho o torturado de Cartagena, decidido a vingar todos os ultrages e humilhações que sofrera.

A tomada de Salvaterra (1643) foi um verdadeiro triunfo.

Combatendo a peito descoberto nas primeiras filas dava o exemplo da coragem, em que era imitado pela própria condessa D. Mariana de Lencastre, em cujas veias circulava também, por um de seus maiores, sangue de Vasconcelos.

Trocando as vestes femininas pelos atavios militares, de botas altas e na cabeça o emplumado chapéu militar, correndo sobre as muralhas de Monção, a rezar e a tratar dos feridos, excitou ao máximo a abnegação e o heroísmo das mulheres do Minho, a recordar a célebre Deus-a-deu Martins do tempo de D. Fernando.

Os filhos, *Luiz de Vasconcelos* e Sousa e seu irmão Simão, criaram-se a brincar com as armas, a correr pelas trincheiras no ambiente dos acampamentos, sob o influxo dos grandes exemplos.

Todos, até o próprio rei reconheceram a seu tem-

po que Luis de Vasconcelos e Sousa, 3.º conde de Castelo Melhor, havia nascido para mandar e, com efeito, aos 26 anos governava Portugal, no cargo de *escrivão de puridade* de Afonso VI, que, se mereceu da posteridade o cognome de «Vitorioso» a mais ninguém o deveu, senão à competência do grande ministro.

A sua preponderância no reinado de Afonso VI é assás conhecida; provou a todas as cortes da Europa quanto era digno da confiança do monarca.

Também experimentou a profunda ingratidão dos homens; suportou o destêrro; escapou por milagre à perseguição dos emissários de D. Pedro II, escondido debaixo do altar-mór do convento do Buçaco, donde conseguiu sair bem disfarçado para o exílio de 8 anos, através da Espanha, da Itália e da França.

Regressou à pátria em 1685 e a longa vida de 84 anos permitiu-lhe sobreviver, inteiramente rehabilitado, a D. Pedro II e entrar pelo reinado de D. João V, em que foi conselheiro de Estado.

A este tempo, encontra-se no govêrno geral do Brasil *Pedro de Vasconcelos*, sustentando com brio a crise das revoltas dos Baianos e os assaltos de piratas e corsários que infestavam os mares do Sul.

Por volta de 1789, reinando D. Maria I, era vice-rei do Brasil *Luis de Vasconcelos*, que se portou com lealdade e brio por ocasião da conspiração de Minas Gerais, intentada pelo célebre «Tiradentes».

Perante a conspiração de 1817, no reinado de D. João VI, *José de Vasconcelos*, que depois foi general e barão de Albufeira, tenta, sem deslealdade à causa da sua pátria, poupar ao suplício o general Gomes Freire de Andrade.

Luis Machado de Mendonça Eça Castro e Vasconcelos, senhor de Entre Homem e Cávado, que nos combates que se travaram em Souto Redondo e Grijó, contra os franceses da 2.a invasão, encontrando-se a comandar o 16 de Infantaria, levou pela palavra e pelo exemplo os seus soldados a cobrirem-se de glória no dia 11 de Maio de 1809.

Tinha preparado os seus homens com estas falas: *«Que sendo como eram valorosos, era chegada a ocasião de mostrarem o seu valor e patriotismo; que era melhor morrer no combate que deixar-se vencer pelo inimigo; que ele coro-*

nel ia para a frente deles e que o seguissem; e no caso que vis sem que ele se retirava do fogo do inimigo, que o matas sem».

Recebeu públicos louvores e aplausos, de Beresford e Wellesley.

Este, poderia ser a chave de oiro do presente capítulo, mas já agora vamos um pouco adiante.

Os do apelido de *Dornelas e Vasconcelos* estabeleceram-se na Madeira desde o tempo dos Descobrimentos e daí sairam notáveis figuras, em que duplamente brilham dois nomes de Entre Homem e Cávado, de muito cedo unidos por laços de familia.

Agostinho Dornelas e Vasconcelos foi apreciado escritor, par do reino, hábil político e diplomata, mais que uma vez embaixador extraordinário e ministro plenipotenciário.

Representou Portugal na Conferência da Paz reunida em Haia, em 1889; foi membro do Tribunal Internacional de Arbitragem em 1901.

D. Aires, seu irmão, foi arcebispo de Goa e primaz do Oriente; Bombaim recebeu-o com toda a magnificência, depois de ter ido a Roma e seguido através da Europa a ocupar o seu cargo.

Finalmente, *Aires Dornelas e Vasconcelos*, seguindo a carreira das armas, dedicou aos assuntos da guerra a sua extraordinária vocação literária.

Partiu para a África em 1895, afim de tomar parte na campanha contra o Gungunhana. Mousinho escolheu-o para chefe do seu estado maior

Esteve no combate de Magul; participou nas campanhas dos Namarrais e de Gaza; no combate de Mojenga recebeu ferimentos.

Foi companheiro de bravos e brilhantes colonialistas e heróis de África, como Paiva Couceiro e Azevedo Coutinho.

Voltou a Portugal com Mousinho; assumiu a direcção do *«Jornal das Colonias»*.

Possuia muitas condecorações nacionais e estrangeiras, entre elas a Torre e Espada pelos altos serviços prestados durante as campanhas que se coroaram de glória em Chaimite, Marracuene, Coolela e Macontene.

Desempenhou-se de várias missões ao estrangeiro e veio assumir, em 1906, sob a presidência de João Franco, a pasta da Marinha, acompanhando, como seu titular, o príncipe real D. Luis Filipe, em 1907, na viagem que decorreu triunfalmente de visita à África Oriental e Ocidental.

O muito que ainda devia esperar-se de Aires Dornelas e Vasconcelos, foi violentamente interrompido pelos trágicos acontecimentos de 1 de Fevereiro de 1908.

* * *

Percorrida velozmente, no encadear dos seus mais destacados elementos, a história desta Família, que tem o seu berço comum no lugar e paços de Vasconcelos, Entre Homem e Cávado, pode concluir-se que Salgado de Araújo, autor do *Sumário de Vasconcelos*, não perdeu o seu tempo:

Nascendo onde chegou a hora feliz do nascimento de cada um; morrendo onde foi preciso morrer, os de Vasconcelos foram sempre iguais — no passado e no presente.

Exercendo no mais subido grau o culto de todas as virtudes, sobremodo o das honrosas tradições guerreiras de seus maiores, levantaram ao mais alto esta gloriosa legenda:

Vasconcelos é Honra!

Riba-Cávado
Riba-Douro

VI

Os que se acham familiarizados com as crónicas de competições desportivas, hão-de fàcilmente deduzir desta epígrafe esse mesmo sentido, e com muita razão.

Uma vez que a guerra contra os mouros entrou em franca decadência, a nobreza encontrou em velhos ressentimentos e ambições o motivo de agravos e conflitos que se distenderam pelo longo período da dinastia afonsina.

Luta de preponderâncias e de valimento junto dos monarcas: dos de Riba-Cávado, porque cedo vieram marcar uma posição que foi ponto de partida para os subsequentes emprendimentos da fundação do Reino, sem falar do alto e esclarecido sangue de que procediam; dos de Riba Douro, porque, concorrendo embora depois, tiveram de repelir de mais perto e de posições mais arriscadas as arremetidas infiéis, num esforço sobre humano pela dilatação das fronteiras além de ter-lhes sido dada a honra de terem recebido e protegido na meninice o tenro Infante.

* * *

A má vontade com que Afonso II aceitou as disposições testamentárias de seu pai, acrescida do trágico desfecho daquele acto de tresloucada paixão de Gomes Lourenço, filho do «Espadeiro», o qual, caindo sobre Martim Pais de Ribeira em Avelans, no regresso dos paços reais de Coimbra ao velho solar de família em Lanhoso, conseguiu arrebatar-lhe a irmã, coberta de crepes que mais deviam realçar ainda a formosura da que fôra a inseparável

companheira dos últimos anos de Sancho I, episódio histórico que Rebelo da Silva romantizou no seu «*Ódio velho não cansa*», tudo concorreu em princípio para que se formassem e dividissem partidos, pactuando os ricos-homens em alianças de famílias nobres e poderosas tal qual mais tarde se foi praticando entre nações amigas.

Pontos de honra levavam os cavaleiros a encontrar-se por tudo e por nada, ao abrigo de direitos de revindicta, em desafios e duelos de morte; e os reptos, os torneios e as justas sucederam-se no tempo, até serem coroados por esse belo transe dos *doze de Inglaterra*, já no expirar da magnífica idade média.

Época de natural brutalidade e violência, no entanto verificaram-se acontecimentos que, no dizer de D. Frei António Brandão na sua parte da Monarquia Lusitana, podem considerar-se o primor da cavalaria daquele tempo:

Martim Sanches, filho de Sancho I e da Fornelos recusa-se a combater com os Portugueses, seus compatriotas, tendo à vista o rei seu irmão e o estandarte real.

Fêz-lhe Afonso II a vontade, retirando-se e deixando em seu lugar famosos cavaleiros, entre eles o próprio padrasto de Martim Sanches, Gil Vasques de Soverosa.

Travou-se a batalha da Várzea entre Portugueses e os lioneses que Martim Sanches comandava e, na fúria da refrega, este fêz de um golpe saltar da mão e ir pelos ares a espada do Soverosa, aprisionando-o, para logo lhe conceder a liberdade e a vida, aconselhando-o antes a descansar dos trabalhos passados.

Na batalha de Grijó, já nos últimos tempos do governo de Sancho II (1245) entre o desvairamento e o ardor do combate «mataram o cavalo a um ilustre cavaleiro chamado Rui Fafes; viu-se a pé com pouco remédio em caso de tanto perigo e não achou melhor cómodo para se defender dos inimigos, que pedir o cavalo a Gonçalo Rodrigues de Abreu, *de Regalados*, que, sendo moço, teria mais arte para se sustentar a pé na batalha.

Deu-lhe o cavalo com a condição de que havia de dar-lhe por mulher sua filha D. Mécia Rodrigues.

Prometeu-lha Rui Fafes caso Deus permitisse que saisse livre da batalha e assim o cumpriu fielmente».

* * *

É neste estado de coisas e panorama político desses velhos tempos que se enquadra o caso de *João Peres de Vasconcelos*, sobrinho do poderoso arcebispo de Braga, D. Estevão Soares da Silva, um dos testamenteiros de Sancho I que então se arvorou em campeão e defensor das prerrogativas do clero e da nobreza de Entre Minho e Douro.

Martim Pais de Ribeira aderira abertamente à causa das infantas, que era a da própria irmã, Maria Pais senhora de Vila do Conde, Parada, Pousadela e Pereira, padroeira do mosteiro de Bouro, além dos legados com que o falecido rei distinguira cada um dos quatro filhos que dela tivera.

Teve então lugar esse passo de Nobiliário do conde D. Pedro, sob o título XXXVI de que se resume o seguinte:

Aires de Freitas, do couto deste nome em território de Guimarães, matou Gil Martins de Ribeira, filho de Martim Pais.

Por sua vez, *João Peres de Vasconcelos*, segundo primo co-irmão da vítima, desafiou e matou aquele Aires de Freitas no mosteiro de Fonte-Arcada.

Depois, Estevão de Freitas, irmão de Aires, desafiou *João Peres de Vasconcelos*, e foram testemunhas o citado Rui Fafes, Vasco Lourenço e Martim Lourenço da Cunha.

Mas *João Peres de Vasconcelos* não aceitou o repto muito embora para tanto ter sido emprazado por Sancho II, que «*houve de dar sentença aa revelia*»; e esta circunstância mereceu-lhe dos contrários a alcunha de «tenreiro» —que significaria fraqueza, covardia—se tão galhardamente o não desmentisse depois no cêrco e conquista de Sevilha, onde, como já foi referido, se portou como um verdadeiro herói.

Se aliarmos a sucessão destes acontecimentos à deposição de Sancho II, vamos encontrar finalmente em Toledo, a coroá-los com um exemplo muitas vezes referido, mas sempre nobre e edificante, o leal alcaide de Coimbra Martim de Freitas, filho do Estêvão, a depôr, aberto o ataúde, na mão inerte do infeliz monarca, as chaves do

Castelo porque prestara obediência e menagem.

Em Fonte-Arcada encontram-se os primeiros sintomas das dissensões e lutas que levaram a nobreza a dessangrar e a diminuir-se até ao fim da primeira dinastia.

Pela *Maria da Fonte*-Arcada nem sequer poderiam então adivinhar-se as efervescências do movimento popular que, alguns séculos depois havia de conduzir aos últimos destinos nacionais.

AMARES — MARECOS

Grave confusão

I

Sobre os determinados acontecimentos a que se liga a história destas terras, e sobre mais ou menos subordinada, como é natural, as vicissitudes da política dos tempos, sobrepõe-se, pois, a criação do concelho pròpriamente dito de *Amares*, com uma existência de pouco mais de cem anos.

Esta palavra *Amares*, porém, vem há muito mais tempo a ser objecto de tantos equívocos e atropelos, em que se teima em persistir, que entre mais não fôra reservado tentar desfazê-los à luz do que julga verdade histórica, vistas as susceptibilidades que tal atitude poderá ocasionar.

Com efeito, de tantas vezes registadas certas inexactidões, com aparente fundamento de verdade que torna os erros crónicos, a minha ingrata missão no presente caso será a *vox clamantis in deserto* com a agravante do ódioso com que poderá condenar-me a injustiça, por parecer-lhe demasiada indiscrição o revolver tarde demais pergaminhos do passado, que poderiam continuar a manter-se no silêncio dos arquivos.

Se entretanto, como muito bem escreveu frei Amador Arrais, «*as falsas glórias apoucam*» e Amares não precisa de enfeitar-se com penas de pavão, para esclarecer demais a sua verdadeira nobreza, vamos, sem mais delongas, entrar no assunto.

O 1º. o marquês de Montebelo, Félix Machado da Silva, que foi 6.º sr. de Entre-Homem e Cávado e no presente trabalho tem merecido outras referências, foi escritor de grande apreço e certamente um dos que até hoje

II

PARTE

AMARES – MARECOS

Grave confusão

I

Sobre os determinados acontecimentos a que se liga a história destas terras, e andou mais ou menos subordinada, como é natural, as vicissitudes da política dos tempos, sobrepõe-se, pois, a criação do concelho pròpriamente dito de *Amares*, com uma existência de pouco mais de cem anos.

Esta palavra *Amares*, porém, vem há muito mais tempo a ser objecto de tantos equívocos e atropelos, em que se teima em persistir, que antes me não fôra reservado tentar desfazê-los à luz do que julgo verdade histórica, vistas as susceptibilidades que tal atitude poderá ocasionar.

Com efeito, de tantas vezes registadas certas inexactidões, com aparente fundamento de verdade que torna os erros crónicos, a minha ingrata missão no presente caso será a *vox clamantis in deserto* com a agravante do odioso com que poderá condenar-me a injustiça, por parecer-lhe demasiada indiscrição o revolver tarde demais pergaminhos do passado, que poderiam continuar a manter-se no silêncio dos arquivos.

Se entretanto, como muito bem escreveu frei Amador Arrais, *«as falsas glórias apoucam»* e Amares não precisa de enfeitar-se com penas de pavão, para esclarecer demais a sua verdadeira nobreza, vamos, sem mais delongas, entrar no assunto:

O 1º. o marquês de Montebelo, Félix Machado da Silva, que foi 6.º sr. de Entre-Homem e Cávado e no presente trabalho tem merecido outras referências, foi escritor de grande aprêço e certamente um dos que até hoje

maior atenção prestou às coisas desta terra, recordando memórias e tradições, episódios e acontecimentos de que a verdade e a fantasia lhe permitiram encher o seu célebre «Memorial» como a *«Vida e acções de Manuel Machado de Azevedo»*, seu avô.

Foi autor de outros trabalhos que ficaram impressos em castelhano; deixou enédito o que lhe conquistou maior renome: *«Ensenansa de Principes»*.

Sobre alguns desses episódios incidiram mais tarde comentários de Camilo, com seu esprito jocoso e sarcástico.

Conservou-se no seu voluntário retiro da corte de Madrid, mesmo depois da Restauração, donde, dadas as boas graças da marquesa de Mortara, sua sogra, com o último usurpador, (amor mesmo de rei, a quanto obrigas...) Montebelo conseguia conhecer de planos e movimentos e prevenir a tempo os seus compatriotas nesse periodo grave da vida nacional.

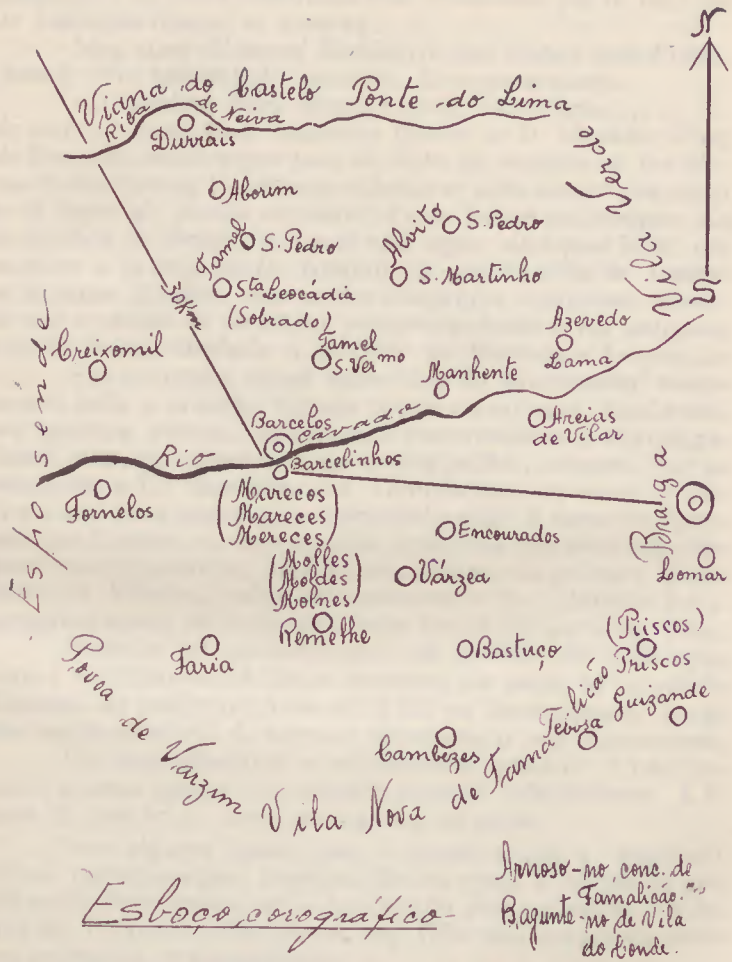
Um dos assuntos, por que através dos seus tratados genealogias mais se interessou o marquês, foi sem dúvida a questão da naturalidade do glorioso Mestre dos Templários, *D. Gualdim Pais*.

No referido *«Memorial»*, depois de exemplificar como o termo *«Marecos»* teria redundado em *«Amares»*, pela tal lei ou via da evolutibilidade da lingua, em que se baseiam filólogos, continua por estes dizeres:

«I no puede hazer duda la variacion de nombres en el Conde Don Pedro porque desde el tiempo en que escribió hasta oy ay lugares en Entre Duero e Mino que una, dos tres vezes han mudado de nombre: La villa de Amares, en Entre Home i Cadavo se lhamó en otro tiempo Marecos, que es lugar vezino de Braga, de donde el Conde Don Pedro dize fue natural Don Gualdin Paez Maestre de los Templários, que em muchas escrituras antiguas se halla llamar se Dõ Gualdim Paez de Marecos e dió nombre en aquella Ciudad a la calle de Don Gualdin».

E, sobre tais considerações, insiste e afirma então abertamente que D. Gualdim foi natural de Amares:

«Deste tan insigne Varon se deve la naturaleza a Entre Home i Cadavo, i fue de sus mayores aquella Villa solar, a quiem los antiguos i modernos Geografos llamaron siepre



Localização do nascimento de D. Gualdim Pais

Marecos, i de otras escrituras mas modernas que la del Conde hallamos llamar se Amares...»

Nas suas *«Notas al Mobiliario del Conde Don Pedro-plana 324»* Montebelo concluiu do mesmo modo:

«D. Gualdin Paez Maestre de los Templários..... de escrituras antiguas hallamos llamar se D. Gualdin Paez de Marecos, nombre que tuvo la Villa de Amares en las tierras Entre Homey cadavo por donde se echa de ver que aquel es el lugar de donde era natural este Varon tan insigne. En la Ciudad de Braga, que esta una legua de aquel solar, dió nombre a la calle de D. Gualdin, y que la villa de Amares se llamasse Marecos, aun de los Geografos modernos, se puede ver a donde la senallam, porque siguiendo a los antiguos, aun no le han mudado el nombre de Marecos a Amares.....»

Em princípio, estas asserções de Montebelo mereceram todo o crédito; depois todos os autores, fundando-se uns nos outros, os próprios historiadores e investigadores, sem proceder a mais averiguações, sempre que se referiram a D. Gualdim, aos Templários, aos seus prelados e aos seus castelos, e principalmente à terra de Amares, na história, na monografia, como na simples reportagem; nos dicionários, nas enciclopédias, no próprio Elucidário de Viterbo, todos são concordes que *Marecos* foi o primitivo nome de Amares e este berço de Gualdim Pais.

Perante tal uniformidade de pontos de vista que vem a verificar-se há umas centenas de anos, os povos de Amares, ao celebrarem-se em 1940 os Centenários, erigiram para memória do famoso guerreiro, o seu monumento.

De estranhar-lhe o sobrecenho, pesado e carrancudo, o povo ignaro diz *«aquele mouro»* referindo-se à figura do que foi o maior inimigo de tal raça.

Tem alguma razão, que, ao levantar-lhe a viseira, o artista não conseguiu imprimir-lhe no rosto a feição de que era verdadeiramente *«tão engraçado como ilustre»*, *«Milagres de S. Vicente—Scriptores pag.* 100» muito embora fôsse um autêntico *«traga-mouros»*.

* * *

Na sua boa fé, Montebelo imaginou e criou aqui o *solar de Amares* ou *de Marecos*, inadvertidamente baseado

na semelhança dos termos, como procedeu em relação a outros casos, declinando em êrro.

Como confundiu «*Amares*» com «*Marecos*», deduziu igualmente «*Ansede*» de «*Ansemunde*», «*Santa Lucrécia*» de *Santa Logriça*», isto para falar sòmente de terras mais próximas.

«*Ansede*», que já assim se escrevia anteriormente ao Conde D. Pedro do Nobiliário, de forma alguma se identifica com «*Ansemunde*» que não é senão a actual freguesia de «*Amonde*» na margem esquerda do Lima, concelho de Viana, isto pelas relações e proximidades de seus antigos ricos-homens com os «*Velhos de Santa Logriça*» que também não é «*Santa Lucrécia*» em território de Braga, como queria o Marquês, mas «*Santa Lucrécia*» *de Riba de Neiva*, na *antiga terra de Aguiar de Riba de Lima*, como se confirma pelas inquirições de Afonso III:

«*Item, in este Couto moram omees que se escusam per amadigos.... Petrus Pelaiz criou fila de Petro Velio* (*Pedro Velho*)...»

Amares nada tem de comum ou que por qualquer forma se relacione com *Marecos*; especialmente com *Marecos* de Penafiel do Sousa, precisamente identificada por Pedro de Azevedo, no seu trabalho «*O Território de Anegia*» inspirado talvez naquele «*pactum venditionis* relativo a 1043 e inserto em «*Diplomatae et Chartae*» a pag. 198—«eredidade nostra.....in villa que vocitant *marecus*.....» vila esta a que Pinho Leal, no seu Dicionário Antigo e Moderno «indevidamente recorre sob os termos «Amares» e «Marecos», estabelecendo atroz confusão.

«*Amares*» e *Marecos*» são vocábulos inteiramente distintos e desde sempre inconfundíveis na toponímia portuguesa; o 1.º vêm a pronunciar-se e a escrever-se invariàvelmente assim desde muito cedo.

Efectivamente, no Livro de Mumadona—«*In Inventário de omnes hereditates...*»—sob a era de 1059 perto de 50 anos antes de Gualdim Pais ter visto a luz do dia, aise encontra a insofismável prova:

«.....et de villa de *Amares* III.ª integra.....

Us 25 anos apenas após a morte de D. Gualdim (1220-1195) nos textos das Inquirições de Afonso II e seguintes, repetida e invariàvelmente, sempre a mesma ex-

pressão:

«De Sancto Salvatore de Amares». Segue-se que Amares nunca foi Marecos e que D. Gualdim Pais, se foi de Marecos, nunca foi de Amares.

Também, compulsando os Nobiliários, na busca de ascendentes e descendentes em que se acha entroncada a linhagem do Mestre, se conclui que por aqui perto não se movimentaram seus próximos ou remotos parentes, como faz crer Montebelo ao informar que Amares foi solar dos seus «maiores».

* * *

Ora, demonstrar apenas que Amares não lhe serviu de berço é deixar o heroi sem pátria; ao cabo de tantos séculos, não era conclusão das mais simpáticas!

Marecos, que vulgar e unânimemente se atribui a Gualdim Pais como aplido de origem ou naturalidade, antes que usou o de «Mestre» (do Templo) como depois foi geralmente conhecido, designa um bom número de povoações em Portugal, inclusivamente a de Penafiel do Sousa, a que já se fez referência.

Menos uma que se situa, ou melhor, situava nos limites do território de Braga, todas se excluem, porquanto D. Gualdim em princípio era daqui natural, em conformidade com as inscrições de Tomar e de Almourol:

«.... *Bracara que est caput Gallecie ortus....*»; «... *Bracara oriundos...*»

Identifica-se e localiza-se, essa única *Marecos* (S.to André) que se aproveita, no antigo Julgado de Faria.

Foi decrescendo de importância até perder-se de vista, facto que consideràvelmente concorreu para tanta confusão, sobrepondo-se-lhe Barcelinhos, freguesia fronteira de Barcelos e de que hoje faz parte integrante como cidade, acrescido tudo isto da notável circunstância de já ao tempo de D. Gualdim se escrever, e decerto pronunciar, por modos diferentes, embora semelhantes—*Marecos*, *Mareces*, *Mereces*, a que pode ainda juntar-se outra variante *Mooyracos*, recorrendo ao Nobiliário — Título LVI.º — Scriptores — pag. 360 — e inserta nesta passagem.

«..... *Esta dona Orraca Gomez* (prima co-irmã de

D. Gualdim) *foy casada com Fernam Silvestre de Mooyracos e descenderon delles. . . . Pero Fernandez de Tamhal d' Alvite* (Alvite do Tamel). . . . »

Este Fernão Silvestre é o mesmo rico-homem que o Livro Velho apelida «*de Encourados*» ali bem junto à antiga Marecos.

Reportando-nos, pois, à época mais próxima de Gualdim Pais, os textos das Inquirições continuam a ser o monumento histórico que melhor permite estabelecer o paralelo ou confronto entre a nomenclatura toponímica ali empregada, bem como nos Livros das Linhagens:

«*Julgado de Faria*».

—«*De Sancto Andreu de Mareces*».

Logo em «foros e dádivas» com a outra variante:

—*De Sancto Andrea de «Marecos» . . . quod de quintana de hereditatoribus de «Marecos» . . . debent dare . . .* »

«*Marecos, Mareces, Mereces*» (Inquisitiones-pág. 112)

Se os Nobiliários, ou quaisquer outras fontes históricas, nos referissem o herói designadamente como *Gualdim Pais de Marecos*, como insistentemente nos assevera Montebelo, dar-se-ia aqui por finda a questão da sua naturalidade.

Porém, tal não acontece, e, para se demonstrar que realmente tenha nascido na terra de Santa Maria de Faria na vizinhança do grande «castelo mestre de Portugal», será essencial valermo-nos, como igualmente insinua o mesmo Montebelo, *das terras em que tiveram solar, seus «maiores» e foram assento de seus mais próximos parentes.*

Assim, é principalmente a antiga freguesia de S. *Tiajo (Sancto Jacobo) de Molles=Moldes=Molnes*, contígua a Marecos, que identifica uma boa parte dos personagens que os Livros das Linhagens assinalam como mais próximos parentes de D. Gualdim.

Esta freguesia uniu-se a S.ta Marinha de Remelhe; era do couto de Vilar de Frades, na terra de Faria. (Carvalho da Costa-V. I-319).

O Nobiliário de Felgueiras Gaio traz a linhagem de Gualdim Pais nos títulos de «*Prados e Carpinteiros*»,

de que procedem os *«Ramirãos»*:

1—D. Aires Carpinteiro c. c. D. Dameana de Selhariz que fez o mosteiro de *Lomar de Tebosa*.

2—*D. Ramiro Aires*.

2—D. Mendo Aires—Lopo Mendes—Gomes Lopes de *Guisande*.

2—D. Ramiro Aires c. c. Teresa (ou Elvira Peres) filhas de Pedro Afonso de *Durrãis* que fundou o mosteiro de *Manhente* de sua mulher Godinha Eris, filha de Ero Mendes de *Molles* que fundou o mosteiro de *S.ta Ovaia* (*S.ta Eulália de Arnoso*).

3—*D. Paio Ramires*.

3—D. Gonçalo Ramires c.c. Godinha Nunes filha de Nuno Pais Vida, tiveram Urraca Gomes, mulher de Fernão Silvestre de *Encourados*.

3—D. Urraca Ramires c. c. Egas Pais de *Terroselo* outros dizem de *Fornelos*.

3—D. Ouroana Ramires c. c. Mem Gonçalves de *Molles*.

3—D. Paio Ramires c.c. Ouroana Martins de Caldelas de Galiza 1.a vez e teve Vasco Pais que foi alcaide-mór de Coimbra; 2.a vez c. Gontrode Soares Correia filha de Soeiro Pais Correia (no título dos Correias de *Farelãis em Riba de Neiva*).

4—*D. Galdim Pais do Templo* que fez os castelos de Tomar, Pombal, Almourol....

4—D. Gomes Pais de *Püscos* (*Priscos*).

4—D. Sancha Pais, mulher de Paio Gomes Cravel tiveram Constança Pais mulher de Gomes Mendes Barreto, pais de Paio Gomes Barreto que o tio-avô admitiu na Ordem do Templo:

«E este meestre dom Gualdym Paaez do Tempre meteo em ordem dom Paay Gomez Barreto seu sobrinho filho de dona Costança Paaez sa sobrinha filha de dom Paay Gomez Gabere e de dona Sancha Paaez irmãa do meestre, seendo dom Paay Gomez muy moço». (*Scriptores-Conde D. Pedro, pag. 360 sob o titulo LVI*).

Compulsando, pois, atentamente os Nobiliários, verifica-se que D. Gualdim Pais encontra no sua linha de costados e mais próximos parentes os seguintes personagens:

D. Soeiro Guedes que fundou o most.º da *Várzea*

D. Godinho Viegas de *Azevedo* que fundou o de *Vilar de Frades.*
D. Ero Mendes de *Molles* o de *S.ta Ovaia (Arnoso)*
D. Pedro Afonso de *Durrães* o de *Manhente.*
D. Ouroana Ramires mulher de Mem Gis de *Molles* foi sua tia.
D. Urraca Ramires mulher de Egas Pais de *Fornelos*, também sua tia.
D. Lourenço Fernandes de *Aborim*, filho dos precedentes, foi primo co-irmão de D. Gualdim.
D. Urraca Gomes mulher de Fernão Silvestre de *Encourados*, foi sua prima co-irmã.
D. Gomes Lopes de *Guisande*, primo em 2.o grau.
D. Gomes Pais, natural de *Priscos*, na antiga terra de *Penafiel de Bastuço*, contígua à de *Faria*, foi irmão do Mestre.

Cambezes foi couto de Paio Ramires, (pai de D.Gualdim) concedido por D. Afonso Henriques.

* * *

Certo é que são frequentes as dificiências e as inexactidões com que a cada passo se depara nos Nobiliários; porém, daí a rejeitá-los de todo como precioso subsídio de um estudo em que não se toma por base de argumento uma simples proposição, mas sim a concorrência de indeterminado número de factores, que todos convergem para o mesmo centro, vai uma grande distância, quanto é evidente que conceituados autores lhes tem dispensado relativo crédito.

Extraordinário seria que falhassem todas as premissas, tendo-se na devida conta que os Nobiliários não foram de forma alguma forçados a acomodarem-se ao presente trabalho; este é que foi elaborado sobre eles e com a largueza de fundamentos que permite firmar-se a questão em muitos pontos, se vacila em quaisquer outros.

Em tal pressuposto, forçoso é concluir que,se Montebelo não obteve de fontes seguras, fantasiou, advinhou ou sonhou que Gualdim Pais se apelidou *de Marecos*, preciso seria inventá-lo, tal é a certeza de tão fortes coincidências.

Acresce, em reforço e abono destas bem reflectidas

Monumento a D. Gualdim Pais
na Vila de Amares

considerações que aqui se resumem, a confirmá-las e valorizá-las, o poderoso testemunho de Alexandre Ferreira, autor do «*Suplemento Histórico ou Memórias e Notícias da Celebre Ordem dos Templários....*» de 1735, obra volumosa e raríssima, mas que se encontra na divisão de Reservados» da B. N., onde diz:

«*.....o grande e valoroso D. Gualdim Pais, que como direi a seu tempo, era natural de Braga, em distância de seis leguas de Viana....*»

O mesmo autor refere ainda, circunstância que não é de desprezar, que Arnaldo da Rocha, compatrício e companheiro de D. Gualdim Pais em terras de Palestina, era natural de Viana, de onde eram naturais os «Rochas«, e que assim se apelidavam por serem oriundos do condado «*de la Roche*» na Borgonha, de onde vieram a Portugal com o conde D. Henrique.

Por aquela forma, Alexandre Ferreira localiza geométricamente o lugar do nascimento de Gualdim Pais, pois contam-se rigorosamente 30 quilómetros sobre a ponte que separa Barcelinhos (a antiga Marecos) de Barcelos pròpriamente dita.

* * *

Para terminar o presente capítulo, diga-se a verdade que não tem um simples plebeu a louca pretenção de corrigir o marquês em quem, segundo um seu biógrafo, «*tanto podiam os outros nele aprender letras, como aprender virtudes*».

A sua obra suscitou reparos e comentários de muitos críticos, quando afinal nunca teve outro fim em vista que não fosse o de encarecer o valor e mérito de seus antepassados, e os seus próprios, aos olhos dos soberanos de Castela, que sempre reconheceu como verdadeiros usurpadores da sua querida pátria.

SÁ DE MIRANDA

Poeta-Lavrador

II

Dois Homens, a quem este termo se aplica na sua verdadeira acepção, buscaram, em momentos relativamente característicos da época de cada um, o apetecido remanso das terras de Amares, para curar no sossêgo e na solidão os anelos e a insaciedade de suas almas de eleição, atormentadas pelo bulício do mundo.

Em princípios de século XII, um cavaleiro, de nome Paio Amado, grande valido do conde D. Henrique, não hesita em trocar a vida do paço de Guimarães pela do eremitério do monte de S. Miguel da Abadia, entregando-se aí à mais áspera penitência, sob as ordens e o exemplo do mestre-cenobita frei Lourenço, uma vez que a morte impiedosa, arrebatando-lhe a esposa querida e a tenra filhinha, o deixara sem família.

Não causou pequena sensação entre os ricos-homens do seu tempo nem ficou sem imitação o extraordinário gesto deste fidalgo penitente.

Reservemos o caso para novo capítulo.

No segundo quartel do século XVI, Sá de Miranda, que cursou Leis, regeu cadeiras da Universidade e foi o grande mestre do Humanismo, o Reformador da Poesia, vulto dos mais dignos de admiração de todos os tempos das Belas-Letras portuguesas; tendo visitado e demorado em Nápoles, Florença, Sicília, a beber das fontes vivas do Renascimento, por serem os mais distintos centros da cultura; de conhecer e relacionar-se com famosos literatos, Petrarca, Sannazaro e Vittoria Colonna que brilhavam no então mundo latino civilizado:

Vi terras, vi costumbres differentes . . . . . .
Vi Roma, vi Veneza, vi Milão . . . . . .

Quando regressou a Portugal e tomou os primeiros contactos com o ambiente da vida palaciana, logo reconheceu que:

Homem de um só parecer
Dum só rosto e d'ũa fé
Dantes quebrar que torcer,
Outra cousa pode ser,
Mas da corte homem não é.

Deste seu «retrato moral», de que sobressai a índole austera e grande nobreza de carácter, o Autor não se acomoda ao sistema de intrigas e dos escândalos que a pureza dos seus preconceitos descobre na alta sociedade do seu tempo e decide refugiar-se Entre-Minho e Douro junto do Neiva, aceitando a comenda das Duas Igrejas, de que D. João III lhe fizera mercê.

Vou fugindo às armadilhas
Que via armar e tecer. . . .

E daí esforça-se por satisfazer um ideal de vida simples e tranquila, embelezada pelo culto da Arte, até vir instalar-se no sopé do monte de S. Pedro Fins, a cumprir votos expressos desde a mocidade:

Naquela serra quero ir morar
Quem me bem quizer, lá me irá buscar.

Ficou a respirar a longos tragos o idílio dos campos por que suspirava entre manifestações de sincero prazer eivado da tristeza que sempre o acompanhou, nestas mesmas poesias a recordar os cantares das moças ao desafio nas romarias do Minho:

UMA

Nestes povoados
tudo são requestas:
deixai me os cuidados,
que eu vos deixo as festas!
D'aquelas florestas
verei longe o mar:
pôr-me-hei a cuidar.

OUTRA

Sombras e agoas frias,
Cantar de aves . . bem
Quando as tardes vem,!
Por cá bradarias.
Ves que pressa os dias
levam sem cansar!
nunca hão-de tornar!

S.R DE MIRANDA

UMA

Não julgue ninguém
nunca outrem por si!
mais d'um bem que vi!
a vida nam tem.
Não deixa este bem,
onde se ele achar,
mais que desejar.

OUTRA

Deixa as vaidades,
que da mão á boca
o sabor se troca,
trocam-se as vontades.
Sam essas soidades
armadas no ar;
nam podem durar.

A PRIMEIRA

Naquella espessura
me hei de ir esconder!
venha o que vier,
achar-me-hei segura.
Se tal bem nam dura
ao seu passar
tudo ha d'acabar.

Fez da sua Quinta da Tapada uma verdadeira «corte na aldeia» que ergueu à altura de Templo das Musas. Vieram ali ouvi-lo e consultá-lo os mais fervorosos discípulos e admiradores, que constituiram, no dizer da insigne D. Carolina Michaëlis, a célebre Arcádia de Entre-Douro e Minho.

Preferiu a uma vida faustosa a tranquilidade e a independência do viver simples da aldeia:

Devo a minha muito amada
E prezada liberdade
Que tive aos dados jogada
Aqui somente é mandada
Da rezão e da verdade.

Agora em mim cabaña,
Adonde al importuno tiempo
Me vine huiendo...

Assinala o viver fidalgo da provincia, quebrando-lhe a monotonia o prazer e desporto da caça que entremeia as fadigas do cérebro e os labores do campo:

'As vozeiras montarias
Derribar aves que vão
Cantando inverno e verão
Que al é se não remir dias
Do enfadamento aldeão?

Enaltece a satisfação e alegria que sente por estes sítios em que vai decorrendo a sua vida:

No lugar onde me vistes
De água e de monte cercado
E de outros males que ouvistes,
Tenho mais dias contado
De ledos que não de tristes.

* * *

Mas, se é verdade que o iminente poeta-filósofo conseguiu captar, neste seu E'den, o poder e a influência das Musas, para a vastíssima obra da sua grande actividade literária, nas odes, canções, éclogas, cantigas, sátiras, sonetos e outros géneros que ensaiou e tratou e fizeram-no um dos máximos expoentes da glória nacional nas letras portuguesas, Sá de Miranda não foi menos exímio na arte e cultivo da terra, conseguindo provar com evidência quanto são conciliáveis a pena e a enxada, exaltando a lavoura em suas elegias eternas, tecendo-lhe mil louvores:

Ah vida dos labradores,
Se eles a conhecessem bem
As vantagens que têm
Aqueles santos suores
Que santamente os mantem,
Tratando coa madre antiga
Que de quanto em si recebe
(Não entre engano ou má liga)
Por seu costume se obriga
A tornar mais do que deve.

Nossos maiores se alguem,
Louvavão, não de senhor,
Não de rico era o louvor,
Chamavão lhe homem de bem,
E ainda bom lavrador.
A nossa gente que quis
Arremedar nos louvores
Que agora parecem vis,
Aos bons reis Sancho e Denis
Chamavão lhe lavradores.

Os valerosos romanos
Antes que o tino perdessem,
Donde cuidais que escolhessem
Cincinatos e os Serranos
Que ante si em campo pusessem?
É aquela sua grandeza
Que o tempo não quer que moura
Vemos que a mais da nobreza
Sobrenomes de riqueza
Não pôs, se não da lavoura.

Desbravando, arroteando, plantando árvores; juntando às primeiras as propriedades que ia adquirindo, cercando-as de muros, pôs em tudo o seu gôsto de artista e de poeta, zeloso e cuidadoso proprietário, como bom e exemplaríssimo lavrador empenhado de fazer crescer o seu património rural.

Apreciou e criticou desassombradamente a sociedade do seu século, aconselhando o fomento da agricultura.

Seu cunhado, Manuel Machado de Azevedo, senhor de Entre-Homem e Cávado, foi o seu primeiro discípulo e imitador:

Não havendo aqui oliveiras mandou trazê-las de Coimbra por mar, assim como as laranjeiras e outras árvores de fruto que mandou vir do seu senhorio da Lousã, até que se multiplicaram e hoje constituem uma notável fonte de riqueza local.

Sá de Miranda reprovou a concorrência e atracção às grandes cidades— o Centralismo —censurando os fidalgos que deixavam as suas terras pela capital:

Ao reino cumpre em todo ele
Ter a quem o seu mal doa,
Não passar tudo a Lisboa,
Que é grande o peso, é com ele
Mete o barco na água a proa.

As críticas do grande moralista eram assás justas e oportunas.

Não é o único escritor do seu tempo que deixa perceber mui claramente que a nobreza palaciana desdenhava da nobreza disseminada pela província em seus solares à frente dos negócios de suas herdades.

Já Fernão Lopes ousou mui disfarçadamente fazê-los passar por «galegos», sobretudo os de Entre-Minho e Douro, circunstância que tem induzido em êrro não poucos historiadores.

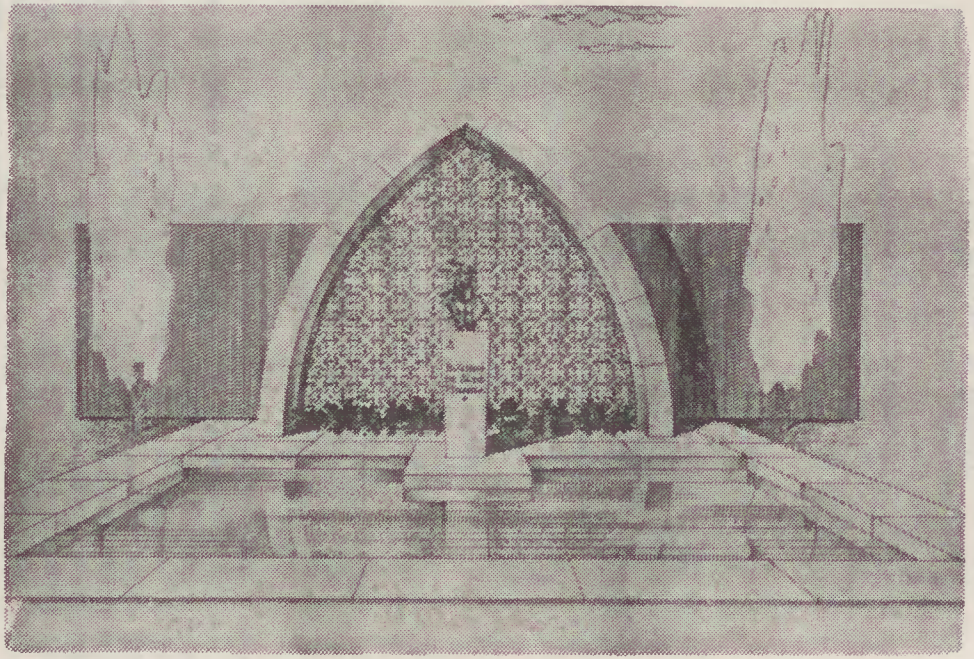
Foi daí que muito bons pensadores se esfoçaram por dissuadir do engano de muitos que julgavam estar a sorte ligada à nobreza do lugar em que nasciam ou viviam.

Em tal sentido, numa carta para o mesmo seu cunhado, faz-lhe sentir a passada nobreza e categoria daquelas montanhas, reavivando a razão da sua escolha:

No tempo dos reis primeiros
Era a corte nestes montes
Vim beber de suas fontes
Que há lá por baixo atoleiros
Que não tem barcas nem pontes.

Sá de Miranda espande o seu sublime conceito sobre o mundo, a vida e o homem, nas relações com o seu Próximo, fruto da sua mais profunda observação:

Falas me nos animais
A que nós brutos chamamos,
E guardão leis naturais
Nos outros não as guardamos,
Mais crueis que leões bravos
Que entre si guerras não tratão,
Não se perdem nem se matão
Nem se vendem por escravos.



Projecto do monumento a Sá de Miranda, que se pretende erigir na Vila de Amares, no Largo do Dr. Oliveira Salazar, que os Feiranovenses de há muito desejam ardentemente ver transformado em realidade e assim dignamente homenageada a memória do insigne Poeta-filósofo.

Não vão as águas tingidas
Do seu sangue, se pelejão.
Não vêm as forcas erguidas
Onde às aves manjar sejão.
Por mercês tão desiguais
Não tem repartido a terra
Que um tenha de serra a serra
Outro tenha dous tojais

Não ves que, por ua gralha
Que outras vêm que se querela,
Acodem mil em batalha...
Juntas por salvar aquella?
Em ouvindo algum granhir
Os porcos, que porcos são,
Não vês com que estrondo vão
Correndo por lhe acudir?

Vem voando à morte certa
Por todas a ousada abelha.
Quando a dor o filho aperta,
Embravece a mansa ovelha.
Entre nós verás ao pai
Guerra ao filho, e, contrairo,
O pai ao filho é contrairo
Contra irmão outro irmão vai.

A lição de Sá de Miranda frutificou para o seu tempo, sem deixar de ser sempre actual e presente.

A presença dos grandes senhores das suas terras foi sempre um bem; a utilidade da sua residência em seus domínios é incontestável, quanto é certo que os homens gostam de modelar-se por seus superiores, nas suas virtudes e nos seus trabalhos e até junto dos altares, desertos antes da sua presença, servem de guia aos povos, convencidos de que existe e deve glorificar-se o Deus que o homem virtuoso adora.

Quantas vezes, merecendo a confiança dos seus súbditos, não eram solicitados por árbitros de litígios familiares e entre vizinhos, a exterminar discórdias, tornando-se em suas terras uma segunda providência e ficando lhes

a suprema consolação de uma missão nobremente exercida, como homens de bem!

E as esposas e as filhas, em vez de perdidas entre as multidões anónimas e as grandezas fúteis do mundo, sem resultado, e sem fim, tornavam-se úteis aos infelizes descendo, como enviadas do céu, à choupana dos pobres a espalhar a caridade e o bem, fazendo que os pais e os esposos fossem venerados em vez de mal vistos e odiados!

* * *

Foi toda esta e mais além a magnífica concepção e ideal de Sá de Miranda.

Ele nasceu e cresceu em corpo e sabedoria em Coimbra; percorreu o mundo culto do seu tempo; estimado e admirado de El-Rei D. João III que muitas vezes lhe pediu opinião e conselho e o queria junto de si, oferecendo-lhe as melhores posições na sua corte, antes perfilhou e adotou como suas as terras de Entre-Homem e Cávado, cantando e sublimando as suas belezas, deliciando-se nelas.

É incontestàvelmente o Homem de Amares.

É ainda consideràvelmente mais notável, que sendo filho egrégio de Coimbra, viesse constituir aqui o seu lar, vincular o seu nome e da sua descendência a esta terra, com que ainda na morte quis confundir-se, em suas cinzas imortais.

Em duas pedras sobre-postas, mão piedosa e admiradora, que se supõe ter sido a do Padre João Freire, da Companhia de Jesus, fez esculpir epitáfio do grande poeta-filósofo, na Capela da Tapada da igreja de Carrazedo.

A sua tradução, como lá tem, é a seguinte:

A Musa pastoril ainda nos matos mal conhecida
Tornou Francisco de Sá mui cortezão.
Dizendo graças maduras e galanterias sisudas
Ajuntou poesia humana com Suavidade divina.
Podendo com sua espada passar a honra de seus avós
Quis sòmente pelejar com a penna da poesia.
Em tudo Miranda, e na morte também foi admirável,
Em suas cousas está escripta a glória da sua Pátria.

DADOS HISTÓRICOS DO CONCELHO DE AMARES

III

Quando em 1258, as alçadas de Afonso III percorreram o norte do país, a *inquirir* mais uma vez, e com mais insistência, das fontes de receita do Estado, esse grande distrito, que foi incialmente o Julgado de Bouro, aparece consideràvelmente reduzido, pela criação de quatro novos julgados, assim destacados: *Entre Homem e Cávado*, que, junto com aquele, ficou a compreender todas as terras deste modo abrangidas entre os dois rios; fora destes limites naturais, os julgados de *Larim, Vila-Chã e Regalados*.

Embora não seja de todo fácil, a um superficial exame, definir com verdadeiro rigor histórico qual dos dois concelhos hoje existentes, o de Riba-Cávado (Amares) e o da Ribeira do Homem (Terras de Bouro) deve considerar-se herdeiro das tradições, daquele primitivo grande julgado, é, porém, certo que, pela razão de ser do seu primeiro assento e séde, bem assim de certas perrogativas, tudo veio concentralizar-se nesse pequeno enclave, que foi de princípio o Couto de Bouro, depois elevado a concelho, e mais tarde junto ao de Entre Homem e Cávado formaram o de *Amares*.

Com excepção dos coutos de Bouro e de Rendufe, o senhorio de todas estas terras, e ainda das de S. João de Rei, entrou na grande Casa de Azevedos (de que foi progenitor aquele célebre D. Arnaldo de Baião) sita entre Prado e Barcelos, isto pelo casamento de *D. Maria Rodrigues de Vasconcelos*, filha do fundador do Solar de Assamaça, Rui ou Rodrigo Anes de Vasconcelos (o trovador), com *Vasco Pais de Azevedo*, senhor do couto e casa deste nome, especial valido de Afonso IV o «Bravo», com quem se achou, acompanhado já de seu filho, *Gonçalo Vasques de*

Azevedo, na batalha do Salado.

Passou deste seu filho a seu neto *Diogo Gonçalves de Castro*, assim chamado por ter aí residido; depois ao filho deste, *Lopo Dias de Azevedo* a quem D. João I armou cavaleiro em Aljubarrota, no qual confirmou estes senhorios a 8 de Fevereiro de 1388, estando em Melgaço.

Foi um dos Capitães de Ceuta, onde se encontrou com todos os seus filhos.

Dois deles Luís de Azevedo e *Lopo de Azevedo*, acharam-se depois, por parte do infante D. Pedro, no fatal encontro de Alfarrobeira.

A Lopo que era alcaide-mor de Sintra e senhor de Ponte de Sor da *Casa de Castro com o padroado de Carrazedo*, por lhe haverem cabido em legítima, D. Afonso V ordenou que além de ter ficado prisioneiro (outros dizem que aí pereceu) lhe fossem confiscados todos os seus bens, que então reverteram para a coroa.

Os senhorios de S. João de Rei e Terras de Bouro vieram mais tarde à Casa da Tapada pelo casamento (1608) de D. Brites da Silva e Menezes, 5.a Senhora desta, com Diogo de Azevedo Coutinho, 10.º donatário daqueles concelhos.

Porém, como *Pedro Machado* tivesse participado na mesma batalha contra o infante regente, além de outros serviços que prestara, D. Afonso V deu-lhe por mercê a quinta de Castro, e outros bens confiscados a outros fidalgos. Deu-lhe mais o senhorio de Entre Homem e Cávado com todos os direitos e pertenças, mas com a condição de pagar a D. Maria de Azevedo, irmã daqueles e 2.ª vez viúva, então de Álvaro Meira, 500 coroas de oiro, que D. João I lhes prometera em casamento, senhorio que ela ainda conservava por garantia desse pagamento.

A doação a Pedro Machado, que se considera o *1.º donatário* deste concelho, tem a data de 29 de Abril de 1450.

Recebeu ainda por sua mulher, D. Inês de Góis, entre outras terras, o senhorio de Lousã. Morreu no escalonamento de Tanger.

Sua viúva casou com Álvaro da Cunha, senhor de Lanhoso.

Francisco Machado seu filho e 2.º senhor de Entre Homem e Cávado, serviu os reis D. Afonso V, D. João

Manuel Machado de Azevedo... snr. de E. H. e Cá-
vado; reprodução de gravuras obtidas por cópia
de quadros a óleo, existentes no palácio dos con-
des da Figueira. (Da Hist. de Port. de P. Chagas)

II e D. Manuel. Casou com D. Joana de Azevedo e veio a falecer em *1518*.

Manuel Machado de Azevedo. Faça-se aqui uma breve pausa. Sendo comendador de Sousel, que seu pai havia recebido por troca que fizera com D. Jorge, Duque de Coimbra, pelo senhorio da Lousã, foi o terceiro donatário deste concelho.

Passou com seus irmãos os tempos académicos junto de Coimbra, circunstância a que Montebelo atribui o bom entendimento de simpatia e sã camaradagem, a aproximação com Sá de Miranda, até que se intensificou a amizade pelos apertados laços da familia.

Temperamentos bastante semelhantes, fácil lhe foi modelar os seus ideais e sistemas pelos de seu ilustre cunhado, o glorioso poeta-lavrador.

Mandou trazer, por terra e por mar, de suas propriedades na Lousã estacas de oliveira, laranjeiras e outras árvores de fruto; ele foi deste modo o verdadeiro fomentador das principais fontes de riqueza destas terras.

Alguns autores chegam a afirmar que foi ele quem ensinou a plantar oliveiras na provincia do Minho.

Inimigo da ociosidade, diz Montebelo, na biografia que dele escreveu, que, quando o inverno o obrigava a encerrar-se portas a dentro do solar de Casto, era tal sua paixão pelo desporto da caça, que entretinha-se a matar aranhas, chegando-lhes à boca das tocas moscas que serviam de isco.

O «torturado de Seide» que por aqui vagueou em fantasia a buscar notícias especulativas e sensacionais para os seus múltiplos romances, no seu gosto sarcástico e ridicularizante, também fez questão com este e outros episódios aqui ocorridos.

Com a tríplice aliança, Castro—Tapada—Rendufe, as terras de Entre-Homem e Cávado conheceram então a melhor data do seu esplendor.

Tornaram-se faustosos os salões de Castro.

Quadros de artistas de quinhentos revestiram os seus tectos e paredes, donde mais tarde foram arrancados e transportados à capital, a causar admiração aos entendidos.

Um ou outro escritor atreve-se a censuar Pinheiro Chagas por colocar em devido e justo relêvo histórico al-

guns destes destacados personagens da Casa de Castro.

Aqui viveu muitos anos e morreu, sendo sepultado, assim como sua mulher D. Joana da Silva, na capela de Santa Margarida, anexa à igreja de Carrazedo, da qual havia sido fundador.

Francisco Machado da Silva, 4.º senhor de Entre Homem e Cávado, casou com D. Maria da Silva, da Casa de Regalados, a qual matou por julgá-la infiel, momentos depois de ter também mandado assassinar Henrique de Sousa, comendatário e benfeitor de Rendufe, isto na Casa de Castro, a 3 de Fevereiro de 1567. Passou as 2.as núpcias com D. Mécia de Melo, filha de Gonçalo Coelho, senhor de Felgueiras e Vieira e de sua mulher D. Maria de Melo, de Pombeiro.

Era afilhado do cardeal-rei D. Henrique que viera celebrar o seu baptismo, sendo então arcebispo de Braga.

D. Margarida Machado da Silva, filha do 1.º matrimónio, casou com Manuel de Araújo e Sousa, de Arcos de Val-de-Vez e foram os 5.os donatários de Entre-Homem e Cávado.

Félix Machado da Silva, o célebre Marquês de Montebelo, casou com D. Violante Orosco e Lodron, filha dos marqueses de Mortara, em Itália; conservou-se em Madrid depois da aclamação de D. João IV, e lá morreu em 1662. Seu irmão o segundo marquês mandou trazer seus restos mortais para Carrazedo, recebendo sepultura brasonada na capela-mor da igreja com a seguinte inscrição:

Aqui jaz Félix Machado comendador de S. João de Coucieiro e D. Violante de Horosco e Lodron, Marqueses que foram de Monte Belo e Snrs. deste C.º Dõ Fr.co e Dõ D.º (Diogo) Machado seus filhos forão trãsladados de Madrid a esta capela en 22 de 7.bro do ano 1664.

Antônio Félix Machado da Silva e Castro, 2.º marquês, casou em Lisboa com D. Maria Luisa de Mendonça. Foi governador de Pernambuco e grande cavaleiro. Sucedeu-lhe *Félix José Machado de Mendonça Eça Castro e Vasconcelos,* do conselho de Estado, Coronel de infantaria; alcaide-mór de Mourão, também foi governador de Pernambuco. Casou com D. Eufrásia Maria de Menezes da Silveira e veio a falecer em 1731.

Fr.co de Sá de Miranda.
Biblioteca Municipal de Arcos

Dois aspectos da Torre Solar de Castro, dos antigos donatários de Entre Homem e Cávado

Luis Carlos Machado de Mendonça Eça Castro e Vasconcelos, moço fidalgo da Casa Real, alcaide-mor de Mourão, etc. e Senhor de Entre-Homem e Cávado, casou com D. Isabel Catarina Henriques, neta dos 2.os condes de Avintes.

Jorge Francisco Machado de Mendonça Eça Castro e Vasconcelos de Magalhães Lorena e Menezes Orosco e Londron, foi moço fidalgo, provedor do Hospital de Lisboa, Comendador de Avis, etc. Coronel de infantaria na guerra de 1762.

Foi o décimo senhor de Entre-Homem e Cávado. Casou com D. Luisa Antónia de Saldanha e seguiu-se-lhe:

Luis Machado de Mendonça Eça Castro e Vasconcelos, Brigadeiro de infantaria na Guerra Peninsular, a quem se faz a mais honrosa referência entre os últimos Vasconcelos. Casou com sua prima D. Mariana Saldanha e Oliveira Daun, filha dos condes de Rio-Maior. Sucedeu-lhe a filha:

D. Maria Amàlia Machado de Mendonça Eça Castro e Vasconcelos Orosco e Ribera, que casou com *José Maria Rita de Castelo Branco Correa da Cunha de Vasconcelos e Sousa*, 1.º conde da Figueira, filho dos 1-os marqueses Belas. Foi Capitão-general do Rio Grande do Sul e Ajudante de El-Rei D. Miguel, de quem foi amigo e leal servidor.

Estes foram os duodécimos e últimos donatários de Entre-Homem e Cávado que, em virtude da extinção dos vínculos e privilégios de morgadios, se juntou com Santa Marta de Bouro e formaram o actual concelho de *Amares*, por decreto de 31 de Dezembro de 1853.

* * *

Foi concedido foral a Entre-Homem e Cávado aos oito dias de Abril de 1514.

«*Dom Manoel*» per graças de Deos Rei de Portugal e dos Algarves daquem e dalém maar em Africa Senhor de Guiné da Conquista Navegação e Comercio da Etgiopia Arabia Persia e da India. A quantos esta nossa Carta de Foral dado a Terra dantro e Cávado vivem fa-

1.º Marquês de Montebelo — Félix Machado.... o seu retrato em corpo inteiro, na galeria de quadros do palácio dos condes da Figueira, é atribuido a Velasquez

zemos saber que per bem das diligências e isames que em nossos Reinos e Senhorios mandamos geralmente fazer pera justificaçam e decraraçam dos Foraes delles: E per algumas Sentenças e Determinações que com os do nosso Conselho e Leterados fezemos: Acordamos que as rendas e direitos se devem hy darecadar na forma seguinte: Posto que polla Inquiriçam antigamente ouvesse foros na dita terra decrarados em certos lugares e freguesias Agora porem nom se levã outros nem ha memoria que se levassem senam os seguintes. Os que somente se levavam na freguesia de Figueiredo da herdade de lupa moniz pollos herdeiros da erdade tres alqres de centeo. E na freguesia do divellas (deve ser Dornelas) pollos dous casaaes de golpelhares dous bragaaes de sete varas o bragaal E polla herdade da grova dous bragaaes E polla herdade brinho tres varas de bragaal E na freguesia de Perosello ou dansse de ambos de huu nome e do lugar do pedregal e de herdades que ora traz Joham alvares E pedralvares de Rio boom per ambos dez varas de bragaal. E na freguesia de Caldelas do casal de Joham de villa oyto almudes de vinho aabica E do casal de Ryal outros oyto almudes e seis frangaãos.

O gado do vento (sem dono ou pastor) E as forças sam do senhorio e os capitollos e penas delles sam em este lugar taaes como em Regallados ut supra.

Levara mais ho senhorio de sangue de sobrolhos (ofensas corporais) ou morte soomente dozentos Reaaes e nam os seis çentos rrs que levava porque nom ouve fundamento pera se levarê E levara máis destes taaes o meyrinho da terra as armas e nam outra pena de dinheiro E das armas que se tirarem pera nom fazerem qualquer outro mál levara dozentos Reaaes e as armas com decraraçam que ha dita pena se levara quando algumas pessoas apunharem, e o mais deste capitullo he em este lugar tal como e braga ut supra.

Por quanto pollo dito tombo se mandou pagar lutosa do q tevesse herdade dizimo nos decraramos e mandamos que daquella pessoa sentenda soomente pagar lutosa que morar em seu proprio casal diz.°, ado encabeçado per sy morando nelle, amylhor Joya ou peça de cousa movel que fica aa sua morte posto q este tal casaem ca-

beçado em seu proprio traga outras herdades quel namseiam suas A qual lutosa senam pagara senam dome baram e nam de molher posto que estê em cabeça de casaal. Nê a pagaram os herdeiros de taaes casaaes dizímo ada posto que o tal terra possuam e tenham se assy nõ forem nella emcabeçados como dito he. E allem dos ditos ditos nam se levaram outtros agora nem em nynhu tempo na dita terra.

E nam ha hy portagem nem tabaliam nem montados nem manynhos por que tudo he Isentamente dos moradores da terra. E a pena do foral he tal como em guymaraes em este lugar. Dada em a nossa muy nobre e sempre leal cidade de lixboa a oyto dias do mes dabril Anno de nosso sõr ihu xpõ de mil e quinhentos e quatorze E vay esqpto ho original em cinquo folhas soo escpto e assynado pollo dito fernam de pina.»

Este foral segue-se ao do julgado de Regalados e antes do de Lindoso.

Gado do vento, diz Viterbo, que «nos forais de D. Manuel encontra-se com muita frequência este título, determinando-se quantos dias deviam passar para se reputar perdido e a quem pertencia.

Que a força mesmo da palavra está dizendo que não é o mesmo que **gado invento**, ou achado. Que se chama **gado do vento** o que, sem dono ou pastor, anda vagando de uma para outra parte, como folha arrebatada pelo vento, ou mudando-se como o mesmo se muda, seguindo ùnicamente o instinto que o Autor da Natureza lhe imprimiu».

Em documentos mais antigos, como sejam os forais velhos e os textos das Inquirições, aparecem outros títulos: *omizio, rauso, aforciamento, sterco em boca,* nomes de crimes vulgares e os mais graves e punidos a tal tempo.

* * *

Anteriormente ao Julgado de Bouro, que constituiu um grande distrito e data das Inquirições de Afonso II, como dito é, estas terras estiveram em *tenência* e assim consta da doação do couto ao mosteiro de Tibães pelo conde D. Henrique e rainha D. Tereza, em 1110, em que D. Egas Pais, o que depois fundou o mosteiro de Rendu-

Foral da terra dantro
e cauado dado p Inquiryçoẽs do tombo
Dom Manuel e cẽ.

Nosto que polla dita Inqui
riçam antygamente ou vesse
foros na dita terra de crara
dos em certos lugares e
freguesias Agora porem nom se leuã
outros nem ha memoria que se leua
ssem senam os seguyntes Os q̃es
somente se leuaram .s. na freguesia
de figueiredo da erdade de ruyra moniz
pollos erdeiros da erdade tres alq̃res
de centeo. E na freguesia do diuellas
pollos dous casaaes de golpelhares dous
bragaaes de sete varas obragal E polla
herdade da groria dous bragaaes E
polla herdade de brinho tres varas de
bragal E na freguesia de pero sello
ou dansse de ambos de huũ nome .s.
do lugar do pedregal e de herdades que
ora traz Joham aluarez E pedralua
rez de Ryo boom per ambos dez varas
de bragal E na freguesia de caldelas

Foral do Concelho de Amares

fe, *tinha* Bouro, qualidade de que se mostra autorizado ao confirmar tal doação.

O concelho de Entre-Homem e Cávado foi da corregedoria de Viana e também pertenceu à de Braga e de Regalados; unido ao de Santa Marta de Bouro, tem sido da comarca de Vila-Verde.

Com o de Terras de Bouro, o concelho de Amares já foi uma comarca independente e essa seria a sua mais justa e adequada satisfação, atenta a circunstância de um todo uno, limitada por barreiras naturais que o conformam, e ter herdado as fundas tradições de uma cabeça administrativa, cuja hegemonia se situa para lá dos primórdios da Nacionalidade.

A presente situação a mesma coisa é que sujeitar, na provecta idade, ao filho o pai, o que equivale a viver sem a mercida honra.

BOURO E RENDUFE

Ruínas

IV

As últimas gerações de Entre-Homem e Cávado podem por momentos recolher-se, da sua habitual distração e aparente indiferença, a auscultar os ecos distantes que ressoaram pelas paredes agora descobertas e frias, mudas e esburacadas; a meditar no desmoronamento de passada grandeza, de que é certo nem conheceram sequer os mais recentes fulgores já mortiços, e mal podem conceber ideia das actividades da inteligência e do espírito aí longa e invariàvelmente exercidas, durante séculos, de quadros e cenas místicas de que foram teatro esses sagrados recintos onde hoje crescem arbustos e ervas bravas entre muros em derrocada.

Podem, no entanto, ter a certeza de que sob as lágeas dos pavimentos, debaixo das arcadas de claustros, que já perdem equilíbrio e a primitiva linha arquitectónica repousam saudosamente, na confusão das coisas mortais, clamando justiça, as cinzas de quantos foram protagonistas de eternos e inolvidáveis episódios da vida humana, se bem que bastante desprezados e esquecidos ante o predomínio da materialidade que assoberba os homens.

Rendufe e Bouro, nos dois polos das terras de Entre-Homem e Cávado, marcam os extremos de um traço de união à volta do qual girou, por espaço de séculos a vida e o destino de povos sufragâneos; porventura uma boa parte dos próprios desígnios que inspiraram os movimentos de força e expansão que agitou as populações de Entre-Minho e Douro numa época em que foram decisivos as suas inabaláveis aspirações de autonomia e independência, em tempo e lugares que a Providência talhou para serem pontos de apoio de ousados empreendimentos;

com certeza uma quota parte das grandezas e das glórias nacionais nas letras, na agricultura, nas artes que dimanaram da sabedoria e da virtude lado a lado cultivadas no silêncio do claustro.

* * *

De entre uns penhascos em fundo vale dos montes da Abadia, aonde A tinham levado mãos piedosas afim de poupá-la à fúria devastadora das turbas agarenas, a imagem de Santa Maria, nome que a Cristandade peninsular opôs como barreira intransponível à invasão muçulmana, mostra-se a um ermitão que a desolada viuvêz ali atraíra desiludido das grandezas da terra, para se entregar só às munificências do céu pela oração e pela penitência, como a significar-lhe que já era oportuno sair daquele esconderijo à terra onde de novo ia brilhar o sol da ansiada liberdade.

Pondere-se bem que este é um dos lugares mais sacrosantos da Pátria, pela força dos tempos e das circunstâncias que, segundo a firme tradição, levaram o rei Fundador e os Portugueses do século XII, em arrancadas sublimes, de Ourique a Vale-de-Vez, uma vez que a política portucalense inesperadamente se agitou e saiu do marasmo a que parecia condenada nos paços de Guimarães.

Pela fôrça dessas mesmas circunstâncias e dos lugares que foram teatro das primeiras manifestações de patriotismo e esfôrço guerreiro, Santa Maria de Bouro transcende em prestígio o de Santa Maria de Alcobaça.

Ninguém se iluda que fôsse sòmente um desgôsto de família que levou o brioso cavaleiro a trocar pela estamenha grosseira da penitência as armas, quando é certo que elas se deparavam inúteis e até perigosas no enredado jôgo de propotências entre Portugueses e lioneses, de modo a quebrantar o ânimo do próprio conde D. Henrique, muitas vezes disposto a abandonar o campo a seus contrários, que efectivamente lhe conquistaram o lugar até no coração da rainha viúva que deixara.

Um gesto de abnegado desprendimento arrastou-o ali, a esperar resignadamente a transformação da consciência política de seus antigos companheiros de lides guer-

Fachada e claustro do Convento de Bouro

reiras; todos ficaram sensacionalmente com os olhos postos naquele lugar alto e agreste das montanhas de Bouro, aonde, renunciando de direitos e prerrogativas iguais aos seus, se recolhera do tumulto do mundo um poderoso da terra.

Rendufe deve-se igualmente à iniciativa de um fidalgo contemporâneo de Paio Amado, um dos principais ricos-homens da corte de Guimarães, de nome Egas Pais *de Penagate,* sogro do aguerrido Fafes Luz que foi alferes-mór do conde D. Henrique e o fundador da vila de Fafe; contudo, uma enorme diferença vai entre estes dois vultos destacados de uma mesma época—que o segundo tentou lançar os fundamentos de uma obra religiosa, sem renegar os prazeres e as delícias do mundo, razão por que a viu condenada a não prosperar.

Equiparando-se pela curiosa circunstância da viuvêz, encontram-se na «Vida de S. Geraldo» dois interessantes episódios a assinalar vincadamente os carácteres destes dois personagens—o restaurador de Bouro e o fundador de Rendufe:

É o primeiro caso. que um dia, que na corte de Guimarães o santo arcebispo celebrava um pontifical, descobriu entre os presentes um certo cavaleiro *quendam Militem* Egas Pais, que sabia não levar vida exemplar por andar entretido em amores escandalosos com parenta próxima e recusou-se a continuar a cerimónia, enquanto não se retirasse da igreja.

Ferido no seu orgulho, o dito cavaleiro insurgiu-se contra o virtuoso prelado. a ponto de tentar pôr-lhe as mãos; consentiu Deus que o demónio se apossasse dele e o atormentasse tanto. que os circunstantes e o próprio Conde, apiedando-se dele, pediram ao arcebispo que se compadecesse e o livrasse daquele sofrimento.

Assim aconteceu; e Egas Pais, reconhecendo as suas faltas, reconciliou-se com S. Geraldo, prometendo emendar a sua vida.

Passou então a dispensar os maiores cuidados á obra do mosteiro. que começou a prosperar a olhos vistos.

É o segundo, que dirigindo-se a Braga a fim de assistir a uma festividade que se realizava na Sé, um certo

monge de nome Pelagio ou Paio, *quidam monachus, Pelagius nuncupatus* e aproximando-se da margem do Cávado, verificou que o barco estava do lado oposto e sem ninguém que lhe pudesse servir de barqueiro

Era veemente o seu desejo de encontrar-se junto do santo arcebispo e sentiu-se profundamente desolado.

Sem desanimar, recorreu a ele em sentida oração e qual não foi a sua admiração; o pequeno barco, desprendendo-se por si da terra e sem que alguém o tocasse, veio sulcando o rio para transportá-lo.

Chegado a Braga o monge Pelágio, contou a seus companheiros e amigos o que lhe tinha acontecido.

Descobrem-se manifestamente naquele todos os sintomas de soberba e arrogância de cavaleiro que se estriba no poder e na força bruta do braço forte que tudo leva de vencida; neste a paciência e mansidão, curtidas pela áspera penitência da montanha, num temperamento já de si naturalmente manso e pacífico, que pela oração venceu muito mais—as próprias fôrças da natureza, dispostas à obediência para servirem-no; uma pacificação de espírito em tudo correspondente ao estado da alma que fez que o barco se desprendesse e vogasse suavemente ao lume de água.

É caso para concluir que do autor deste prodígio ao seu beneficiário não iria em grande distância a santidade.

Mas o que torna mais simpática esta figura luminosa do fidalgo penitente das montanhas de Bouro, é um mistério que teimou envolver-se para sempre nas densas prégas da história nacional.

Leia-se com atenção a oitava parte da Monarquia Lusitana, do cronista Frei Manuel dos Santos, onde trata do nascimento, filiação e criação de D. João, Mestre de Avis, que, segundo as melhores considerações e conclusões, por sua mãi, procedeu dos Almeidas, cujo tronco é Paio Amado.

Levanta-se aí uma ponta do véu que encobre o segredo que a história do tempo manteve em silêncio.

Sendo assim, teríamos ligados por um traço de união na sua enorme e tão significativa distância, o grande passo da mesma história que vai da humilhação a que se en-

tregaram as cinzas que se acobertam sob pesada lousa no terreiro de Santa Maria da Abadia, às de um monarca, de boa—memória, que se guardam na riqueza de soberbo moimento em Santa Maria da Vitória.

* * *

Como reverso de medalha, o século XIX pôs em cena um terrível drama, fazendo pagar a Religião pelas derrotas que mouros e judeus haviam sofrido diante do poder e da influência das instituições monástico-militares da idade-média.

Em Portugal também se parodiou essa parte trágica da revolução francesa.

As concepções do ateísmo, o credo dos iconoclastas, como as declamações volterianas, se de modo, abstracto foram pontos de filosofia tentadores ao inculcarem-se com insidiosas blandícias como renovadoras das sociedades apegadas a «velhos preconceitos», na prática espalharam sobre a terra calamidades de que tarde e mal hão-de apagar-se os vestígios.

Entre os venerandos despojos dessas remotas instituições avultam, mesmo em ruínas, monumentos grandiosos e duradoiros que tanto acusam perante o tribunal da História a condição de homens retrógrados ao tempo da barbárie, como são memórias perenes de expressão e magnificência que nem o génio do mal nem o tempo poderão fácilmente eliminar.

À Literatura pode atribuir-se a máxima culpa de ter fomentado essa epidemia mental que desvairou povos e governos de quem só deveria esperar-se protecção e justiça para corporações indefesas, bàrbaramente desapossadas de seus mais legítimos direitos, condenando-se deshumanamente milhares de religiosos, que pela sua veneranda e elevada hierarquia eram dignos de todo o respeito, a dormir ao relento, a mendigar a vaguear errantes por pátrias estranhas a pedir caridade e asilo.

E essa mesma literatura, verdadeiramente cheia de talentos, o que para o caso foi tanto pior, veio depois marcar com o sarcasmo e o ridículo os *egressos,* em toda a parte aonde a vontade omnipotente da pena do romancis-

ta os quis levar a representar um papel directamente oposto ao que lhes competia, fazendo-os arcar com o estigma da mofa.

Felizmente que neste último quartel do nosso século pode verificar-se que o gôsto pelas criações românticas, que andou tão longe extraviado dos caminhos da rectidão, se vai reconduzindo às vias da naturalidade edificante e da justiça, que só estas qualidades poderão varolizá-lo para sempre.

Quebradas as peias da Religião, as próprias nações ameaçaram despenhar-se num abismo sem remédio, se não mudassem de rumo e ao de cima da procelosa tormenta não fossem emergindo varões fortes a demandar um porto de abrigo, uma tábua de salvação...

Com a transcrição simples e despretenciosa de documentos de posse do arquivo paroquial de Bouro, gentilmente facultada pelo respectivo Reitor, meu respeitável amigo, Rev.mo Lago e Costa, o que verdadeiramente se refletem na história do tempo, visa-se apenas provar ao juizo da posteridade que as gerações de Entre Homem e Cávado, que tiveram a desdita de verem-se violentamente expoliadas de um incalculável património artístico e religioso acumulado durante séculos de trabalho e de sacrifício de seus maiores, não foram elas as culpadas de tão bárbaros desmandos, antes sentiram sufocados pela força os vãos esforços que empregaram no sentido de fazer valer o direito e a justiça que lhes assistiam:

«1853—Quaderno que contem differentes apontamentos curiosos para o uso de quem os fez. Copia da Portaria da S. M. e officio do Governo Civil, acerca da tirada do Orgão do Mosteiro de Bouro; copia da representação feita pelos habitantes da freguesia:

Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor. Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.ª para o seu devido efeito, em nome e como Presidente da Mesa administradora do Real Santuário do Bom Jesus do Monte suburbios desta cidade, que em nove de Novembro de mil oitocentos quarenta e seis, por Portaria do Governo de Sua Magestade a Rainha ao Ex.mo Governador Civil do Distrito, para que consultado o Presidente da Mesa do dito Real Santuário, qual dos Orgãos

dos Extintos Conventos julgasse mais propriado para ser colocado no Templo da Capela Real do Santuário; e recebendo o Presidente esta ordem do Governo Civil escolheo a Mesa o Orgão, preferindo o do extinto Mosteiro de Santa Maria de Bouro, sito no Convento de Bouro. Manda mais a referida Portaria que o Excellentissimo Governador Civil faça executar estas Regias Ordens de modo que imperterivelmente fique alli collocado o Orgão que a sobredita Mesa escolher; o que tudo se há-de achar archivado na Secretaria deste Governo Civil. Tem havido Ex.mo Senhor demora para a execução destas Regias Ordens, o serem precisas para a transferência, colocação e conserto do dito Orgão, que se acha roubado na maior parte da sua fábrica, talvez exceda a quantia de 800$00 reis a um conto, e não tendo a Mesa a quantia mencionada espera occasião opportuna.

A providência depara um devoto que pôs á disposição desta Mesa a sobredita quantia, mas só applicada para aquele fim. Este Orgão pois pela escolha que a Mesa já fez fica pertencendo a este Real Sanctuário. Recorre pois esta Mesa a V. Ex.ª para transmitir terminantes ordens ás auctoridades locais, para que fiquem responsáveis pela execução da Regia Ordem, munidos quando seja necessário de força que contenha qualquer desordem que se oponha á execução. Deos Guarde a V. Ex.ª dilatados annos. Braga vinte e sete de Setembro de mil oitocentos cincoenta e três. Il.mo e Ex.mo Conselheiro Governador Civil do Distrito de Braga—Joaquim da Motta Cardoso—Presidente do Real Santuário do Bom Jesus do Monte.—Está conforme— Secretaria do Governo Civil em Braga. Braga, 27 de 7.bro de 1853 – o Primeiro off.al servindo de Secretário Geral—Ayres Freire de Andrade Coutinho Bandeira.

Cópia do officio do Governo Civil Primeira Repartição n.o 611—Il.mo Snr.—Remetto a V. S.a inclusa cópia do officio em que, na data de hoje o Presidente da Mesa do Sanctuário do Bom Jesus do Monte desta cidade, fundado na Portaria e Auctorização Regia a que se refere, pede lhe seja entregue um dos Orgãos

(o que está inutilizado) da Igreja do extincto Mosteiro de Bouro; e porque é indespensável que as ordens da Soberana se cumprão, como a mesma Mesa reclama, sirva-se V. S.ª dar todas as providências para que o referido Orgão seja entregue a quem da parte da Mesa do Sanctuário do Bom Jesus do Monte se mostrar auctorizado para o receber, empregando para isso todos os meios de que puder dispor, ou requisitando aquellas de que carecer. A Mesa prontifica-se a fazer na Igreja á sua custa todos os reparos que pella deslocação do Orgão se tornarem necessários—D. G. de o V. S.ª Braga, 27 de 7.bro de 1853 - O Secretário Geral servindo de Governador Civil—Francisco Manoel da Costa—Il.mo Snr. Adm.or do Conc.o de Santa Martha de Bouro.

Cópia da Representação feita pelos habitantes da freg.ª de Bouro—Il.mo Ex.mo Snr.—Os abaixo assignados moradores na freguesia de Santa Maria de Bouro do Concelho de Santa Marhta de Bouro veem-se forçados pela violência mais aggravante que se lhes ordena na tirada do seu Orgão para o Sanctuário do Senhor do Monte a supplicar que tal usurpação se lhes não faça, por ser aquelle Orgão um dos objectos que importa aos habitantes da freguesia direito de propriedade, e, que não é, nunca foi, e só pelo rapto clandestino será considerado pela boca da perversidade utensilio Nacional.—A Igreja de Sancta Maria de Bouro seus objectos e pertenças, suposto disfrutada pellos extintos Religiosos, contudo era e é propriedade dos habitantes da freg.ª, que outra nunca conhecerão; e tanto que a Copella-mor aonde os extintos celebravão suas funções Religiosas, sempre foi administrada pelos habitantes da freguesia, sem que aquelles Venerandos Padres ousassem disputar-lhe seu direito e posse e mais regalias que tinhão assim no todo da Igreja, como no todo da Sacristia e competentes paramentos, de que os supp.tes e seus passados sempre se servirão para suas próprias festas, sem experiência de algum signal de repugnância de aqueles respeitáveis religiosos, que sempre bem souberão manter illesos os direitos e propriedades dos habitantes da freguesia repre-

sentante; e tanto isto é evidente, e não precisa de comentário, que pelo Decreto da extinção forão inventariados todos os objectos do convento extinto, pelo Doutor Marreca entao Corregedor de Viana, e Lamações vigario geral da Diocese; porem em tal inventario não se encontrará descripto o Orgão em questão, nem tão pouco os mais objectos e pertenças da Egreja que nada tem com a Fazenda Nacional, nem esta com aquella. Inventariarão sim o que dizia respeito aos Padres extinctos, que era justamente é onde alcançavão as ordes de Sua Magestade, e não os objectos particulares, porque para tanto se não achavão revestidos de poder.

Os suhplicantes confundidos com a inesperada extinção virão-se usurpados com a tirada de differentes objectos seus, como forão, A Custódia, O vazo do Sacrário, Hua Cruz, Caldeira de agua-benta, Thuribulo, e Nabeta, A Imagem de Nossa Senhora da Conceição tudo isto de metal de prata, e cuja imagem servia todas as festas derigidas á mesma Senhora e nas procições dos primeiros Domingos de cada hum mez; seis caleces tambem de prata alem de dois do dominio do Convento; todos os paramentos de Damasco bordados a Ouro, das cinco cores do culto Divino—todas as Alvas destinadas para as festividades—um pàlio rico, e outros muitos objectos que enumerar importa hua calamidade de que os habitantes da freguesia e seus descendentes sempre se lembrarão com horrorosa indignação.

Falta pois coroar a obra da usurpação com a tirada do seu Orgão, um dos bellos adornos da Egreja e que os supp.tes não estão dispostos a ceder por venda, doação, ou outro qualquer contracto, mas sim a conservarem como belleza deixada por seus passados. Portanto recorrem submissos perante V. Ex.a para que a Portaria de S.M. se cumpra por bens considerados do Estado, e nunca pelos do dominio particular; fazes sustar o antireligioso procedimento porque ao contrário desde já recorrem perante os Degraus do Throno a supplicarem justiça contra a expoliação desabrida que se lhes tenta fazer e que podem acarretar agitação e desembolvimentos bem extranhos ao sossego

que disfrutão e appetecem com preferencia a hostilidades.

Digne-se pois V. Ex.a suspender a violência que lhes tentão fazer os mesários do Senhor do Monte, para bem poderem dizer da primeira auctoridade deste Distrito.

E.R.M.ce-Santa Maria de Bouro, 29 de 7.bro de 1853—seguem-se as, assignaturas(Vide nota 4).

Nota 1.ª—Os mesários do Snr. do Monte em vista da 2.ª representação que a Junta de Parochia e povos da freguesia dirigirão ao Governo Civil, obrigarão-se a fazer conduzir para a Egreja desta freguesia o orgão do Senhor do Monte, em recompensa do Orgão Grande que conseguirão levar desta freguesia para a Egreja do Senhor do Monte: e bem assim mais se obrigarão a mandarem compor à custa do Sanctuário o local donde é tirado o Orgão Grande e deixarem tudo com aceio e limpeza mandando também afinar o orgão pequeno desta freguesia e a fazerem com que o Governo faça com o Prelado da Diocese a fazer entregar à Parochia os objectos que constão da dita 2.ª representação, e cuja cópia vai adiante copiada.

Nota 2.ª— No dia dez do mez de Outubro de 1853, chegarão a esta freguesia o P.e Capellão do Snr. do Monte acompanhado do organeiro, 2 carpinteiros e hum pedreiro para deslocar o Orgão Grande do seu sitio. Principiarão com este trabalho nos dias 11, 12 e 13 e já no dia 11 foram conduzidas para o Snr. do Monte duas cargas de gaitas.

Nota 3.ª— Assim o Governo Civil, como os mesarios solicitarão por particulares para que detivessem os moradores da freg.a a não fazerem revolução, ou desordens, mandando os mesarios hua obrigação escripta e por eles firmada e assignada, pela qual se obrigavão a cumprir pelo cofre do Senhor do Monte, não só a remessa do Orgão de aquelle Sanctuário para a Igreja desta freg.ª, logo que o Orgão Grande desta freg.ª ali fosse constituido e tocasse, mas até a fazerem todas as obras precisas no local donde é tirado o Orgão Grande e cuja obrigação existe em poder do Reitor desta freg.ª José Fernandes de Almeida.

Nota 4.ª—Por que a 1.ª Representação dos povos de Bouro não fosse atendida nem desprezada, porque combinações proveitosas à freguesia a fizerão retirar, fizerão por isso de combinação com o Governo Civil e mesarios do Snr. do Monte hua 2.ª Representação cuja còpia vai em seguida à obrigação feita pelos mesarios, e é a seguinte:—O Presidente e mais mesarios do Senhor Bom Jesus do Monte, soburbios da cidade de Braga, abaixo assignados por este nos obrigamos e cedemos como Administradores do dito Real Sanctuário o Orgão que existe na dita Igreja para ser transferido à nossa custa para a Igreja Parochial de Santa Maria de Bouro, logo que o Orgão Grande de aquela Egreja seja transferido para a do Real Sanctuário do Senhor Bom Jesus do Monte, cuja transferencia do dito Orgão Grande se ache colocado e pronto a exercer as funções, visto que repetidas vezes se fazem ali os officios Divinos, e sem o dito orgão se não podem fazer cuja demora será de trez mezes, que tanto levará a colocação do dito Orgão Grande.

Egualmente nos obrigamos a mandar compor a estuque a parede donde sai o dito orgão grande com o reparo egualmente do coreto ao cumprimento de tudo acima declarado obrigamos todos os bens e rendas do dito Santuário que administramos. Braga, o primeiro de Outubro em mesa de 1853 e tres. E eu o P.e Joé Joaquim Vieira Velloso, Secretário actual que este escrevi o—O Presidente Joaquim da Motta Cardoso —O Secretário P.e José Joaquim Vieira Velloso—Jeronimo José Pereira Pinheiro—Manoel José de Sousa Rebello—Manoel José Rois—António José Fernandes—José Joaquim da Costa Braga—Reconheço as assinaturas retro de que dou fé.—Braga, um de Outubro de 1853,e tres—Em testemunho de verdade—lugar do signal público—O Tabellião João Baptista Pereira da Silva.

—Cópia da 2.ª Representação da Parochia e povos de Bouro, ao Governo Civil—Il.mo e Ex.mo Snr.— A Junta de Parochia e mais habitantes da freguesia de Sancta Maria de Bouro do concelho de Sancta Marta de Bouro deste Distrito Administrativo de Braga, abaixo assignados veem-se coagidos a representar perante

V. Ex.a a expoliação que lhes foi feita em Julho de 1834 pelas autoridades Civil e Eclesiástica, Marreca Corregedor de Vianna, e Lamaçãis vigario geral desta Diocese, mandadas ao Convento da sua freguesia inventariar os objectos pertencentes aos extintos Frades d'aquela Casa, e com os quaes forão incluidos com manifesta injustiça, os paramentos e objectos de culto, que os supp.tes por si e seus passadas possuião para todas as funções do Culto Divino, celebradas na sua Igreja, e aos quaes aquellas duas autoridades, senão com dólo ao menos bem pouco refletidos, fizerão inventariar e conduzir para um depósito desta cidade com o titulo de serem Nacionais.

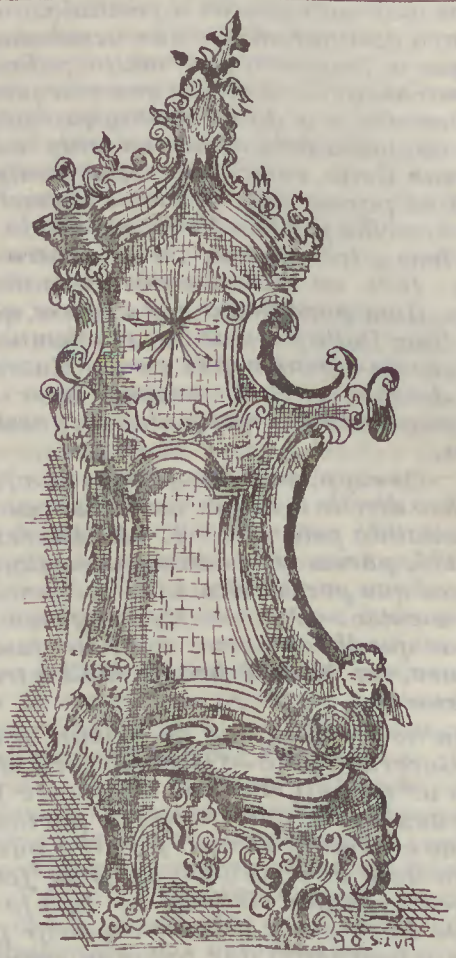
Os Supp.tes, confundidos e aterrados com providências nunca experimentadas, virão-se pelo terror obrigados a abandonar os dois edificios que lhes pertencem á tempos bem remotos e nunca lembrados, a Egreja e a Sacristia, cujas chaves aquellas auctoridades houverão por ordens suas, e procedendo a inventariar, concluirão por dizer erão objectos nacionais:—A Croa e annel de Nossa Senhora da Boa Morte—O Vazo do Sacrario—A Custodia—Seis Caleces—Thuribulo e Naveta—Hua Cruz—A Imagem da Nossa Senhora da Conceição—Caldeira da Água-benta-Hum par de galhetas e prato—tudo isto de metal de prata: e bem assim, Dois Palios ricos,—um branco e outro roxo—Seis capas ricas de cor branca—Seis Cazullas da mesma cor e riqueza e duas Dealmaticas - Dois veos de Hombros ricos da mesma cor—Hua Capa e duas Dealmaticas de velludo preto—Hua capa e duas Dealmaticas de velludo vermelho—ditas de cor verde—e ditas de cor roxa —Seis Cazullas de Damasco de menor riqueza e de cor branca, e outra dita das cores vermelha—verde—preta e roxa - Doze Alvas ricas - vinte tambem boas mas de menor valor, Véos de Hombros de todas as cores - Enfim todos os mais paramentos que conhecerão de vallor; sem se lembrarem que todos os referidos objectos erão do uso dos habitantes: e assim tudo fizerão conduzir, deixando a Egreja totalmente despojada, e todas as gavetas da Sacristia vazias de outros muitos trastes que os Supp.tes por triste lembrança não no-

meião.

Reclamão pois os Supp.tes pelo modo mais sollene e termos mais subemissos a restituição dos ditos objectos, para destinarem às suas acostumadas festas, por isso que a freguesia por muito pobre, não pode comprar outros eguais aquelles que sem piedade lhe foram arrebatados; e q.do tal restituição no todo se lhes não faça, implorão pelo menos os mais indispensáveis para o Divino Culto, como são: Hua Dealmatica rica branca—Hum paramento branco e vermelho, ou dois branco e vermelho p.ª hua Missa acolitada—Tres competentes Alvas e tres amitos—Mais quatro Alvas mais ordinarias—Dois ou tres Missaes Romanos—Hum ou dois Calix—Hum paramento para Missa acolitada de defuntos—Hum Palio para as festas solemnes—Cazullas das quatro cores—Duas capas ricas—Hum vêo de hombros; pois desde a epoca da expoliação se tem servido com paramentos emprestados das freguesias vizinhas e continuão.

Os supp.tes ainda quando não fossem usurpados, tinhão direito a exigir como pobres o favor que lhes é garantido pelo art.º 3.º do Decreto de 30 de Maio de 1834, porem em pedirem a restituição do que é seu, parece que por direito Civil e Canonico se lhes deve fazer e então.—P. a V. Ex.ª a graça de attender as supplicas que lhe dirigem, e ser de justiça. E. R. M.ce —Bouro, em 30 de 7.bro de 1853 e trez—Seguem as assignaturas.

Copia do 2.º oficio que ao Admin.or do Concelho dirigiu o Governo Civil:—Governo Civil de Braga-1.ª Repartição n.º 633—Il.mo Snr.—Sirva-se V. S.a prestar todo o auxilio de qve carecer o portador deste (o P.e Capellão e Organiro como foi dito) que vai encarregado pela Mesa do eSantario do Bom Jesus do Monte de deslocar o Orgão Grande da Igreja do extinto Mosteiro de Bouro, e de o fazer conduzir para aquelle Sanctuario, e bem assim dar todas as providencias para que este serviço se faça sem o menor embaraço e toda a tranquilidade, convencendo os povos desse concelho não só da conveniencia do destino dado ao mesmo Orgão, que para elles estava sendo inutil, mas



Cadeira abacial do mosteiro de Bouro
CURIOSA E ORIGINAL

também da realidade das vantagens que generosamente lhes offerece a referida Mesa, e que eu me obrigo a fazer levar a efeito. Espero que V. S.a se haverá nesta deligencia com o maior zelo, prudencia e actividade como muito lhe recomendo.—Deos guarde a V. S.a Braga 5 de Outubro de 1853, O Secretario Geral servindo de Governador Civil—Francisco Manoel da Costa—Il.mo Snr. Adm.or do Concelho de S.ta Martha de Bouro.

Nota 5.a—No dia 13 de 8.tbro de 1853, apparecerão em Bouro 13 carros mandados pelos mesários do Senhor do Monte, acompanhados de um dos Capellais do m.mo Sanctuário, e carregando os ditos carros com canudos de pau, e de metal, folles e armações, se retirarão pelas 5 horas da tarde com esta condução.

No mesmo dia 13, forão pela manhã duas cargas com gaitas e mais apetrechos de Orgão, e o condutor das cargas é o Bernardo de Sousa, filho de Francisco da venda de Goaens, que presentemente tem venda em Bouro no sitio do Terreiro, e caza da Maria da Sobreira v.a que ficou do cirurgião Leonardo.

No mesmo dia vierão 10 mulheres mandadas pelos referidos mesarios para levarem os Canudos de metal maiores da ponteira do Orgão, e com efeito fizerão a mesma condução, tendo duas mulheres a cada canudo, p.a não serem amaçados—aliás as mulheres forão carregadas com as guarnições douradas do Orgão e os canudos foram em carros.

Nota 6.a—O Adm.or desta época é o Morgado da Salvadoura de Goaens, Francisco de Azevedo e Sousa, e o Escrivão é João Manuel Rodrigues de Barbosa da villa de Ponte do Lima.

Nota 7.a—Dizem que os Mesarios do Senhor do Monte, alem de obterem a Portaria do Governo para a tirada do Orgão, recorrerão a Roma pedindo licença ao SS.mo Padre, e este a concedera com condição dos mesarios ficarem obrigados pelo cofre do Sanctuario a fazerem reconduzir o dito Orgão para a Igreja de Bouro, e a colloca-lo no seu competente lugar e à custa do m.mo Cofre, se algum dia os Fra-

des voltarem ao convento e reclamarem o Orgão.

Nota 8.a—Assim a Parochia, que é composta do Reitor José Fernandes de Almeida, Presidente, e membros Bernardo José Ribeiro, e Antônio José Rodrigues da Thomada, e aquelle do Enxido; e bem assim os povos da freguesia, mostrarão-se tranquilos à tirada do Orgão, porém nenhum contracto fizerão bocal ou por escripto com os mesarios do Senhor do Monte, que suposto se obrigarão à mandada do Realejo do Senhor do Monte para a Igreja desta freg.ª e a compor a cornija, e tapar a estuque o local donde foi extrahido o orgão, contudo não foi porque p.ª isto houvesse contracto, mas sim um offerecimento espontâneo dos mesarios.

Nota 9.ª—No dia 14 de hoje de 8.tbro de 1853 continua o Organeiro e Carpinteiros do Senhor do Monte a desfazer as guarnições e mais utensilios do Orgão, e as mesmas 10 mulheres voltarão e conduzirão mais guarnições douradas do dito Orgão.

Neste mesmo dia 14 foi concluida a deslocação do Orgão, ficando simplesmente o coreto e gradario a elle pertencente, por os mesarios do Senhor do Monte o dispensarem, e dizerem que para ali não era necessário.

Nota 10.ª—No dia 15 de 8.tbro de 1853 vierão mais oito carros conduzir o resto dos utensilios pertencentes ao Orgão, e neste mesmo dia marchou o Organeiro para o Bom Jesus do Monte.

Nota 11.ª—Todos os carros que conduzirão as pessas do Orgão vierão de S. Paio de Pousada a pedido do Reitor Luis Maximo, e por devoção fizerão a condução desta freg.ª para S. Paio de Pousada e ao outro dia p.ª o Senhor do Monte, o que me foi comunicado por um dos carreteiros.

Assim pois ficou Bouro sem um rico traste, que o Organeiro disse não fora posto no local donde sahio por nada menos de 11 a 12 contos de reis: e que em vista do estado em que se achava, os mesarios terião de gastar p.ª o consertar e colocar na Egreja do Senhor do Monte, nada menos de 5 mil cruzados.

Nota 12.ª—O orgão deslocado e mudado para o

Senhor do Monte, continha 38 registos de mão, 19 da mão direita e 19 da mão esquerda; continha mais um registo do pé esquerdo para abrir a Palhetaria; 3 tambores - o 1.° do tom de Alamirè—o 2.° de Do e o 3.° de C sol flauta. Mais continha do pé esquerdo hum registo de abrir o cheio do Orgão.

Mais um registo do mesmo pé direito p.a abrir e fechar os ecos do Realejo—Os Folles erão compostos de seis Baraes—Todas as guarnições do Orgão allem de ricas pello seu muito bem trabalhado, erão douradas e pintadas a todo o custo e riqueza.

Nota 13.a—O Carpinteiro de Faqueaens José Pimenta, ajustou com os mesarios do Senhor do Monte a tapar o boqueirão aonde o Orgão estava collocado, e a pôr tudo pronto de carpintaria e caiador pela quantia de 36.000 reis a seco e principiou a tapagem do buraco no dia 10 de Janeiro de 1854—dia em que o Reitor de Bouro me mandou chamar p.a conferenciar com elle e carpinteiro as medições e locaes necessarios p.a a collocação do pequeno Orgão e largura do coreto: ficarão todas as medições tomadas e todos os riscos dados para a obra.

Nota 14.a—Em 16 de Janeiro de 1854 foi concluido o tapamento do Boraco aonde se achava o Orgão Grande, e isto a estuque, ficando um espaço para se collocar o Orgão pequeno, e duas portas aos lados deste, isto é, uma porta por cada lado.

Nota 15.a—No dia 23 de Fevereiro de 1854 chegou o pintor de Braga para pintar a cornija e portas novas do Coreto por ordem e à custa dos mesarios do Senhor do Monte, ganhando por dia 720 reis, e retirou-se no dia 13 de Março do m.mo anno deixando as pinturas feitas.

Nota 16.a—No dia 6 do mez de Novembro de 1854, dia 2.a feira pela tarde chegou a Bouro o Organeiro que por apellido se chama Ferreira, acompanhado dos Carpinteiros do Senhor do Monte que conduzião o Realejo do m.mo Sanctuario p.a a Egreja desta freg.a, e no m.mo dia os carpinteiros collocarão o dito Realejo no sitio aonde se achava o Orgão Grande.

No dia 7 do mesmo mez acabarão os Carpinteiros de assentar o realejo e se forão embora ficando o Organeiro Ferreira a collocar as gaitas e a afinar o dito Realejo, no dia 8-9-10-11 do dito mez de 9.bro, e no dia 11 concluio a afinação, tocando o Orgão pela primeira vez no dia Domingo 12 de 9.bro à missa da manhã q. foi cantada.

Nota 17.a—No dia 11 de 9.bro de 1854 foi um próprio para Braga para trazer pelica, colla e gaitas para compor o Orgão pequeno, à custa do Sanctuario do Senhor do Monte; e no 13 deu o Organeiro este orgão por concluido e pronto nos consertos que precisava retirando-se para o Senhor do Monte no dia 14 de 9.bro de 1854.

Assim fica concluida toda a história da tirada do Orgão Grande, e a collocação do Realejo do Senhor do Monte no Igreja desta freg.a.

* * *

Apenso a este manuscrito, anda o seguinte apontamento do actual Reitor:

«Religiosos existentes no Convento de Bouro no ano de 1805: Frei Luiz de Melo mestre leitor na Sagrada Teologia—Dom Abade; frei Manuel de Azevedo mestre leitor—Prior; Frei António de Castro; frei José Teixeira; frei Manuel de Sousa; frei Miguel do Pilar; frei Timoteo Pereira; Frei António da Silveira; frei Alexandre de Melo; Procurador; frei José Ponce de Leam; frei Francisco de Abreu; frei Francisco Bacelar; frei Manuel do Espirito Santo; frei Manuel Soeiro; frei João Correia; frei João Malheiro; frei António de Carvalho; frei Baltazar Vieira; frei Joaquim Portugal—Subprior; frei Francisco de Lemos; frei Francisco de Jesus Maria José; frei António da Conceição.

Bouro 12-12-1941. Cópia extraida dum documento autêntico. a)-P.e Manuel Matias».

Aqui fica uma amostra do que foi o desbarato a que se submeteram as Ordens Religiosas, em uma hora

trágica de 30 de Maio de 1834, isto sem falar em tantas preciosidades e obras de arte, arquivos e bibliotecas (e note-se que o cartório de Bouro foi um dos poucos que D. João II mandou consultar para saber dos privilégios e direitos da nobreza, nas contendas que com ela teve) o melhor de tudo levou descaminho para sempre, uma vez que se soltaram de todas as peias da disciplina e do respeito.

Os povos de Entre-Homem e Cávado, que de gerações após gerações piedosas, fizeram de suas terras um Santuário vivo de profundíssimas tradições, desde o simples nicho das «alminhas» na berma dos caminhos e das ermidinhas solitárias pelos apriscos dos vales ou na coroa dos montes, aos imponentes mosteiros e templos rodeados de vastos terreiros, aonde em dias de romaria concorreram a cumprir devotas promessas, a trazerem com espontâneo e generoso sacrifício, sobre arrastarem-se de joelhos em comovedora penitência, a melhor jóia de família, cordões e «arrecadas» por favores obtidos do Ceu, entre enfermidades e aflições que as levaram a socorrer-se do firme apoio da fé para alcançar remédio e alívio na desgraça;

que, desafiando-se em prodigiosa generosidade, cumularam de ricas imagens, de valiosos paramentos, alfaias e objectos do culto, com incalculáveis obras de arte até os magníficos recheios das igrejas de suas mesmas aldeias, a ufanarem-se de ostentar ricas bandeiras estandartes em dias de solene procissão, a abrilhantar cada vez mais o já de si opulento património religioso e artístico;

os povos de Entre-Homem e Cávado, repete-se, não podem deixar de formular, num gesto da mais perfeita solidariedade com seus antepassados os mais sentidos e veementes protestos de reprovação contra a obra demolidora de todos quantos concorreram para rasgar estas feridas, abrir estas chagas difíceis de cicatrizar, bem patentes e cada vez mais vivas à medida que se fendem as empenas, dilaceram as paredes de seus velhos monumentos, à superfície deste recanto de terra mimosa, que a natureza e a arte se haviam congraçado para embelezar de forma a levantar-se, sobre este canteiro privilegiado do «Jardim de Portugal» onde tudo se reveste de novas belezas desde os montes que florescem em novos abris aos campos ajardi-

nados entre beirais de latadas e vinhedos de enforcado à beira das estradas, um hino de louvor eterno ao Criador.

Fachada e claustro do Convento de Rendufe

(Catalogado como imóvel de interesse público)

* * *

Em Rendufe não se verificou menor descalabro: E o que é mais grave e de molde a provocar até certos melindres e embaraços a quem se propõe trazer a lume a história nefanda de tantos atentados sacrílegos, é o deparar-se também por aqui com alguns miseráveis jacobinos que, encontrando a maré propícia para governarem-se à custa fôsse do que fôsse, não hesitaram em cometer as maiores profanações, obrigando nesta parte a ter de desmentir o que já está impresso no papel, e agora vá, não sofram tantos inocentes injustamente, mesmo que fosse por meia dúzia de indesejáveis e malvados traficantes.

Conta-me certo proprietário, digno de todo o crédito e ao qual os anos permitiram vir observando todo este «limpar de feira», que, sendo ele tesoureiro da junta de freguesia, a quem no alvorecer do novo regime estiveram confiados os bens do culto, que não aos respectivos párocos, foi um dia procurado por certo «freguês» que lhe pediu por empréstimo um quadro existente no côro do mosteiro, o qual, por constar ser obra de arte e valiosa, dizia o interessado, havia alguém com muito empenho em copiá-lo.

Mesmo sem desconfiar do estratagema, respondeu-lhe terminantemente que nunca disporia do que não era seu; e o caso ficou por ali.

Passou-se tempo, até que um dia reparou que o quadro, sem saber por que artes, tinha sido tirado do seu lugar.

O tal «sujeito» também já tinha desaparecido, vitimado por uma doença de peito fulminante.

Veio a saber mais tarde que, aproveitando-se da circunstância de ser a mulher dele zeladora de um dos altares, deitou uma escada ao côro, despregou e enrolou a tela e deixou ficar a moldura.

Passou a encomenda para Braga, às mãos de um negociante de antiguidades, muito rico, que havia num primeiro andar, e que também já morreu há muito.

Valeu-lhe a proesa uma grossa corrente de oiro com berloques que o dito relator deste facto ainda chegou a ver-lhe ao peito; e comenta:

—Dizem que não há excomunhão? E solta uma característica gargalhada de aprovação, acrescentando:

—Peguei-lhe ao caixão; ia levezinho como as palhas!...

Leu mais tarde, num jornal que lhe veio às mãos que esse célebre quadro «a Madona» fora encontrado no espólio de uma viúva, na Alemanha.

Disputado por dois museus, um daquele país e outro da Itália, atingiu naquele tempo a boa conta de 1.200 contos.

* * *

Na Capela do S. S. Sacramento, com tribuna e estatuária, tudo de fino granito e artìsticamente trabalhado, a porta do sacrário era de prata massiça.

Dois malandrins arrecadaram-na e, achando-se suspeitos, esconderam-na por algum tempo em uma cuba.

Passado o perigo, racharam-na a meio, partindo-a entre eles; e nunca mais apareceu.

Também morreram os dois de terrível moléstia.

A cornija de pedra, de uma das dependências do convento, foi levada a guarnecer as empenas de uma moradia, construida por abastado proprietário, noutra freguesia deste concelho.

Viu morrerem-lhe os filhos a eito, vítimas da mesma doença, e já homens.

* * *

Determinado indivíduo herdou de um tio que por aqui passou, nesse período calamitoso que a fome do oiro contaminou até os mais isentos, doze contos em libras.

Deu logo início à construção de uma enorme casa, mas tanto dinheiro não chegou para acabar de edificá-la, nem tão pouco a habitou.

É ainda o mesmo cavalheiro que o refere e acrescenta:

—Dizem que não há excomunhão?

Acabou a pedir!...

Não está no ânimo do modesto autor destas despretenciosas linhas lançar a semente da superstição ou do remorso, muito menos suscitar o escândalo que a todo o transe procura evitar, no entanto, os exemplos são palpáveis.

Para cúmulo de desgraça, o convento havia sido pasto das chamas, noite de Santa Marta, tempestuosa de vento, 29 de Julho de 1877.

Quiseram então os de boa fé que o incêndio tivesse sido casual; porém é duvidoso.

O segredo de tão lamentáveis episódios está no Juizo de Deus, que os julgou e julgará.

* * *

Quem entra no côro tem logo a desoladora impressão de que ali caiu uma bomba.

A grande imagem do Crucificado contempla aqueles destroços.

Só a monumental estante rotativa, ao centro, se conserva a prumo. A sua volta, o soalho levantado, consta que do próprio vigamento sairam varas para latadas.

Lá está no chão a tal moldura de talha dourada, sem a preciosissima tela.

Das artísticas bancadas de pau santo saiu uma mobília de sala; de balaustres de gradeamentos fabricaram-se bengalas.

Para dar ainda uma nota mais fúnebre a tudo isto, de mistura e a esmo, não falta ali um pequeno esquife, contendo ossos humanos, para aí trasladados de uma arca ou artístico cofre de madeira que esteve no cruzeiro da igreja, e até esse mesmo desapareceu.

Continha, segundo consta, relíquias de um Santo, ou monge falecido com fama de santidade, que os frades deste mosteiro trouxeram do de Adaúfe.

O rapazio arrancou do orgão grande a maior parte das gaitas, indo tocar nelas pelas estradas e depois vendê-las a pêso.

Que desaforo!...

As melhores alfaias religiosas e objectos do culto devem ter levado o mesmo destino dos que foram arrolados em Santa Maria de Bouro.

Tudo quanto parecia ter valor, foi desaparecendo na voragem.

Nada mais existe que desperte a cobiça de ladrões sacrílegos, a não ser a imponência e magestade dos altares no todo dos seus capitéis e talhas de ricos dourados.

Ainda lá está um volumoso e apreciável antifonário, de bons pergaminhos com curiosíssimas e originais iluminuras, entre outros mais vulgares, mas esse mesmo encontra-se em parte mutilado, pois, segundo consta, no tempo que permaneceu na côro, os «músicos», que nas diversas festividades ali iam cantar, cortavam-lhe folhas a canivete e levavam-nas nos bolsos para casa.

Tudo isto parece mentira, mas infelizmente é verdade!

A «Sagrada Familia» que por acaso escapou a tão completa razia, para, há bem pouco tempo ainda, ser também arrebatada do seu lugar, não por indivíduos da terra, essa logo ali voltou, graças às aturadas e louváveis diligências policiais, que acudiram a tempo.

Recebida festivamente pelos povos do sítio, foi posta a bom recato.

* * *

Se estas tremendas atrocidades, estes crimes de lesa-arte, de lesa-Religião, mesmo de lesa-Pátria, se cometeram com gaudio e assentimento dos inimigos da Igreja, ao menos nunca deveriam passar despercebidos e impunes aos olhos dos poderes legitimamente constituidos, fosse qual fôsse o ideal religioso e mentalidade.

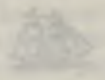
Fique aqui, pelo menos esboçada pela rama (que não se viu vantagem em fazê-lo mais profundamente), a eloquente lição de que não podem as «enérgicas populações nortenhas» cruzar os braços, deixar-se dominar de perigoso indiferentismo ao escolher-se quem as governe; abdicar daquela notável particularidade que Elisée Reclus tão sàbiamente lhes soube observar, e é de que sempre souberam, em tais circunstâncias, despertar de seu habitual

alheamento e impor-se, mercê de natural e legítimo direito que lhes confere a sua mais que comprovada prioridade histórica.

Peçam a Deus que nesse sentido as ilumine e lhes depare sempre governantes à altura de respeitarem e fazerem respeitarem o sagrado património de seus maiores.

O Mosteiro de Rendufe, justamente considerado «imóvel de interesse público» ainda não chegou ali a obra de restauro a que por toda a parte o Estado Novo meteu decididamente os ombros e de que também aqui tanto se faz sentir a necessidade.

Haja esperança de que há-de chegar a sua vez, para que também nesta parte não se legue aos vindouros uma herança de ruínas sobre ruínas.



III

PARTE

III

PARTE

A GEIRA

I

Chama-se assim, possìvelmente das muitas voltas, *giros*, como sugerem os entendidos, curvas e contracurvas com que vai ziguezagueando (giria) através das saliências e reentrâncias dos montes, o troço compreendido nas terras entre o Homem e Cávado, da via militar romana que da chancelaria de Braga se dirigia, por Orense, para Astorga.

Daqui atravessava a Espanha, penetrando na França até aos Alpes e, declinando sobre a Itália, terminava na capital do Império.

De Braga partiam mais três vias militares semelhantes: uma segunda, também para Astorga, por Chaves (Aquae-Flaviae); a terceira, por Prado, Ponte de Lima e Valença, demandava Lugo; a quarta para o sul, em direcção a Santarém.

De tudo isto, é a estrada imperial da Geira o mais importante monumento da romanização, com suas dezenas de padrões ou marcos miliares que de milha a milha iam marcando a distância a que ficavam de Braga, além das muitas inscrições dedicadas aos imperadores, cônsules e outras personagens da antiga Roma, pelo estreito convivio de cooperação entre os naturais vencidos e o vencedor, a que certamente a seu tempo obrigou esta extraordinária obra.

Por isso mesmo veio a ser objecto da mais atenta investigação de historiadores e arqueólogos, entre outros, D. Frei Bernardo de Brito, D. Jerónimo Contador de Argote, o Padre José de Matos Ferreira; mas, quem sobre o assunto emitiu a última opinião, foi o ilustríssimo Padre Martins Capella, num aturado e trabalhoso estudo que publicou sob o título de *«Milliarios do Conventus Bra-*

caraugustanus».

Foram estes dois últimos sacerdotes do vizinho concelho de Terras de Bouro, que muito honraram com seu saber.

Diz Matos Ferreira, no seu «*Tesouro achado em Braga...*» que Bernardo de Brito, de todas as coisas que escreveu, todas visitou pessoalmente; e, que indo ver a Geira, não descobriu mais que três padrões.

E' que Matos Ferreira, para conseguir descobrir muitos mais, teve de dar-se a um insano trabalho de desbravar montes e vales (1728); fazer-se acompanhar de homens que roçassem matagais e silvados que obstruiam a Geira, em muitas partes cortada e metida dentro de muros de bouças, e ter de solicitar até a intervenção das autoridades para vencer a resistência de lavradores ignorantes.

Muitos de tais miliários foram destruídos e roubados pelos povos locais, que fizeram deles pés de lagar e pedestais de cruzeiros, quando os não meteram em socalcos. Para poupá-los a semelhante extermínio, o arcebispo D. Diogo de Sousa *de Vasconcelos* mandou recolher a Braga um bom número que aí se encontra.

* * *

Diz Martins Capella que, muito embora desde Braga à Ponte do Porto nenhuns vestígios existam do antigo traçado da Geira, aquela ponte de 11 arcos, de abertura e volta desiguais, é o primeiro indício, como obra romana, de que aí transpunha a corrente do Cávado; que subia ao monte de Rabadas, junto à vila de Amares, donde começava a subir, flanqueando as encostas do monte de S. Pedro-fins...; mas chama a atenção para uma nota, em que acrescenta que alguns geógrafos e autores supuseram, com menos exactidão, o traçado desta via ao longo do rio Homem, desde a sua foz no Cávado.

Muito me custa, porquanto me falha absolutamente a competência para contrariar em matéria tão grave a palavra autorizada de Martins Capella, que, neste caso, não fez mais que confirmar as opiniões dos restantes citados autores; no entanto, já que se trata de assunto que neste ponto não poderia ficar em aberto ao organizar-se a Mo-

nografia de Amares, vamos entrar em considerações e análise:

Que a Geira segue ao longo do Homem, é, com efeito, menos exacto, quanto é certo que a este respeito são bem evidentes os vestígios de que, correndo primeiro pelas vertentes do Cávado, só depois passa para as daquele rio, a partir da estreita garganta de Santa Cruz, que entra nas Terras de Bouro, dividindo o lugar e servindo de limite aos dois concelhos.

Entretanto, como é razoável aceitar que os tais geógrafos se orientaram pelo seu traçado nas cartas e com desconhecimento dos pormenores da topografia, daí posisìvelmente o concluirem que ela mais ou menos marginava o Homem, tanto mais que, convergindo com a sua nascente, à medida que se aproxima da Portela, cada vez mais se afasta do Cávado.

Além do valioso testemunho desses geógrafos, (antigos, claro está) e não foi sem conhecimento de causa que asseveraram que a Geira penetrava Entre-Homem e Cávado a partir da confluência dos dois rios, atravessando assim de ponta a ponta, longitudinalmente, como seria muito mais natural, e não obliquamente, como refere Martins Capella, apresentando por único argumento a coexistência da Ponte do Porto, «por ser igualmente obra romana», há que ponderar certas provas de muito peso, que se lhe opõem:

1.ª — Bem perto da confluência, e sobre a margem direita do Cávado, fica o lugar de Ponte, na freguesia de Lago, nome que lhe proveio da que ali existiu, podendo ainda verificar-se muitos vestígios de obra antiga de uma à outra margem, na direcção de Braga.

Ao fundo do actual de lugar Santa Marta, muito mais moderno que o anterior, e em territórrio dele considerado aí se encontra uma série de azenhas a par e através do leito do rio, e devem-se, assim como outras construções e a existência do próprio açude, à farta abundância de materiais que ficaram de ruinas de obra gigantesca; não faltam aí motivos para demorada observação e estudo: pedras de avultadas dimensões e que não foram talhadas para os lugares onde finalmente foram aplicadas.

Pode mesmo verificar-se que os «cortantes», que de-

fendem duas das azenhas, são os mesmos a que se ampararam arcos da ponte; e daí mais pode concluir-se que esta não era rigorosamente direita, circunstância que acompanha outras pontes de construção romana, ainda existentes, e isso deve-se a exigências da necessária firmeza para apoio da base dos arcos.

De um deles, foi devastada uma pedra que passou a servir de soleira de porta.

Foi aqui indiscutìvelmente e desde sempre o ponto do maior trânsito entre as terras ao norte de Braga e esta antiquíssima cidade.

Há mesmo que considerar três palavras — três elementos de essencial fixão na mente desses antigos povos, e dos quais ainda remanescem fortes vestígios: *Montem* — a serra do «Monte»; *amnem* — o rio «Homem»; *pontem* — «a ponte», pròpriamente ditos, nomes que para sempre se ligaram a tão importantes acidentes.

Uma vez privados da ponte, que tanto poderia ter sido arrastada pela corrente, o que é mais natural, como propositadamente destruída para obstar a qualquer invasão, — haja vista, que em tempos relativamente recentes, os povos de Terras de Bouro fizeram a despesa 30$000 reis, que deram aos pedreiros em 1650 para demolirem quatro magestosas pontes romanas sobre as quais passava o leito da Geira na Portela do Homem, com receio de que por lá entrasse o inimigo nas guerras da Restauração.

Encontram-se por aqui todos os sintomas de grande movimento fluvial, por meio de barcagem individual e para carros:

Calçadas, agora cobertas pelo lodo e arbustos marginais, entravam pelo rio para evitar que os rodados se enterrassem na areia.

Os frades de Rendufe tiveram a sua passagem privativa, depois de grandes questões com a empresa barqueira, de quem exigiam passagem gratuita, como consta ao menos por tradição.

Ainda lá se vê defronte, na veiga, onde o Cávado se espraiava, restos de grossa muralha, antigo cais de embarque, que, relacionado com pedras com «ilhós» de prender correntes de barcos, as quais se encontram do lado

Marco miliário de Paredes-Secas

de cá, podem ser índice seguro do nível que as águas normalmente atingiam.

Prova de que a engenharia romana procedeu a prévio e rigoroso estudo para a localização de tal ponte, está na razão de que quando se projectou a extensão do ramal de caminho de ferro de Braga para o norte, era aqui que transpunha o Cávado; e lá está, um pouco abaixo o gigantesco paredão que então começou a construir-se para o lançamento da respectiva ponte, que por aquilo ficou.

E' ocasião de informar que o sítio de Entre-pontes tem hoje topografia inteiramente diversa da que lhe foi natural em tempos mais antigos, pois que as águas confluentes envolviam uma pequena ilha redonda; é admissível e há certeza disto pelo já referido «Livro de Mumadona»: *villa insula rodonda et illa bragada in foze de rivulo homine.*

Primeiro a considerável baixa que o nível das águas tem sofrido, devido a uma longa e constante erosão, foi-se formando o *«bico»;* depois os volumosos taludes necessários ao lançamento das duas pontes actuais, construidas por 1866, alterou-se consideràvelmente a estrutura do lugar.

Eis a razão por que a dita ponte romana se situa um pouco acima; a travessia do Homem verificava-se precisamente à mesma altura e direcção, sem fazer falta qualquer ponte, como se conclui do adequado e antiquissimo termo por que ficou conhecido o lugar de Portocarreiro *(portucarrario* — entrada, passagem de carros).

* * *

2.ª — Essa ponte, que desapareceu, era estratégicamente dominada pelo *«castro»* do mesmo nome, que lhe ficava um pouco adiante, sobranceiro a «Cávado» de que se sugere que daqui tomou nome o rio, dada a mais forte e acentuada depressão que daí se verifica: é por assim dizer o fundo da sua bacia hidrográfica.

Ainda são notáveis os vestígios deste castro.

Prosseguindo pela lombada das terras interâmicas, fogo a seguir a remotissima paróquia romana de *Oculis* (hoje simples lugar de Olheiros), depois o "castro„ de **Carrazedo**

(*carruca* — carruagem romana de quatro rodas, para longas viagens — *carrucetum* — «carrocedo»; haveria aqui parada de carros? ou simplesmente por se fazer por aqui carreagem?)

O certo é que o termo implica o sentido de que era por aqui a rota dos carros e equipamentos das legiões romanas.

Montebelo, afirmando ao mesmo tempo que aqui passava a «calçada da Geira», inadvertidamente daí deduziu tratar-se de «Castro Jeriz» donde tomaram apelido os «de Castro».

Castro Jeriz ou Xerez, sobre que incidiu o célebre foral do mesmo nome, e é considerado notável monumento na história do municipalismo peninsular, foi devidamente identificado por Muñoz y Romero na sua «*Collección de Fueros Municipales y cartas pueblas*» a pag. 37; é Jerez de los Caballeros na província de Badajoz.

E seguia-se a primeira «pousada» *Requiem* — descanso, nessa plataforma a que hoje poderá corresponder o sítio da Feira Nova, já então centro nevrálgico de todo o sistema vital dos meios de comunicação, no cruzamento incontestável com outras vias secundárias de interligação pelas pontes do Porto e de Caldelas, até à de Parada de Bouro.

Note-se que o topónimo «FERREIROS» deixa supor que a profissão deveria, em tais circunstâncias, exercer-se aqui em larga escala, dada a natureza dos trajectos, percorrido e a percorrer, e as vistorias e reparações que seriam de exigir.

Dominavam este acampamento dois «castros» relativamente próximos; o de Caires no sopé da encosta de S. Pedro-fins e o do monte da Santinha, sobre Amares. O ramal, que alcançava Bouro, prosseguia pela ponte de Parada em direcção a Cabreira, entroncando com a via de NE por Aguas-Flávias.

Requeam foi o primitivo nome da freguesia de *Caires*, *Quaires*, *Coayres*; Inquirições — *Quairas de Requiam.*

Note-se quão fracos foram os limites paroquiais entre esta e a de Ferreiros, que a HONRA DE VASCONCELOS abrangia as quintas de Bornaria e de Requeão com 12

S. PEDRO FINS

casais que eram igualmente «honras» desta nobilíssima Família; e isto significa que em tempos mais afastados «Requiam» teria mais amplos limites.

Daqui começava a Geira na sua ascenção, flanqueando as encostas de S. Pedro-fins, passando às da serra do Monte, sob «Castro-Mau», até à antiquíssima cividade «*Salaniana*» (Saim, sobre Chorense) outra estação das milícias romanas, segundo Argote.

A partir de Caires sempre foi bem conhecido o seu traçado.

Pinho Leal tenta explicar esta designação topográfica de S. Pedro-fins, eminência outrora assinalada também por «castro» de grandes proporções, ou castelo, depois por uma capela *meeira* entre Caldelas e Caires, dizendo que «a imagem do Santo veio para ali do lugar de S. Fins da freguesia de Rendufe e por isso se chamou S. Pedro-Fins por abreviatura de S. Pedro de S. Fins, ou então era corrupção de S. Pedro Felix».

Redundavam outrora os festivais destas capelas fronteiriças, S. Pedro-fins, S.to Ovídio, S.ta Cruz, em arraiais de grossa pancadaria, verdadeiras batalhas entre mancebos das terras circunvizinhas, que para aqui guardavam sistemàticamente o tirar desforço de contendas e despiques, especialmente por questões de preferência entre namorados.

E as «cachopas» compraziam-se lá no íntimo com a fama dos valentões, que passava de boca em boca no segredo de umas às outras de suas confissões amorosas.

A origem e razão de ser destes acontecimentos, com que de antemão já contavam os frequentadores destas romarias acidentadas, está bem de ver que se filiavam no exemplo de tradições medievais, que os cavaleiros criaram à volta das damas uma auréola de dignidade e de graça e desafiavam-se em justas e torneios para merecerem-lhes as simpatias.

Se foram de conveniência do momento, que imperou a força bruta, o reflexo de tais exemplos veio empalidecendo à medida que o policiamento dos costumes e o rigor das justiças os foi reprimindo e simultàneamente o artificialismo dos desportos também veio a supri-los.

Qualquer daquelas sugestões de Pinho Leal tem pouco cabimento.

O Elucidário de Viterbo, sob a palavra *mámoa*, discorrendo sobre os diferentes meios naturais e convencionais com que nossos antepassados dividiam os territórios *arcas, petras fixas, arbores finales, etc.*, apresenta uma razão mais aceitável, e em tal conformidade, S. Pedro-*fins* (de *fines*) o segundo elemento significa «limites».

Este pico altíssimo também foi conhecido por «Castelo de Espinho» — *Castrum spineum*, por situar-se na «espinha» de todo o sistema montanhoso que se elevava do bico da confluência ao bico da Geira, e em correlação com a mesma adquada nomenclatura geográfica de «*Castrum anofrice*» e «*Castrum lagenosum*».

O Cristianismo marcou depois com os seus símbolos estes pontos, estas culminâncias que começaram por ser, nos tempos mais remotos, estâncias de primitivos seres humanos.

Estas ermidas, estes primeiros padrões da nossa Crença, não são mais que o sinal com que a piedade cristã santificou vastos cemitérios da pré-história, escolhendo para patronos figuras místicas que o profundo sentimento de religiosidade inspirou por defensores celestiais destes velhos redutos de antigo paganismo, quando sobre eles incidiram os primeiros raios do sol da Redenção.

E começou por aqui e assim a Obra ingente da Cristianização a que havia de devotar-se a Gente Lusa; sempre no mesmo intento e no mesmo esforço — do cimo destes montes às mais longínquas paragens de novos continentes, no supremo empenho de transformar fortalezas e mesquitas pagãs em cidades e templos do Catolicismo.

Não foi assim que os historiadores profanos pretenderam assentar as bases das civilizações modernas, mas, quer queiram quer não, nunca haverá que desviá-las destes verdadeiros princípios.

E' o mesmo caso da dedicação do monte da «cidadelha», sobre a Abadia, ao arcanjo S. Miguel.

A sua devoção acompanhou os arautos da Cristandade contra o «infiel».

Conta Alexandre Ferreira, no terceiro tomo de «Memórias de Ordens Militares», que estando D. Afonso Henriques em Santarém, com poucos dos seus e à espera de socorro, veio contra ele Albaraque, rei moiro de Sevi-

Dois aspectos da ponte romana sobre o Cávado
(*Ponte do Porto-Proselo*

Monumento Nacional

lha, com tão numeroso exército que chegava para povoar seu reino, e assentou arraiais junto da cidade, quando ao mesmo tempo lhe chegou correio com noticia de el-rei de Leão seu primo também entrava por terras do norte.

Resolvera prevenir sua gente e pô-la em ordem de batalha para o dia seguinte.

Posto em oração, rogou ao seu Anjo da Guarda e ao Bemaventurado Arcanjo S. Miguel que viessem em seu auxilio; e com a sua ajuda venceu a multidão dos inimigos.

Sucedeu na peleja que esteve quase ganho por eles o Pendão; e teve nesse momento a impressão de que viu junto de si o braço de um anjo que combatia e o protegia.

Aí teve principio a Ordem de S. Miguel da Ala, ou da Asa, distintivo que os respectivos cavaleiros traziam sobre o peito, de cor encarnada e esmaltada com perfil de oiro, como se lhe tinha figurado vê-la na batalha; e tinha seu altar em Alcobaça.

Por isto mesmo, os nossos antepassados tiveram uma mais perfeita noção do significado e grandeza destes primeiros padrões venerandos da Cristandade; e as câmaras e as cruzes paroquiais compareciam nos dias das festividades e ocasião de «clamores» e «procissões de penitência», a implorar a sua protecção, contra as calamidades públicas.

São talvez menos oportunas estas distrações da questão de fundo, desculpe o leitor; já que se trata da mais antiga via de circulação por estas terras, vai-se passando em revista estes expressivos locais de curiosas antiqualhas, fazendo estas tiradas, a aproveitar a sequência lógica de acontecimentos, que de outro modo poderia não mais se encontrar.

Elevando-se sempre, a Geira dominava as alturas, já no âmbito de antiquíssimas cividades ou citânias, como *Calcedonia* (Covide); *Aquaerque-quenae* (Carvalheira) e *Aquae-origines*, nas nascentes do Homem.

A pag. 390 »De Antiquitatibus...», Contador de Argote descreve ligeiramente as ruínas de uma antiga fortaleza, a pequena distância da Veiga de Santa Eufêmea, dizendo que ainda podia ver-se, no meio de restos de uma

muralha circular, um montículo onde se situava a torre de vigias.

Ora aí estavam nem mais nem menos que os últimos destroços da atalaia vigilante da fundação e consolidação da Nacionalidade, que foi o «Castelo de Bouro» a que se fez larga referência.

Diz o mesmo autor que a Geira foi aberta por ordem do imperador Augusto César, 42 anos antes de C., como se inferiu da inscrição de um marco miliar encontrado nas margens do Cávado quando se reedificou a ponte de Prado.

E a tal propósito conta Montebelo que «entre umas memórias de antiguidades, de letra e mão de seu bisavô Manuel Machado de Azevedo, havia uma que dizia:

«En este año de 1500, com las grandes avenidas deste Rio Cavado, ruinó parte de la ponte de Prado y en una piedra della se descubrieron estas letras:

«Blanca, Et Rex Legionis Fecerunt».

De que se colige que es verdadera la tradicion que antes de aver Reyes en este Reyno, siendo Entre Douro e Miño del de Leon y assistiendo un Rey de aquel Reyno en el ciudad de Braga, se enamoró de una Doña Blanca Gutierrez de Silva, que era Señora del Lugar a que oy llamam la villa de Prado, i que para ver la las vezes que quiziesse sin que se lo impidiesse el Rio, reedificó esta puente; de los quales dizem que vienem los Cavalleros del apellido de Prado, i que por este respeto traen las armas de los Silvas, variando solo en el Leon negro, que significa ser la noche incubridora de sus amores».

A encerrar com esta extravagância de sabor romântico, vem a jeito de as «cheias», que por estes sítios às vezes atingem aspectos alarmantes, a ponto de ficarem de tradição na memória de gerações, mais que uma vez têm arrastado, parcial ou totalmente, mesmo as mais sólidas pontes.

* * *

3.a — E' pouco admissível que esta melhor parte das terras interâmicas ficasse privada de meios de comunicação com a cidade bracaraugustana, com que sempre estiveram na mais estreita ligação, atendendo principal-

mente à existência dos «castros», tão característicos das proximidades de vias militares romanas, como não é aceitável que o traçado da Geira descrevesse tão acentuada curva: pela ponte do Porto viesse a «Quairas de Requiam» para voltar de novo sobre as actuais freguesias de Amares e Figueiredo, quando podia seguir directamente e encurtar distâncias. Diga-se mesmo de verdade, que era preciso que fortíssimos motivos ali a trouxessem, o que que de forma alguma se descobre.

E, em tal presuposto, esta via militar, como a que dor Prado se dirigia a Lugo, saíam de Braga sob o domínio estratégico de «Monte Castro» descendo esta pela alçada que das «Palhotas» vinha ao Cávado; e sempre foi, desde tempos imemoriais, a grande via de acesso à cidade, antes que a «estrada nova» a substituisse.

* * *

As estradas romanas eram dotadas da mais cuidadosa e sólida construção, que lhes permitiu desafiar os séculos. Todos eram obrigados a trabalhar e contribuir para elas.

Os *viarum curatores,* espécie dos atuais «conservadores das estradas», eram encarregados da sua manutenção.

E' extraordinária a especial atenção com que este povo romano acarinhou estas terras, durante mais de quinhentos anos que por aqui passou, ou seja, desde a submissão dos Lusitanos do Norte — os Brácaros, 130 a. antes de J. C., até à invasão dos bàrbaros em 412.

Na progressão de tão importantes obras de defesa e melhoramentos com que as distinguiram, não ficam dúvidas de que as destinavam a grande empório de força e de beleza.

Dificilmente se encontrará, por toda a parte a onde chegaram as «águias romanas», região privilegiada onde como nesta as legiões dos césares lançassem tão profundas raízes, criassem tão robustos sustentáculos, transformando-a em verdadeira zona laboratorial de uma raça novo-latina.

«O homem põe e Deus dispõe», quer na vida dos

indivíduos quer na das sociedades: Sucumbiu a cabeça do império, corroído o tronco pela corrupção da seiva que o fizera a mais forte e vasta nação do mundo antigo, mas prevaleceram assim novos rebentos que vingaram robustecer-se à distância, radicando-se pelas asperezas das montanhas, aonde não conseguira chegar o vírus da decadência moral; e produziram-se novas nacionalidades tanto mais enérgicas e prometedoras quanto foi mais forte este ponto de apoio de novos empreendimentos.

A Lusitanidade nunca se extinguira; vivificada antes pela salutar influência deste povo civilizador, logrou rasgar para o sul mais largos horisontes; e, guiada pela estrela providencial de seus gloriosos destinos, estava escrito que, na maturidade dos tempos, tinha de abeirar-se de um grande estuário como o do Tejo, para dar novos mundos ao Mundo.

A Geira, verdadeira coluna dorsal de uma vasta rede de fortificações, instaladas ao perto e ao longe por estas terras, talhadas pela Providência para grandes destinos, este é o exemplo mais flagrante das primeiras e mais fundas origens de uma Nacionalidade.

Elas serviram, a seu tempo, de improvisados redutos a guerreiros que aí acorreram a entrincheirar-se contra a fúria da barbárie e do islamismo, quando estes dois flagelos, em dois periodos críticos da historia da humanidade, assolaram as terras da Cristandade peninsular.

Estrada Imperial da Geira

[] Castros Romanos

* * *

Estão catalogados por Amares, como **monumentos nacionais**:

—O respectivo Pelourinho, outra vítima do atroz vandalismo que perpassou sobre estas terras de Entre-Homem e Cávado como vendaval de destruição, nas horas conturbadas da História em que se perdeu o respeito por tudo e por todos.

—A Geira com 35 marcos miliários (série Capella).

—A Ponte de Peroselo, mais conhecida por ponte do Porto.

—O Cruzeiro de S. João do Campo (T. de Bouro).

—A Ponte de Rodas (T. de Bouro), como tais classificados por decreto de 16 de Junho de 1910. publicado no Diário do Governo de 23 desse mesmo mês.

Como **imóveis de interêsse público**:

—O Convento de Rendufe, pelo decreto n.º 32 973 de 18 de Agosto de 1943.

—As Ruínas da Torre e Honra de **Vasconcelos**, pelo decreto n.º 37.077 de 29 de Setembro de 1948.

Cruzeiro de S. João do Campo do Gerês

Monumento Nacional

ENTRE-HOMEM E CÁVADO

II

Estes e os demais monumentos, que de certo modo se tem vindo a percorrer, desde as pedras toscas e informes, erguidas pelo braço hercúleo do homem primitivo à pedra trabalhada em formas caprichosas dos tempos mais recentes; em presença dos dolmens, das antas e das antelas; dos penedos esburacados na ânsia de deixarem gravados sinais indeléveis da sua existência; de velhos redutos a que se acolheu outrora tão rudemente a vida humana; de estradas e pontes que, já no início de uma civilização, testemunham a odisseia de povos aventureiros e dominadores; isto não é mais do que marcos miliários a assinalarem como padrões cada uma das remotas idades que passaram, sucedendo-se à face da terra e caindo pela vastidão do tempo no aniquilamento e nada.

Em nenhuma outra parte que Entre-Homem e Cávado pode descobrir-se um mais perfeito escalonamento de de gerações que se foram subrepondo, a demarcar por formas bem singulares o carácter e modo de ser da sua existência, a constituir melhor e mais amplo museu natural para estudo e exploração da etnologia e da raça.

Aqui deixaram bem vincados os traços da sua passagem os celtas e os íberos, os lusitanos e os romanos, os bárbaros e os mussulmanos, até que se consolidou a posse da terra, primeiro na luta prolongada e inclemente do homem contra o homem; depois no esforço incessante de explorar-lhe as riquezas e valorizá-la, no desbravar dos montes, no arrotear dos campos; pela defesa, pela conquista ao perto e ao longe; nas batalhas dos continentes e na epopeia dos mares, acudindo a todos os pontos e a tôdas as crises; labutando de sol a sol e do berço à sepul-

tura, sem saborearem outros gosos e prazeres que os do trabalho que Deus abençoou e da recolha dos frutos por consolação e prémio das fadigas; sem conhecerem a doença ou o cansaço, até comparecerem perante o Supremo Criador e Juiz, o corpo flagelado pelas agruras da vida que sublimavam a alma de imposta e pertinaz penitência; as mãos calejadas, o verdadeiro estigma da maior virtude do homem de antanho, o mais concludente testemunho de uma função fielmente exercida, para trasmitirem às gerações presentes esta obra patente de perfeição.

Uma pedra de cada um desses velhos monumentos dispersos deveria ser trazida como relíquia a um museu local, onde se lhe consagrasse justa e perene memória.

Estariam indicadas para tão elevado efeito as «quadras» prèviamente reintegradas das Ruinas da nobre Torre e Honra de Vasconcelos, que assinalam, com especial eloquência, uma data decisiva na História de um Povo.

E esta expressão, de significado puramente medieval—**Entre-Homem e Cávado**—ficar-lhe-ia ligada, quanto por si é outro não menos expressivo monumento, que de modo algum deve deixar-se cair em desuso.

Não se dê crédito à minha somenos autoridade, mas atente-se em João de Barros, pelo seu manuscrito das «Antiguidades...»:

«....esta parte de antre Douro & Minho de q queremos tratar, parece q a formou Deus quasi como amparo & forsa de toda a Espanha, por q. assi como se faz hum castello no lugar mais forte da Cidade p.ª sua defensão quando acontesser ser cometida de Imiguos, assi mesmo esta terra foi posta no fim da Espanha, guarnecida e fortificada do mar Oceano, e de Rios, montes e vales, penedias & montanhas, provida de todo o género de mantimentos e agoas em abstança; e a cada passo, para todo o socorro e nessidades & outras muitas cousas pertencentes a hum bom Castello, quasi fazendo dos Rios os vallos e amparos, e dos montes e serras muros e baluartes, o que se não acha assi em outra algua parte de Espanha».

Pois, em tal conformidade, Entre-Homem e Cávado foi e é a torre de menagem de castelo roqueiro nesta vasta fortaleza que a Providência conformou, uma vez que a cada um dos povos traçou, em seus eternos desígnios, a

sua especial e alta missão.

A ânsia de renovação, que avassalou a mentalidade do último século, esforçou-se também por que estes antiquíssimos termos com que se designavam velhas circunscrições territoriais e a que os limites naturais permitiram uma melhor autonomia e relativa independência, fôssem substituídos por outros, ôcos e desprovidos da história do passado, esquecendo-se mesmo, numa torpe ignorância ou má-fé, de que foram núcleo e base fundamental do consenso forte e unânime da formação de uma Nacionalidade, ao mesmo tempo que escalões de terras sucessivamente reconquistadas a povos usurpadores, à medida que para o sul se foram ultrapassando cursos de água de maior relêvo e importância na defesa e na ofensiva.

Felizmente, a própria História vai-se reintegrando em cunhos de verdade, ao mesmo tempo que estes e outros valores históricos readquirem o perdido prestígio.

Parece incrível que ao fim de 600 anos (1258-1385) fôsse preciso ou conveniente, sem ferir a sensibilidade histórica, adotar outra denominação para estas terras que tanto se dignificaram e honraram sob a designação de *Entre-Homem e Cávado*.

É certo que esta expressão, como a vizinha «*Terra de Bouro*» (melhor do que terras de Bouro) dispensam por si a precedência do termo «concelho» por contrairem descabido pleonasmo, quanto é evidente que já lhe era próprio e natural esse sentido de divisão territorial muito antes que os concelhos e comarcas efectivamente se estabelecessem.

Estas duas expressões, rigorosamente medievais, são as mais adquadas designações toponímicas das duas circunscrições administrativas do Vale do Cávado e da Ribera de Homem: uma com séde em Amares, outra no lugar de Covas da freguesia de Moimenta, que primeiro a teve no lugar de Sequeiros da freguesia de Chamoim.

Trabalhe-se, pois, por que também neste particular se verifique o regresso ao culto das tradições e da verdade histórica e Entre-Homem e Cávado de novo se oficialize como primeiro nome do baptismo de sangue, que recebeu heróicamente nos primórdios da Nacionalidade.

AS FREGUESIAS

III

Com o capítulo precedente encerra-se o estudo monográfico de vasta região, cuja posse, apesar de longamente disputada em princípio pela força das armas entre povos aventureiros e invasores, sempre vingou, pode dizer-se excepcionalmente, manter um cunho de raça e do carácter dos seus primitivos habitantes e instituições, sustentando-se sucessivamente em mãos de guerreiros detentores da propriedade territorial, constituindo-se depois em senhorio, *honras* e *coutos* da nobreza e do clero, estabelecendo-se finalmente em *concelho* sob as determinantes do efectivo triunfo do municipalismo perante os últimos destroços das velhas instituições feudais.

No presente capítulo pretende-se, passando do todo à parte, e de um modo geral, descobrir as raízes ainda mais profundas da *freguesia* ou *paróquia rural*, cuja pré-história se considera bem difícil, quase impossível de vislumbrar em suas primeiras origens; elas foram, pacificamente a razão de ser da formação e manutenção daquele conjunto ou todo orgânico concelhio que representam, no sentido ascendente da parte para o todo—como molécula e como Nação.

Na verdade, orgulham-se e glorificam-se os povos e as nacionalidades de contarem na sua história séculos de existência, sem qualquer atenção por quantos mais lhes levam de avanço, mesmo algumas das mais modestas aldeias deste vetusto rincão nortenho, na renovação constante e mais que milenária de diligentes *pastores de almas* e *obreiros da gleba* que vêm a repetir-se numa sucessão dinástica de incalculáveis gerações.

A beleza e maravilha de nossas aldeias não foi obra de um dia, de um ano, nem mesmo de um século; misté-

rio profundo do esforço incansável das populações rurais, a desdobar-se na complexidade de tantas actividades, no seu aspecto da fixação à terra-mãe ou nos primeiros sintomas do êxodo e da emigração, esse esforço vem a transmitir-se regularmente de idade em idade, no longo encadeamento de pais a filhos, desde o *ermitério* longínquo a que presidia o *abade,* como ainda hoje, e bem, o povo chama o seu guia espiritual, a que outrora, porém, diga-se de passagem, soube unir-se, com melhor proveito geral de seus benefícios morais e materiais, mais íntima e sinceramente, a *paróquia* rural tem constituido um dos mais espinhosos e difíceis temas, para autores de todos os tempos e da actualidade.

Acompanhe-se e sirva de amparo e guia a pena talentosa de Alberto Sampaio em suas profundas observações sôbre «as villas do Norte de Portugal», porquanto nos parece vê-lo debruçado com especial atenção sôbre estas terras do Vale do Cávado, na recolha de elementos e subsídios, através dos textos das Inquirições e de velhos forais para os seus magníficos «Estudos históricos e económicos».

Aí realça a importância das investigações históricas relativas a este noroeste peninsular desde os tempos mais remotos, afirmando «que além do interesse geral, como questão de origem, terão sempre um atractivo especial para os seus habitantes, por isso que eles representam, ainda hoje, a raça antiga, cuja emigração remonta a' épocas longínquas».

Convém desde já notar que o progressivo desenvolvimento das populações tem sido a causa fundamental da constante fragmentação da propriedade—*proprietas*—direito natural inicialmente adquirido por consequência do trabalho exercido sobre o solo; esse parcelamento acentua-se cada vez mais, conforme circunstâncias particulares de cada região, quanto é certo que hoje, em cidades mui principais, a mesma propriedade já em determinados casos se encontra restrita ao que se chama «propriedade hosisontal», razão de extraordinária afluência a grandes centros urbanos.

* * *

O instituidor do prédio romano, demarcando o terreno, desbravando-o no todo ou em parte e procedendo às primeiras construções, «gravava quase sempre nele a sua personalidade, com a imposição do próprio nome; transmitindo-se depois através as diversas sucessões, como a memória de um fundador de uma cidade, ele servia por isso para identificá-lo mais que a mesma localização»; e aqui reside, em boa parte, a verdadeira origem da denominação da propriedade, da sua toponímia, das cidades às vilas, das aldeias aos mais simples casais e lugares—*Casales et locales*—aos montes e aos campos, quando lhes não serviram outras razões mais fortes, de pormenor ou de acidentalidade geográfica.

As primitivas *villas* romanas, que se mantiveram durante séculos como unidade agrária e fiscal, começaram a desmembrar-se, quando já em seu seio tinha penetrado uma nova força—a da Religião—que encontrou em si a vida moral das famílias, e deste modo formou-se espontâneamente a *freguesia rural,* «dando origem a uma unidade eclesiástica, que finalmente se tornou em unidade administrativa».

Ao lado do—*palatium*—habitação do senhor—*dominus*— dono, levantou-se a—*eclesia*—igreja com seus filhos—*fili-eclesiae-filigresia—a freguesia;* e deste modo a paróquia rural—«molécula fundamental da sociedade portuguesa, foi uma criação espontânea popular, nascida das relações seculares entre os cultivadores de um mesmo prédio ou vizinhos, remontando ao tempo em que Roma ensinou aos habitantes das *cividades* as suas leis e a sua civilização».

* * *

Se, à medida que recuamos no tempo, mais deparamos com os detentores do grande «domínio»—*dominium* —com a imensa turba de servos da gleba à sua volta, também logo nos surge das densas trevas dos séculos, como luzeiro de fecunda doutrina que do termo dimana—*a fre-*

guesia — minúscula assembleia de todos os indivíduos que já de princípio começaram a ser considerados, sem qualquer distinção, como *filhos* perante a *igreja*, desde sempre atenta aos eternos rumos das sociedades, incomparàvelmente mais conturbadas outrora, que de presente, pelo desequilíbrio dos bens da fortuna; e, se assim não fôra, ainda hoje, por ventura, o homem seria escravo do homem.

Essa Força moral, permanente e vigilante, que vem de longe a exercer um domínio suave, a esclarecer e orientar, a rebater a prepotência do forte contra o fraco, a proporcionar a este protecção e abrigo à sombra dos mosteiros, que outra coisa não foram de início senão activas colónias de exploração agrícola; que vem a projectar-se no tempo, a difundir uma subtil influência no viver comum dos povos, a prever e providenciar nas suas vicissitudes e bruscas oscilações, mal o homem, mesmo ateu, avalia quanto rigorosamente lhe deve no sentido do seu bem-estar e conforto material.

Mas, se apenas virtualmente desde logo marcou e consolidou essa política bem definida, ao considerar por igual todos os membros da numerosa família humana, sem diferenciação entre príncipes e escravos, vassalos e suseranos; e no temporal se não alcança a almejada igualdade que as gentes em vão proclamam, é porque não vinga o bom senso administrativo em cada indivíduo e sobretudo se opõem a irreligião e o crime, a estravagância e a devassidão, factores comuns da decadência e ruína das famílias e dos povos, gérmens eternos de derrocadas sociais, contra os quais igualmente em vão protestaram sempre os verdadeiros árbitros e guias dessa Força moral que sustenta o Mundo.

* * *

A mesma Força construtiva concretizou-se insinuando-se pelo espírito de natural humildade evangélica na obdiência e disciplina, pelo espontâneo amor ao trabalho, a mais essencial das virtudes sociais e a verdadeira fonte da riqueza e da prosperidade dos povos; e deu-se começo, a sério, ao desbravamento dos montes e das chanercas,

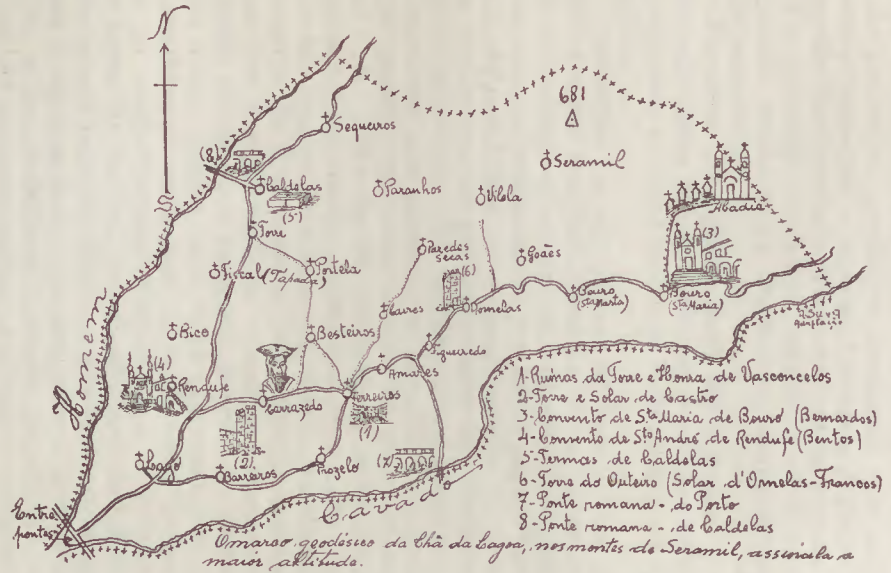
socalcaram-se leiras e campos, criaram-se as granjas, transformando-se em terreno culto e produtivo as terras virgens *irruptas* ou *bravias*.

A natural evolução da família, com o carinho e desvelos de que começou a rodear-se, promoveu o correspondente parcelamento da grande propriedade.

Das primitivas «villas romanas» destacaram-se sucessivamente, como suas fracções, as «vilelas e os vilares» —*villla e villares*, as «quintas, as quintãs e os quintais» —*quintas, quintanas et quintanales*, já considerados em plena idade-média como prédios independentes; e cada nova feição e constante readaptação da propriedade ía exigindo a correlativa e natural demarcação e terminologia.

Aquela fazia-se por meio de *arcas, petras fictas, petras scriptas e lapides*, expressões tão frequentes nas escrituras dos velhos códices; esta podia fundar-se na natureza da gleba, e mais geralmente na especialidade da sua cultura: *barrarius*—«barreiros»; *sautos et pumares*—«soutos e pomares», *linares et linarelios*—«linhares e linharelho», *padules*—«paúl ou panis», *terras vineales, emexinares, ficarias, ceresales, avellanales, mazanarias, pecegales, nogales et perarias*—«vinhais, ameixoeiras, figueiredos, searas, avelãs, macieiras, pecegueiros, nogueiras e pereiras», além de outros, que ficaram a designar toponìmicamente tantas aldeias e lugares conhecidos desta terra; por vezes na natureza de praso—«real e reguengo».

Desde a constituição da propriedade, em unidades e subunidades, à medida que se foi retalhando, à sua denominação e das construções para instalação dos cultivadores da terra, do «feitor»—*factor* ao mais humilde servo da gleba, o «cabaneiro»—*cabanarius*; a «casa, o casal e o caseiro»—*casa ou casula, casal et casarius*; a «sequeira e a fruteira»—*sicaria et fructaria* para recolha dos produtos agrícolas: *centenum triticum, cibatam, avenam, acetonam*—o «centeio, trigo, cevada, aveia, azeitona», *far*—o «farelo», a mais antiga cultura do Lácio; *milium*—o «milho», e abre-se aqui um parêntesis para dar a palavra a Viterbo: «*milhom—segundo documentos antigos, como de 1280, pode concluir-se que já então havia em Portugal milho maiz ou grosso, a que hoje se chama mi-*



Carta topográfica do concelho de Amares

lhão, mas podia ser engano, porque os antigos punham muitas vezes m *sobre o* o.

Que até ao século XVII só havia o milho alvo e foi então que um certo Paulo de Braga o trouxe da India. Ao principio proibiu-se semeá-lo e só alguns cultivaram poucos pés nas suas hortas e jardins, vindo a ser o pão mais geral e frequente nesta região ou provincia e chamam-lhe: milho zaburro, milho grande, milho graúdo, milho maiz, milhão ou milho grosso, e milho de maçaroca.

Também já àquela data há indicios, por documentos, do «milho negro», — *milium nigrum*—milho-rei *que hoje aparece de mistura com o branco e o louro ou amarelo»;*

quintarius—o «quinteiro», *atrium* o «átrio ou adro», *aditus*—o «aido ou eido», *area*—a «eira», *larea*—a «leira», *colina ou cocina*—a «cozinha», *lacar*—o «lagar», *cohortem*—a «corte», *molinum*—o «moinho» para trituração dos cereais, *ad pendulum*—o «alpendre» para recolha de «pensos e mantenças de gados *stramen ou strumen*—que se obtém do aproveitamento da vegetação espontânea: de tudo isto, repete-se, aos móveis e alfaias do casal agrícola: *jugum*—o «jugo», *aratrum*—o «arado», *cubus et cupas*—os «cubos e as cubas» *lectos, mensas et catedras*—as «camas ou leitos, as mesas e as cadeiras» tudo rememora aviva e faz avultar essa obra gigantesca, verdadeiramente monumental da Romanização que o Cristianismo santificou e selou com o signo da Cruz redentora a elevar-se por toda a parte altaneira, a abençoar a terra, dos vértices dos montes e das igrejas, ou à beira dos caminhos, do tôpo dos canastros ou entre guardas na fachada do solar fidalgo ou do modesto casal agrícola; que o guerreiro viu e beijou antes da batalha, na semelhança do punho da sua espada; que o bom lavrador traçava sobre a fronte erguida para o sol que mal despontava, antes de começar o seu trabalho e depois deixava impressa na terra remexida ao terminar da sementeira; que a diligente e nobre mãe de família rural imprimia sobre a massa a levedar no fundo da masseira donde sai, ensopado no suor do rosto do companheiro incansável de todas as horas, o pão que sustenta, há tantos séculos, o lar cristão das nossas aldeias,

fonte perene e vivificadora da grande massa social, em suas mais profundas raizes e tradições.

* * *

Se nos decidirmos a ir ao encontro das nossas aldeias, em meio curso da sua existência, e seja aí por alturas da fundação da Nacionalidade, o quadro que se nos depara, se sob o ponto, de vista moral é de plena força e pujança, na perfeita unidade de diminutas populações que se movimentavam em tôrno das primitivas *ermidas* ou velhas *abadias* de que nestas terras uma sobrevive por memória, monumento e tradição; que uma atmosfera de desânimos e incertezas vinha a dominar através de anos e séculos em que quase exclusivamente puderam contar com o conforto espiritual que da Religião lhes assistia, por outro lado o sensível atraso material é deveras confrangedor; mas no meio dessas dificuldades temporais, que curtem as almas, é que se desenvolveu a Fé inabalável de nossos maiores, ao lançarem os fundamentos de uma Obra imperecível.

As constantes razias com que o inimigo de todos os lados periòdicamente infestava os campos, a provocar um ambiente de teimosa perseguição; no meio dela a ideia que por volta do ano mil alastrara tão impiedosamente na retrógrada mentalidade de um século tão rudemente atormentado de desgraça e desolação — de que se avizinhava o fim do mundo — o povo deixou geralmente de trabalhar, recolheu-se a conventos e a lugares desertos, a rezar, a fazer penitência.

A fome, com todas as demais clamidades, não se fez esperar.

Superiormente, a Igreja esforçou-se inùtilmente por dissipar na imaginação dos povos, desvairados pelo infortúnio, a nociva convicção, impondo-lhes a certeza de que o sangue derramado no cimo do Gólgota, tinha forçosamente de contar muitos mais séculos de redenção; não foi porém, em vão que essas desventuradas gerações levantaram para o Céu angustiosos clamores.

Se o século XI foi ainda tão gravemente atingido pela medonha tempestade que antes se desencadeara, a po-

der da insistente pressão das incursões árabes que flagelaram este noroeste peninsular até às portas de Compostela, esses detestados elementos — a infiel moiráma — que depois escorregava por estes montes num ódio de feroz extermínio a todas as igrejas, santuários, instituições e redutos cristãos, logo esse mesmo Céu começou a varrer-se das nuvens negras e a descortinar-se no horisonte uma aurora de esperança.

E' certo que o período heróico da fundação da Nacionalidade, o qual alcança Afonso III, desviou ainda dos campos o braço do trabalhador, no esforço da necessária consolidação, mas as Inquirições de Afonso II, já anteriormente nos dão inteiro testemunho da profunda organização paroquial que aqui vigorava, tão perfeita na essência como hoje a encontramos.

Se até aí as populações acudiam ao frequente *apelido* de guerra, daí para cá começou a obra de ressurgimento e construção; o que estava feito serviu de padrão ao que houve de fazer-se nas terras reconquistadas para o sul, graças a medidas de inteligentes monarcas, desde a concessão de forais à instituição de feiras e mercados e chamamento dos representantes do povo às cortes gerais; aos métodos reveladamente impulsionadores do rei-lavrador.

Em meio da sua distracção, o homem de hoje, por muito mesmo que se lhe descreva e diga, está geralmente longe de calcular quanta abnegação e sacrifício custou a seus antepassados a terra que pisa aos pés, sulcada e regada de suor e lágrimas de pretéritas gerações, todas empenhadas por brio e honra na guarda e defesa da sua posse; no trabalho que a valorizou e embelezou ao ponto em que se encontra em nossos dias.

Diz a História que os primitivos povos que por aqui viveram — os *celtas* — tinham um culto e especial veneração pelos seus mortos — *os manes;* e, conforme foram sepultando seus pais e avós mais se lhes radicou o amor à terra em que se haviam estabelecido.

Mesmo que alguns glóbulos de sangue dessa longínqua raça não circulasse nas veias das modernas gerações, só esse exemplo seria incentivo de quão redobrado apêgo deveria sentir-se e com quanto duplicado amor de

veria beijar-se a terra que já se confunde com as cinzas de tantas idades precedentes!

* * *

Mas essa operação lenta que no decurso de longos tempos, vem a verificar-se na fisionomia das nossas aldeias, num progresso e prosperidade crescentes, tem que vêr-se e analisar-se.

Uma natural mutação na ordem dos factores, que lhe deram alma e vida, influenciou por desigual o seu desenvolvimento.

Citânias e cividades da Lusitânia, que foram célebres em tempo dos romanos, algumas mal se identificam ou duvidosamente se lhes conhece a localização mesmo por estes montes e vales de Entre-Homem e Cávado, rigorosamente entendido, quando outras decaíram na condição de simples aldeias e lugares insignificantes e outras ainda se apagaram da face da terra, transformando-se em verdadeiros despovoados, cujas ruínas sòmente interessam o domínio da arqueologia.

O natural sentimento de mútuo respeito que as leis da Civilização conseguiram impôr a cada indivíduo, no sentido de que cada um possua e logre pacífica e livremente a terra, só deste modo ela se tornou, em condições normais, mansão de paz desde o cimo das montanhas ao fundo dos vales, à extensão das planícies; das póvoas marítimas na orla do Oceano aos ricos nateiros interiores das margens fluviais.

Quanto mais o homem forte de outrora se dispersou pelos pontos altos e desabridos, em busca de posições estratégicas para sua defesa, da família, de seus rebanhos e haveres, tanto depois apreciou os sítios abrigados, férteis e amenos, até ao desenfreado «centralismo» a usufruir dos requintes do confôrto morno e amolecedor das cidades modernas.

As Inquirições de 1220 ainda nos dão, em parte, uma ideia daquele aspecto da questão: uma mais perfeita organização paroquial nas terras altas, incomparàvelmente mais habitadas, mesmo de elementos da nobreza, herdeira da *cavalaria andante* que por aí se fortificou no

período mais aceso da luta contra os inimigos da Cruz.

A estratégia militar cedeu lugar na paz, à comercial e industrial: enquanto as populações sertanejas estagnaram ou entraram em decadência, as localidades de mais fácil acesso, por terra ou por mar, transformaram-se mais ou menos vertiginosamente nos grandes centros populacionais que admiramos em nossos tempos.

Pode por este prisma observar-se a lenta tranisção por que passaram as terras de Entre-Homem e Cávado, com reserva de que os filhos seus naturais foram geralmente levados na debandada a participar nos empreendimentos que engrandeceram a Pátria à quem e além-mar, quando seus pais, e raramente os irmãos, se deixaram ficar, a moirejar de sol a sol, a socalcar campos e leiras, a dilatar o minguado património rural; o legítimo orgulho do zeloso chefe de família do casal agrícola serviu de emulação e brio no salutar despique em que se debateram os bons e consagrados lavradores de outras eras, quando nada os distraia do meio de seus afazeres, de um mais íntimo contacto com a fazenda-*facienda*.

* * *

Por toda a parte emergem por entre a frondosidade da vegetação as grimpas das torres ou companários, a assinalar no centro da freguesia a velha igreja, sempre cuidada e alindada, desde as paredes alvíssimas, que por vezes destoam entre pardieiros humildes, ao recheio de ricas imagens e altares.

Tantas vezes ampliada e restaurada a expensas dos fregueses ou por voto e devoção do crente, de modo a comportar a família paroquial, cada vez mais numerosa, ela sucede à modesta ermidinha que discretamente se escondeu, sem ousar marcar ao longe a sua presença odiosa aos inimigos de outros tempos menos ditosos.

Levam notícias de umas à outras, a curta distância os dobres e os repiques dos sinos, tão bem se lhes conhece o timbre dos sons, nessa amálgama da dor e da tristeza que se casam no ar, enquanto no chão, se movimenta, indiferente ao próprio tempo que passa, um formiguei-

ro humano a pelejar pelo pão de cada dia.

Que mundo de vidas se prendem a tudo isto por cadeias seguras, dos que por ali ficaram e dos que partiram para longínquas paragens, saudosos dos recantos queridos do lar, das inesquecíveis recordações da infância; que de aventuras, que de romances de que um vivo realismo ressalta, desde esses baptistérios humildes, onde a vida começa, ao repouso tranquilo dos «campos-santos» em que tudo neste mundo finda.

IV

PARTE

IV

PARTE

AMARES

E', por todas as razões, a primeira das freguesias de que vai tratar-se.

Já era cabeça de Entre-Homem e Cávado e deu o nome ao concelho que lhe sucedeu em 1835.

Com as 24 freguesias, de que ficou composto, o concelho de Amares tinha, em 1875 uma população calculada em 12.000 habitantes, distribuidos pelos seus 8.917 hectares, em que se avalia a respectiva superfície.

O número dos prédios, a esse tempo inscritos na matriz, era de 10.549, segundo a Corografia Moderna de J. M. Baptista. Presentemente é de 35.220 rústicos e de 3.916 urbanos.

Deve de andar hoje pelos 17.000 habitantes, partindo de que, em 1952, por efeito do IX Recenseamento Geral da População, tinha 16.248, e eram 7.620 homens e 8.628 mulheres, claro está entre adultos e crianças.

Situada em planície, tem mesmo assim amplos e belos horisontes, que se elevam ao perto e a distância em todos os seus contornos; e, porque a Arte a achou compensada de tantos dotes naturais, naquele particular pouco há que registar-se.

E bem modesto o edifício dos paços do concelho, sem proporções nem imponência que o recomendem; estão no entanto ai instalados, além dos Serviços administrativos da Câmara, e do Julgado Municipal, que ocupam o andar nobre, os da Fazenda, arquivos e cadeia no inferior ao nível da rua.

As Conservatórias, civil e predial, e bem assim o cartório do notário, estão acomodados e dispersos por outros tantos edifícios particulares. Já se referiu que a vila teve pelourinho e foi considerado monumento Nacional, mas hoje dele nem os mais leves sinais se descobrem ao certo.

Desfeito por obra e iniciativa da rude e maldosa ignorância, consta que algumas pedras, possivelmente da base, foram metidas nas escadas do tribunal; uma outra em que se via, cheia a massa de cimento, a entalhadura quadrangular, em que de certo encaixava a respectiva coluna, esteve a servir de lage do passeio por altura das antigas grades da cadeia, e parece que também lhe pertencia um bloco oitavado que aí se encontra a terminar um pequeno muro de suporte, junto das ditas escadas.

Uma praça ajardinada e orlada nas extremidades de alguns razoáveis edifícios, com a designação toponímica de «Largo de D. Gualdim Pais», é dividida pela estrada que vai ao Gerês.

Voltado para ela, destaca-se na parte norte o monumento do herói; a rodear a base 24 escudos talhados na pedra, com o nome de cada uma das freguesias em campo aberto; gravada a seguinte legenda:

«A D. Gualdim Pais a terra de Amares».

Na parte sul da praça, um tanto recatada do centro, a antiga capela de Nossa Senhora do Amparo, que passou a servir de igreja matriz.

A primitiva, de mais vastas proporções, que se levantava ao centro da parte norte, juntamente com o presbitério, capela do Senhor dos Passos e ainda uma parcela do rico passal, ocupavam e excediam dantes toda esta área hoje urbanizada.

Tudo foi desaparecendo, até que um dia, as pessoas que de todos os lados concorreram à feira, no regresso levaram a todos os cantos do concelho a notícia de que a velha igreja tinha desabado.

Retiraram-se dos escombros as imagens e os altares, as pedras e as ossadas para o cemitério que fica a pequena distância, sôbre a estrada, entre Amares e Feira-Nova

Da perspectiva de que também aqui se dispunha de apropriado espaço, nasceu porventura a ideia de que se realizasse na séde do concelho, alternadamente com a Feira-Nova, o tradicional mercado das quartas-feiras que inicialmente se fez no lugar da Feira-Velha da freguesia de Carrazedo e justamente se havia transferido para nova posição, por virtude de se terem igualmente dilatado

Edifício dos Paços do Concelho

para o norte os limites do concelho, com a anexação das freguesias do de Santa Marta de Bouro.

Na prática, a medida não produziu os desejados efeitos.

Dividiram-se os partidos e os feirantes, que muitos decidiram não assentar noutro local as suas tendas, realizando-se simultâneamente um duplo mercado, a entrar em decadência que a indisciplina provoca, e só essa circunstância aconselhou que tudo voltasse ao primitivo estado de coisas.

O povo tem em tudo os seus hábitos entranhados, de que dificilmente se desvia e isto só serviu para dar origem a uma política de rivalidades que perduraram; e só raramente não causam estragos, quando superiormente se lhe opõem as medidas inteligentes e salutares que o bom senso reclama e por vezes as torna propícias ao desenvolvimento das terras, se orientadas com habilidade e subtileza, redundam em despiques e competições em que se ultrapassam.

* * *

No sentido crescente, a família, o casal, a paróquia, o concelho, a mesma nação, representam subunidades e unidades menores e maiores, e nelas a união a sua principal e fundamental razão de ser; e só por este princípio e teoria poderá nortear-se um elemento imparcial, conciliador e coordenador de todas as forças vivas, quando é tempo de desagravar atmosferas de ressentimento que dificulta e tolhe de se conduzir numa só direcção as energias e os valores, o interêsse e as notáveis qualidades de bairrismo que neste caso superabundantemente existem, mas tem-se gasto na dissolvência de caprichos e de interesses mesquinhos.

Factos desta natureza fundam-se geralmente na tacanhês de quem olha mais para dentro do que para fora de si; na falta de ampla visão, de mais largo alcance.

Quem se interessa verdadeiramente pelo engrandecimento da sua terra, não lhe importa que a sua grandeza e progressso se manifeste neste ou naquele ponto; membros bem articulados e associados da mesma família con-

celhia a riqueza, de uns comunica-se invariàvelmente aos outros.

Só tem aspirações quem tem honras e brios; e, se a ninguém é dado operar milagres e apenas pode contar-se com as vantagens e os meios naturais de que toda a nossa terra é sobejamente privilegiada; se tudo redunda em proveito comum, pelo bom nome, pela justa fama e expansão de que é digna, pela sua projecção ao perto e ao longe pela propaganda, pelo turismo que promove, por todos os meios de atracção, únicas vias ao alcance de todas as organizações, e que embora tarde, mas sempre a tempo, já começaram a trilhar-se, é fora de toda a dúvida que os benefícios, que imediatamente ou a longo prazo daí podem advir, nenhuma entidade pode aproveitá-los como do seu exclusivo foro e domínio; é como a semente que se espalha aos quatro ventos e o fruto vem insensìvelmente à mão de todos, amigos e inimigos, que se dispõem a colhê-lo.

Se, na sua melhor e mais pura acepção do termo, o *concelho* se define por uma reunião ou assembleia de povos ou indivíduos animados pelos mesmos ideais e interêsses, logo daí se infere que nem sequer este nome rigorosamente deveria atribuir-se-lhe, se a sua vida, como organização, não fôr a síntese que resulta da perfeita conjugação de forças e energias, de todas as manifestações de vitalidades orientadas no sentido de obter-se um conjunto harmonioso e forte.

Por certo que só por esta razão e com este objectivo acordaram e se fazem sentir já ao longe os «ecos» da nossa terra, a congregar, a chamar a atenção, a entusiasmar, dentro e fora das suas fronteiras, todos os seus filhos a estreitá-los no mesmo pensamento, a ensinuar-lhes a doce espectativa de uma visita bemfazeja, de um regresso festejado; a reclamar, sem borocracias e sem peias, para toda a parte, de um ao outro extremo do concelho, uma melhoria de condições de vida, a atiçar a ideia de grandes empreendimentos; de acudir a necessidades urgentes; e é por este sistema, marcando presença, teimando, insistindo, pedindo sempre, que tudo se consegue, sem egoismo nem ciúmes, não já para muitos de nós mas para os que hão-de suceder depois de nós.

Que não nos acobarde o arrependimento! Os antepassados fizeram, sem se pouparem a esforços, tudo quanto está à vista dos olhos e aproveita ao corpo e recreia a alma: as casas e os campos, os caminhos e as estradas, aquedutos e pontes; igrejas, santuários, monumentos; criaram tradições, romarias, motivos de bela inspiração, de poesia; ensinaram o caminho até junto de devotas ermidinhas dispersas pelo cimo dos montes onde rezavam e folgavam.

E, a este respeito, por que hão-de ficar assim meio erguidas sobre o monte da «Santinha», que não são monumento nem ruinas a assinalar, como em tantos outros lugares semelhantes, o velho castro que ali existiu?

Prossiga-se nesse magnífico exemplo de nossos maiores, que, inspirados das reminiscências do velho culto pelas altitudes, remotos logradouros da antiguidade, desprendiam-se da terra e peregrinavam até lá, a espiritualizarem-se em piedosas romagens, clamores e procissões, a dar princípio a inesquecíveis costumes e tradições, que de modo algum podem deixar-se despenhar no vácuo das modernas concepções.

Tem-se dado o merecido relêvo a uma campanha que patrocina a ideia da construção de uma estrada de acesso, por cada uma das vertentes de Caires e de Caldelas, às alturas de S. Pedro-fins, em que as duas freguesias confinam.

E' obra de vulto, mas de certo modo imperiosa pela força de não se deixar perder as excepcionais condições dessa maravilhosa estância, tornar possível aos modernos meios de transporte a subida a um tão soberbo miradouro de Entre-Homem e Cávado, considerando quanto se dão por satisfeitos e extasiados os olhos dos que, calcurriando a montanha, daí admiram, dando por bem compensado o sacrifício, o surpreendente panorama de meio mundo a seus pés, e ao longe o mar.

Quando o homem forte e destemido de outros tempos não podia deitar-se a repousar, de um dia de trabalhos e fadigas, descuidado da sua família e haveres, porque o inimigo rondava deperto a hora propícia para o assalto, do mesmo modo que das outras freguesias situadas mais ao norte acudiam ao Castelo de Bouro, era a este al-

tíssimo cume que os povos limítrofes trepavam sem enfado, à reunirem-se em velada de armas à volta da clássica fogueira que a outras eminências ao longe dava senha e alarme; e por isso não lhe passou de todo, além dos que já se referiram, este nome de guerra de «Monte do Facho».

Quanto se sacrificaram por assegurar aos vindouros uma melhor época de relativo bem-estar e tranquilidade, a obra do progresso não parou, a cada idade cabem novas responsabilidades.

Sítio por demais digno de toda a veneração e respeito, debruçados sobre este gigantesco varandim da terra e do tempo, os homens de amanhã, medindo o espaço, bendiriam, cada vez mais reconhecidos, a obra das gerações passadas!

* * *

O padroeiro da freguesia é, de tempos imemoriais como no geral acontece nas demais, *S. Salvador — De Sancto Salvatore de Amares* (Inquirições de 1220) — e é de notar a observação do respectivo texto, ***que além dos 8 jurados não havia aqui muitos,*** circunstância que abona à minguada população desse tempo nas terras da planície.

Em 1706, Carvalho da Costa dá-lhe 69 fogos; a Corografia de J. M. Baptista (1875) regista 71 fogos e 309 habitantes; presentemente, pela estatística paroquial, atinge os 160 fogos, com 700 almas.

Não é preciso fazer comentários a tão extraordinário crescimento da população verificado nas nossas principais aldeias nestes últimos 50 anos; o que é de todo indispensável é que às entidades, que de mais perto acompanham este magno problema, não sejam estranhos o carinho, cuidado e atenções que a subsistência do corpo e da alma requere para que a sociedade se mantenha útil a si mesma e à futura, de que é elo e cadeia.

Amares foi abadia da apresentação da mitra.

O edifício da igreja actual foi sujeito a obras de adaptação.

Sobre a porta principal, por baixo do nicho da lin-

Capela da antiga Confraria de Nossa Senhora do Amparo, que serve de Igreja da Freguesia e Vila de Amares

díssima imagem de pedra (pintada) de Nossa Senhora do Amparo, tem numa lápide que sofreu motilação e lhe comeu algumas letras, a seguinte inscrição:

ESTA CAPELLA MANDARÃ FAZER OS IRMÃOS DA I.de DE N. S. DO SOCORRO; na padieira ou verga da mesma porta, a data de 1705, e no canto «*Ampliada e restaurada em 1936*» quer dizer, foi-lhe aumentado o corpo na parte que fica dianteira à torre, que ou teve relógio ou era para lhe ser aplicado, visto o curioso «mostrador» que possui, lavrado em pedra com altos e baixos relêvos.

Também por detraz da porta lateral da capela-mor, do lado do Evangelho, se lê outra inscrição:

«ESTA CAPELLA-MOR MANDOU FAZER O ABB.e MARCOS DE SOUSA COELHO P.a O QUE LHE DEIXA 4 MEDIDAS 2 DE ALVO E MAIS 2 ESTAS NA FREG.a D QUAIRAS LUGAR DO OUTEIRO DIZEMADOS— — 1704».

Há duas Confrarias muito antigas, a de N. Senhora do Amparo e Salvação das Almas, para aqui transferida de Besteiros quando se eriguiu esta Capela, e a do S. S. Sacramento.

Ambas têm estatutos aprovados, artisticamente executados e com iluminuras em letras capitulares.

Tem imagens muito perfeitas, como a de Nossa Senhora da Piedade, e antigas, a de S. Caetano; as principais vieram da antiga matriz.

Mas os valiosos altares, de boa talha e estilo, quer o principal quer os dois laterais, esses também vieram e mais tarde levaram sumiço, constando mesmo que o proveito foi do antiquário por ter encontrado uma bela ocasião de fazer negócio chorudo.

O que não tem remédio, remediado está; conserve-se ao menos o que resta do avultado património sagrado e artístico de tantas das nossas igrejas e Santuários!

Acompanhou-os um precioso retábulo de madeira que se encontrava a meio do arco-cruzeiro, no lugar do actual sanefão, adquirido a quando dos novos e modernos altares; e representava a S. S. Trindade a coroar N.ª Senhora.

Na sãcristia existe uma tela com o belo retrato de

S.to António e o Menino Jesus nos braços; está assinada e revela muita antiguidade. Bem merecia ser classificada e restaurada.

Tem valiosos paramentos antigos, de boa seda, guarnecidos e afestoados de galões de autêntica lhama de prata dourada. Consta que os melhores vieram do Convento de Bouro.

No momento que se colige esta breve notícia, decorrem na igreja obras gerais de certa importância, promovidas por esclarecido benfeitor que vela pela manutenção do bom gosto e integridade do conjunto.

A freguesia de Amares tem, além da vila, os seguintes lugares:

Paços, Cancela da Cruz, Eirado, Casas Novas, Ribeira, Capela, Granja e Extremo.

Pelo Decreto 40.251, de 8 de Julho de 1955 foi incluído na Vila de Amares a parte da freguesia de Ferreiros abrangida pelos estudos de urbanização.

* * *

As Inquirições que tantos conhecimentos têm subministrado, e podem considerar-se, se bem que não elaboradas com esse fim, o primeiro estudo monográfico das freguesias do norte do país, pelo menos os breves textos das primeiras (1220) deveriam justamente ocupar lugar de honra do presente trabalho.

Como, porém, a transcrição integral do latim agrava sobremodo, e sem vantagem de maior, o serviço de composição e o indiscutível sacrifício dos entusiastas pela obra, transcreve-se apenas nesta primeira freguesia; nas restantes sòmente a respectiva tradução.

Merece reparo como na idade-média se chamavam os indivíduos simplesmente pelo nome próprio seguido do patronímico (nome do pai) e raramente se confundiam pela denominação.

Mas, quando isso podia acontecer, valiam-se de apelidos e alcunhas, com base em qualidades e defeitos físicos e morais, naturalidade, profissões e outros recursos que aqui seria fastidioso enumerar, muito menos historiar até ao emaranhado sistema dos actuais meios de identificação.

Daqui provieram os títulos e os próprios cognomes que os monarcas mantiveram por tradição.

De Sancto Salvatore de Amares — *Pelagius Monacus abbas, Petrus Pelagiz, Suerius Pelagiz, Petrus Sueriz, Petrus Maurus, Petrus Martiniz, Petruz Pelagiz, Suerius Viegas, et non sunt ibi plures, jurati dixerunt quod Rex nullum habet ibi Regalengum, quia dedit quantum ibi habebat per cartam Martino Gunsalviz Sanchia, scilicet, terciam de tota villa.*

«Paio Monge abade, Pedro Pais, Soeiro Pais, Pedro Soares, Pedro Mouro, Pedro Martins, Pedro Pais, Soeiro Viegas, e não há aí muitos (ou mais, geralmente eram onze), jurados disseram que o Rei nenhum Reguengo (direito real) aí tem, porque deu por carta quanto aí tinha a Martinho Gonçalves Sanchinho, isto é, a terça de toda a vila.»

Fazendo-se estas chamadas, têm-se presentes nomes de Portugueses das primeiras horas e presta-se-lhes devida homenagem; anciãos ao tempo de Afonso II, certamente alguns conheceram seu avô, o glorioso Fundador.

E remata-se deste modo o fim com o princípio.

Largo de D. Gualdim Pais—Amares

BARREIROS

Situada em campina, na vertente do Cávado, tem largas vistas sobre as aldeias da margem oposta, pertencentes ao concelho de Braga.

Antiga vigairaria da apresentação do dom abade de Rendufe a cujo couto pertencia, não figura com este nome nas primeiras Inquirições. Parece corresponder-lhe «*De Sancto Petro de Trianaa*» que por exclusão não deve ser senão esta.

Conservou-se o nome do padroeiro, como há-de ver-se noutros casos idênticos, e seja o da vizinha S. Tomé de Proselo, que primitivamente foi S. Tomé de Ancede.

Passou a reitoria e consta que foi aqui o solar dos «Barreiros».

Carvalho da Costa (1706) deu-lhe 63 vizinhos, Baptista (1875) eleva para 112 com 580 almas.

De momento, pela estatística paroquial, anda por 150 fogos com 600 habitantes.

Compõe-se dos lugares do *Monte, Queirões, Minhotos, Gorda, Passos, Além, Pombal, Carvalhal, Barral, Pena, Eirado, Vilar, Salgueiral e Lameira.*

O edifício da igreja é bem conformado e bastante espaçoso, mas enche-se completamente de fieis durante os ofícios dominicais.

Tem sofrido ampliações e frequentes reparos, os últimos de maior importância pelo ano de 1928. E' provido de torreão com dois sinos.

Os altares são de construção recente e encontram-se ainda despidos de pintura e doiramento que hão-de dar-lhe o devido brilho e realce; sobretudo o altar-mór muito beneficiará com esse acabamento, porquanto apresenta certa imponência de fábrica.

E' obra de tomo, no entanto os paroquianos prepara-se para enfrentar essa despesa.

Igreja de Barreiros

Na base da tribuna está uma perfeitíssima escultura de Cristo na cruz, tamanho quase o natural. Tem andor próprio e toma invariàvelmente parte na tradicional procissão de N. Senhora das Angústias, levando aos pés, a modo de avivar o quadro doloroso do alto do Calvário, uma pequena lage de N. S.ª das Dores.

Esta festa realiza-se todos os anos, com muita solenidade e concorrência de forasteiros, no primeiro domingo de Agosto.

Os dois altares laterais são o do lado do Evangelho dedicado a N. Senhora de Fátima e do outro ao Coração de Jesus, tendo mais de cada lado um nicho de madeira bem trabalhado e respectiva imagem.

Tem sòmente as imagens precisas; nalguns templos depara-se com uma demasiada população de «santinhos», entronizados aos dois e três muito juntos, sem se poder concluir de que invocação é o oratório ou altar.

As Confrarias são duas: a do S.S. Sacramento e a das Almas, ambas antigas e regidas por estatutos aprovados; também houve a de N. Senhora do Rosário, que não tinha estatutos e extinguiu-se.

Ficou por memória da sua existência uma interessantíssima imagem da mesma invocação, a qual revela bastante antiguidade, possìvelmente do século XVII, e é de madeira.

O senhor abade encontrou-a em bocados e tendo averiguado que mesmo assim era objecto de interêsse dos tais especuladores, tomou a iniciativa de mandar restaurá-la; e ela lá está na sãcristia, em pequeno nicho singelo, como lhe fica bem, a par da já referida Senhora das Dores, que parece ter sido a primeira padroeira da Capela das Angústias, até que em tempo de que quase ninguém se recorda foi substituída pela actual que é de mais avultada estatura e ostenta vestido e manto de seda.

A sãcristia não é grande nem dispõe de credências ou móveis valiosos; impressiona, no entanto, pelo bom tom e apurado gosto artístico que presidiu à arrumação de seu recheio, na leveza do conjunto e disposição das peças, a dar a ideia de um despretencioso museu paroquial.

Uma elegante cadeira paroquial, de couros estampados em relêvo e cravejados em assento e costas de

grande espaldar, estilo Luis XV, conforme inventário do arquivo; um característico móvel, tipo armário de madeira, forrado interiormente a papel e porta alta com fechadura guarnecida de espelho forma de coração, consta ter sido o primitivo sacrário e leva esses jeitos.

O sacrário, pertencente aos altares que foram substituidos ainda existe e deixa ver que o estilo do conjunto era o da «Renascença decadente».

Entre outros paramentos muito mais modernos, um valioso terno-casula, estola e manípulo, de finíssimo damasco, forrado de seda carmesim e galoado de autêntica lhama de prata dourada, encontra-se em magnífico estado de conservação: diz-se proveniente de Rendufe.

Outras preciosidades que, pelo sagrado fim a que se destinam, acham-se devidamente resguardadas.

Duas cruzes paroquiais: a mais antiga, tipo cruz *flordelisada* ou *florente*, das que o santo arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires mandou distribuir pelas igrejas pobres; a moderna, metal e forma vulgares, das que geralmente aparecem a uso nas festividades e procissões solenes, ou se ornamentam com cercadura, flores e aromas, com especial esmêro e brilho, para andar na visita pascal.

Em algumas terras, ainda há bem pouco tempo, era com ricas cadeias, cordões e outros objectos de oiro que se entretenciam e combinavam, a formar um leito de oiro à cruz, que pessoa especializada executava esse complicado trabalho.

O «mordomo da cruz» valia-se para esse fim das famílias conhecidas e amigas que lhe confiavam, se fosse preciso, todo o oiro que possuiam.

A residência, depois da recente transformação porque passou, apresenta-se com certo ar de asseio, no fundo do quintal todo soalheiro.

Barreiros também irigiu o seu monumento comemorativo dos centenários da Fundação e da Restauração, consiste numa cruz de Cristo a encimar a esfera armilar, sobre esbelta coluna granítica e na base as respectivas datas.

É dotada de bom edifício escolar do Plano dos Centenários.

Nossa Senhora das Angústias

Existe o antigo cruzeiro, muito curioso; sobre alto e delicado fuste de pedra firmava-se a cruz, mas a queda do arco, que ficou da última festividade da S.ª das Angústias, derrubou-a e partiu; consta que também tinha um globo ou esfera, atravessada por uma espada de ferro, que desapareceu há muito, havendo quem se lembre de os «mascarados» aparecerem com ela pelas desfolhadas.

Nas próximidades da igreja vêm-se outras cruzes que devem ser da «via-sacra».

É terra muito fértil, de campos, veigas e várzeas que se dilatam até às margens do Cávado; de proprietários de bons casais com profundas tradições cristãs, de que saiu um bom escol de eclesiásticos que de presente lustram a Igreja Bracarense, no exercício do magistério nos seus estabelecimentos e desempenho de cargos e dignidades do respectivo Cabido.

Sem desprimor para qualquer outra, as terras mais recatadas dos centros e vias de comunicação e rotação, demonstra-o a experiência, que por mais preservadas da infiltração de elementos deletérios, prestam-se a um ambiente mais propício à manutenção dos bons costumes e da moral no seio das famílias, quanto é lastimosamente certo que muita gente só sabe tirar mau partido de facilidades e meios de progresso e civilização que foram criados e postos à disposição de todos; e este é um deplorável fenómeno da vida social dos nossos campos!

Subsistem felizmente no arquivo paroquial os *«Capítulos das Visitas»*, em dois maços forrados a carneira, o 1.º com 145 meias folhas numeradas e rubricadas; o 2.º com 99, porém em branco a partir da 18.

Contém, impressas, pastorais dos arcebispos D. Gaspar e D. José e uma carta encíclica de Clemente XIV; e manuscritos os «capítulos das visitas» com instruções e recomendações aos Rev.mos párocos pelos visitadores de Entre-Homem e Cávado e Vale de Tamel, que para este efeito andavam juntos.

A abertura do 1.º maço é de 29 de Agosto de 1696; e a do 2.º de 25 de Maio de 1827.

Logo ao princípio deste estão exaradas duas portarias dimanadas do Paço das Necessidades, com datas de

24 e 28 de Maio de 1834 e da mão do tristemente célebre ministro Joaquim António de Aguiar.

Armando-se em protector zeloso, a quem (*a conservação da S.ta Religião Católica Romana merecia os maiores cuidados e desvellos*» critica e, ameaça o clero tanto secular como regular, de todas as hierarquias, pela activa participação que tomou contra a Carta, por ter-se alistado, fardado e pegado em armas a favor do Governo que chama da «usurpação».

Com efeito, bem depressa se desmascarou e vibrou o mais terrível golpe que as Instituições eclesiásticas sofreram em Portugal.

Os «Livros dos Capítulos» são o mais fiel e meticuloso repositório da história local; porém, sobre outras circunstâncias, a falta de regularidade das visitas foi a principal razão do seu irremediável desaparecimento de quase todos os arquivos paroquiais.

Nestes livros de Barreiros também se encontra frequente menção da capela de N. S.ª das Angustias, com sentido à sua conservação e decência, donde se conclui que é muito antiga.

E' um templozinho espaçoso e dispõe de côro, púlpito e sacristia.

E' servida pela estrada municipal que vai do Paço de Lago à Feira Nova.

Das Inquirições de 1220: «**De Sancto Petro de Triana**»*João Peres, abade, Soeiro Peres, Gonçalo Soares, Dom Domingos, Paio Peres, Pedro Anes, Paio Peres, jurados disseram que o Rei nenhum reguengo tinha ai..... porque estava no couto de Rendufe*».

BESTEIROS

Estende-se pelo sopé da encosta do monte de S. Pedro-fins, com explêndidas vistas.

E' muito fértil de todos os cereais, vinho, azeite e de de todos os frutos, especialmente a soborosíssima laranja que tem grande fama.

Em 1706 tinha 56 vizinhos; em 1875 dava-se-lhe 95 por 355 habitantes; hoje conta 125 fogos com 630 almas.

Foi abadia da apresentação da mitra e o padroeiro é o milagroso S. Paio, advogado da agricultura.

Teve um bom passal e residência, que foram vendidos, de modo que não dispõe de quaisquer instalações para o pároco. Vive anexa à vizinha freguesia de Caires.

Tem os lugares da Igreja, Vila (foi Portinha), Estrumadouro, Carvalho, Assamaça, Ouvim, Redondelo, Vinhadouro, Enxurreira, Souto, Cerdedo, Quinta Seca, Monte, Além, Bárrio, Areal e Espinheira.

A matriz é muito antiga; exteriormente, na empena de nascente está a descoberto uma pedra, com inscrição ilegível, possìvelmente romana. Por alguns sinais que se percebem, parece estar de pernas para o ar

Fora o altar-mor, tem seis altares laterais:

Obliquados nos ângulos com o arco-cruzeiro, do lado do Evangelho, o de N. Senhora das Dores e, fronteiro, o do Sagrado Coração de Jesus e de Maria.

Mais abaixo, metidos em arcos, da parede, o de S. Pedro de Rates e Santa Úrsula, com uma urna envidraçada, onde está o Senhor Morto. E' tradição que esteve lá primitivamente a imagem do Senhor da Cana Verde. Realmente tem no alto o seguinte versículo da paixão: *Bajulans sibi crucem.*

Em frente, formando pequena nave, a capela privativa de N. Senhora do Resgate, onde antigamente se

celebravam as cerimónias da Semana Santa ou Semana-Maior. Tem rasgadas para o adro, duas pequenas frestas envidraçadas.

Ao fundo da igreja, perto do anteparo e com as cimeiras quase a tocar na grade do côro, o de N. Senhora de Fátima e, de fronte, o de Santa Filomena. Estes foram adquiridos há pouco tempo e vieram do Convento da Visitação, em S. Miguel das Aves.

A pia do baptismo é de forma octogonal e bastante curiosa.

Na sãcristia, sôbre a grande «comoda» de guarda de paramentos, está um oratório muito antigo; a pianha do crucifixo, é uma interessante miniatura de presépio esculpido em madeira, mas faltam-lhe as figuras, tendo dos lados, em pequenos nichos, duas imagens de madeira, igualmente antigas, a de S.to António e outra.

No cimo do alçado, duas figuras de anjo, em alto relêvo.

Tem várias cruzes paroquiais, de metal e estilo vulgares.

Embutido na parede da sãcristia, tem um lavabo artìsticamente lavrado em bom granito, com carranca a deitar água pela bôca sobre uma taça.

Estabeleceu finalmente a sua séde nesta igreja a histórica confraria de S. Pedro de Rates, que primeiro andou encorporada na paroquial de Carrazedo e depois, por conveniências e respeitos que assim o pediram, passou à capela de N. Senhora da Guia, da Casa da Tapada.

Reservada só a eclesiásticos, esta irmandade foi instituida com o fim de socorrerem-se os irmãos uns aos outros nos apertos da morte.

Não se sabe ao certo em que ano foi criada, mas presume-se por tradição, conforme referem os estatutos, que seria por volta de 1552, data em que foram trasladadas para a Sé de Braga as preciosas relíquias do seu primeiro prelado e pastor, o glorioso mártir S. Pedro de Rates, que os primeiros fundadores tomaram por patrono e pedra fundamental da mesma.

Outros consideraram-na ainda mais antiga; e o que é certo é que, com tão acertados princípios, a sociedade de irmãos foi crescendo, de modo que em pouco tempo

Igreja de Besteiros

chegou a ser a mais autorizada de Entre-Minho e Douro, pois desde logo se lhe uniram os demais sacerdotes dos concelhos que então eram Regalados, Vila-Chã, S. João de Rei, Lanhoso, Couto de Bouro e termo de Braga, conservando-se nela por muitos anos.

As Casas de Castro e da Tapada deram-lhe o calor da sua notável influência, elevando-a ao máximo esplendor.

Depois sobreveio, como em tudo que primou pelo zêlo e piedade cristã, o abandono e a decadência.

Reconhecida a impossibilidade de manter-se no rigor dos primeiros regulamentos, que prescreviam a exclusão de irmãos leigos, já os tem de momento; e, por coincidência, no acto que se toma este apontamento encontra-se junto do respectivo pároco uma comissão de fervorosos paroquianos de Besteiros, decididos a dar-lhe nova vida, a estudar os planos e a solicitar que lhes seja franqueada a admissão, porquanto, só com a actividade de pouquíssimos confrades sacerdotes, torna-se cada vez mais precária a sua situação.

Esta confraria possui considerável património de valores e alfaias religiosas, como sejam a cruz privativa de 4 hastes (arquiepiscopal) e ricos paramentos de origem, sendo propósito dos pretensos confrades prover à sua melhor conservação e guarda.

Também dispõe de valioso arquivo, onde existem cadernos e livros de contas e de estatutos, manuscritos e impressos, que, neste caso como em todos, só poderia avaliar-se o crime de negligência ou má-fé no seu desaparecimento ou extravio, quando um dia por qualquer razão se pensasse em reconstruir, a rigor, a história de tão antigas instituições.

Infelizmente não se descobriram nesta freguesia quaisquer «livros de capítulos de visitas».

Existe ainda a Confraria do Senhor do Areal, com estatutos e capela própria, muito antiga e cuja invocação serve de motivo à principal festividade que anualmente se realiza na freguesia.

Também a Confraria do S.S. Sacramento, que anda com certa decadência, mas é empenho dos confrades imprimir-lhe o devido rejuvenescimento.

Fôra erecta nesta igreja a Irmandade de N. Senhora do Amparo, pelo reverendo Pedro de Carvalho, que era abade da mesma, e por João Machado de Azevedo (Castro), no ano de 1655, e aqui se conservou até 1705, em que passou para a de Amares e teve capela própria que os irmãos mandaram construir e hoje é a igreja matriz, como em devido lugar se referiu.

Não é preciso encarecer a dupla vantagem destas associações paroquiais. Os que sentem sobre os ombros a responsabilidade de condução espiritual sabem melhor quanto, mesmo sob o aspecto da formação social, vai de importância em tirar delas o maior rendimento, pelo convívio das reuniões, das assembleias, das conferências, pelo contacto dos velhos de são conselho com as veleidades da gente moça, pela garantia de futura estabilidade de princípios morais e cristãos, que o mundanismo por seus meios tanto perturba, desorienta e arrasta.

* * *

No antigo passal, junto à igreja, é tradição que existiu uma palmeira que, pela sua magestosa grandeza, mostrava contar muitos séculos, mas secou há já muitos anos, segundo se disse, por lhe cortarem a haste principal.

No sítio chamado «Lama da Quinta» havia uma nascente de excelentes águas férreas.

Teve esta igreja uma regalia que nenhuma outra do concelho possuia, e também é prova incontestável da sua muita antiguidade, talvez mesmo de aqui ter existido outrora alguma comunidade religiosa ou monástico-militar, se se atender ao antiquíssimo termo por que se designa a freguesia — *balestarius*.

E consistia em receber foros e pensões em Santa Maria de Ferreiros, S. Salvador de Amares, S. Pedro de Figueiredo e S. Salvador de Dornelas.

P. Leal traz a seguinte notícia (1873):

«A Igreja matriz é muito antiga, mas está muito decente. Foi reedificada no ano de 1747, sendo abade Diogo da Costa. Sendo, porém, antiquíssimo o retábulo da capela-mór, provàvelmente o da primitiva igreja, e achando-se por isso em completo estado de ruína, procedeu-se no

S. Pedro de Rates — Besteiros

ano de 1862 à colocação de novo retábulo, e encontrou-se por essa ocasião no altar-mór, que era todo de pedra, uma pequena pia da mesma matéria, contendo uma caixa de metal e dentro dela várias relíquias, com um pergaminho, muito gasto do tempo, escrito pelo abade (o licenciado Pedro de Carvalhais) do qual constava o seguinte:

Que no dia 25 de Agosto de 1614, fazendo visita a esta igreja o cónego da Sé de Braga, Miguel Sequeira Pinheiro, se abrira o altar do bemaventurado S. Paio e que dentro de uma caixa de pau, muito gasta do tempo, foram encontradas as seguintes relíquias:—S. João Evangelista; S. Bartolomeu, apóstolo; S. Tiago, apóstolo; S. Celestino, bispo; Santa Leocádia; Santa Marinha e Santa Cristina. Mais algumas se continham na dita caixa, mas por estar muito gasto o dito pergaminho, não se pôde averiguar a quem pertenciam.

Declarava mais o dito pergaminho que não fora encontrada alguma de S. Paio; mas que ele abade a acrescentará por lha ter dado um religioso da ordem de S. Bento, que a tinha tirado de relicário de Refojos de Basto.

Além desta, acrescentará mais as seguintes: — de Santo Inocêncio; de S. Vicente, papa, mártir; de S. Simão mártir; de S. Zenónio; de Santa Pluremes, mártir; as quais houvera das mãos de religiosos, e que assim as colocara todas no mesmo lugar.

No verso do mesmo pergaminho lê-se o seguinte:— Achei estas santas relíquias no ano de 1747, quando se demoliu a capela-mór para se fazer de novo; estavam no altar que se refere nesta relação e na mesma forma as tornei a colocar no mesmo altar, e para constar fiz esta clareza. Hoje, 4 de Junho de 1748. — O abade *Diogo da Costa*.

Achando-se gastas do tempo as caixas em que foram encontradas as relíquias em 1614, e podendo com certeza calcular-se, que para isso seria preciso decorrer não menos anos, que os que decorreram até 1747, temos que as relíquias contam nesta igreja mais de 400 anos (em 1873); o que é prova mais que sobeja da sua antiguidade.

Estas relíquias podem considerar-se misteriosamente perdidas. Se ainda hoje são objecto de grande veneração e estima as que se guardam dispersas por tantas ba-

sílicas e santuários, na idade-média a sua procura, como a discussão do sua posse, deu até lugares a grandes contendas e renhidas batalhas.

Considere-se aquela estranha atitude do bispo galego Diogo Gelmires, que, sob o disfarce de uma visita ao arcebispo S. Geraldo, desceu a Braga com sua comitiva e, apoderando-se de corpos inteiros de santos mártires e outras sagradas relíquias a que pôde deitar a mão, pôs tudo sobre animais de carga e passou-se rápida e sossegadamente a S. Tiago de Compostela.

Esta foi certamente uma das mais próximas causas de grave cisão entre Portucalenses e leoneses, que ferozmente dirimiu em Vale-de-Vez e noutros recontros.

* * *

Há nesta freguesia duas capelas particulares:

A de S. Bento, anexa ao velho e histórico solar de Assamaça, fundado por Rodrigo Anes **de Vasconcelos** (o trovador), que para aqui se transferiu; e este foi possìvelmente o motivo de aquele primitivo berço desta nobilíssima familia ter começado a cair em ruínas.

* * *

Por inexcedível deferência dos actuais proprietários do «solar de Santo António» sito no lugar de Vinhadouro-Vinha-de-oiro, que por forma tão inesperada facultaram a consulta e até a posse momentânea de preciosos elementos do arquivo de sua ilustre Casa, foi possível documentar e enriquecer a notícia desta freguesia com mais valiosas recordações:

Do Livro de Brasão, na capa, gravada a oiro, a data de 1748; aberto, em pergaminho, com cercadura e maiúscula na primeira página:

«**Dom João** por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalém mar ê Africa senhor de Guiné e da conquista navegação do comercio da Ethiopia Arabia Percia e India Faço saber aos que esta minha carta virem, que Antonio Fernandes da Silva da freguezia de Sam-Payo de Besteiros concelho de entre homem e Cavado, Arce-

Casa de Santo António de Vinhadouro
(Interessante solar do século XVIII)

bispado de Braga, me fez petição dizendome que elle vinha por legítima descendencia da nobre geração e linhagem dos Silvas e Ferreyras os quais neste Reyno são fidalgos de linhagem Solar e Cota de Armas, e assim lhe pertencião de direito e me pedia por mercê que para a memoria de seus antecessores se não perder e elle uzar e gozar das honras das Armas que pellos merecimentos de seus servissos ganharão e lhe forão dadas, assim dos previlegios, honras, graças e merces que por direito e por bem dellas lhe pertencem, lhe mandace dar minha carta das ditas Armas que estavão registadas em os livros dos registos das Armas dos nobres e fidalgos de meus Reynos que tem Portugal meu *(passa a 2.a página)* meu principal Rey darmas. Para o que me aprezentou hua sentença de justificação de sua ascendencia e nobreza, proferida pello Doutor Pedro Velho de Jaguar meu Dezembargador e Corregedor do Cível em esta minha corte e caza de Suplicação escripta por João Gonçalves da Costa q serve, por impedimento de António Soares Guerreyro, Escrivão do dito juizo em a qual depois de tirar inquirição testemunhas, julgou o dito meu corregedor ser o supplicante pessoa nobre e parente das ditas familias de Silvas e Teixeiras. Por provar ser filho legítimo de António Fernandes e de sua molher Sabina Antunes Irmã inteira do Padre António Antunes da Silva, e os ditos António Fernandes e sua m.er forão tambem Pays de Custodio Fernandes de Silva e de Domingos da Silva. Neto o supp. e de Francisco Antunes da Silva, digo, de Francisco Antunes e da sua m.er Joanna da Silva Ferreira.

Bisneto de João Ferreira e de sua m.er Joanna da Silva, e esta filha legítima de Domingos Pinheiro e de sua m.er Maria da Silva, q. foy filha de Gaspar da Silva e de sua m.er Catherina Gonçalves da freguezia da Torre o qual Gaspar da Silva foy filho de Francisco Afonço e de sua m.er Ignacia da Silva moradores na dita freguesia da Torre, e a dita Ignacia da Silva foy filha de Tristão Feyo da Cunha e de sua m.er Constança Ferras filha de Gaspar da Silva Cavalleyro Fidalgo de minha caza e de sua m.er (vem a 2.ª fl. com o desenho do brasão iluminado, como adiante se escreve) D. Izabel moradores q. forão na dita freguesia da Torre, e que os ditos seus Pays e Avos forão pessoas

nobres das ditas famílias de Silvas e Ferreyras, e aparentados cõ as de mayor qualidade da sua provincia e como taes se tratarão a ley da nobreza servindo os cargos nobres do seu concelho — sendo fidalgos de cotta de Armas, e que ao supp. e como seu descendente lhe pertence o mesmo previllegio e Armas. As quais lhe mando dar em minha carta com seu Brazão, Elmo e Timbre como aqui são devizadas, e assim como fiel e verdadeiramente se acharão illuminadas e registadas em os livros do dito Portugal meu Rey darmas. — A saber — Hum escudo partido em pallas, na primeira as Armas dos Silvas que são em campo de prata hum leão de purpura armado de azul. Na segunda palla as Armas dos Ferreyras, que são em campo sanguinho quatro faxas de ouro. Elmo de prata aberto guarnecido de ouro. Timbre o dos Silvas, que he o mesmo leão das Armas. E por differença hua brica azul com um crecente de ouro. O qual escudo e Armas poderá trazer e traga o dito António Fernandes da Silva assim como as troucerão, e dellas uzarão os ditos nobres, e antigos fidalgos seus antepassados em tempo dos muy esclarecidos Reys meus antecessores, e com ellas possa entrar em (3.ª fl.) em batalhas, campos, retos, escaramuças e exercitar com ellas todos os outros actos licitos da guerra, e da pax, e assim as podera trazer em seus firmais, aneis, senetes, e devizas pollas em suas cazas e idefícios, e deichallas sobre sua propria sepultura, e finalmente se podera servir, honrar, gozar, e aproveitar dellas em todo e por todo como a sua nobreza convem. Com o que quero e me pras que haja elle todas as honras, previllégios, liberdades, graças, mercês, izenções e franquezas que hão, e devem haver os fidalgos nobres e de antiga linhagem, e como sempre de todo uzarão e gozarão os ditos seus antepassados. Pello que. Mando a todos meus Dezembargadores, Corregedores, Juizes, Justiças, Alcaydes, e em especial aos meus Reys d armas, Arautos, e Paça vantes, e a quaisquer outros officiais e pessoas a quem esta minha carta for mostrada, e o conhecimento della pertencer que em todo lha cumprão e guardem, e fação comprir e guardar como nella he contheudo sem duvida nem embargo algum que em ella lhe seja posto por q. assim hé minha mercê. El-Rey N. S. o mandou por Ma-

noel Pereyra da Silva seu Rey darmas Portugal. Frey Manoel de Sancto Antonio da ordem de S. Paulo e Reformador do cartorio da nobreza: a fes em Lisboa aos vinte e três dias do mes de Agosto do Anno de mil sete centos quarenta e outo. E eu (subscrita pelo próprio) Hylario da Costa Barreyros, Telles. cavalleyro da caza de sua Mag.de e proprietário do off.º de escrivam da Nobreza nestes Reynos, e Senhorios de Portugal, e suas conquistas, a subscrevi. (a)—P.Rey darmas, P.al-Fica registado este Brasão de Armas, no L.º duodécimo as fls. 92. Lisboa, vinte e quatro de Agosto de 1748. (a)- Hyllaryo da Costa Barreyros Telles. Fica Registado no Livro darmas deste concelho de entre homen e quavedo a fls. setenta e sinco por diante por mim Antonio Sarayva da Silva escrivam da camera e Almotaceria e para constar me assigno hoje em Amares e Marso 2 de 1750. (a)- Antonio Sarayva da Silva. Fica registado no Livro da Camera da villa da ponte da Barca a fls. 147 por diante, em 23 de Abril de 1751— (a) — João Villar...?„

Os Silvas procedem, como os Vasconcelos, da dinastia ásture-leonesa, pelo lado daqueles também famosos guerreiros e alcaides, que foram, a par dos *Ordonhos* e dos *Osórios*, os *Guterres*, e os *Alderetes da Silva*, que assim se apelidaram do seu primitivo solar que foi na freguesia de Silva, do concelho de Barcelos.

Ao tempo de Afonso VI de Leão, era seu «adiantado-mor» nestas terras o rico-homem D. Paio Guterres da Silva que fundou o mosteiro de Tibães; com Afonso II de Portugal, o poderoso arcebispo de Braga, D. Estêvão Soares da Silva, encontra-se na brecha das contendas entre a nobreza e a coroa, às quais se seguiu a deposição de Sancho II.

Esta Familia teve o seu cronista, Don Luiz de Salazar e Castro, na «História de la Casa de Silva.». Porque era verdadeiramente nobre, o povo, no seu espirito de imitação, adotou largamente este apelido, que teve em Portugal a vasta projecção que se conhece.

Presentes à vista outros importantes documentos e escrituras respeitantes à fébrica, culto e bens vinculados à primitiva ermida de Santo António:

1.º Em data de 8 de Dezembro de 1739, o Padre An-

tónio Antunes da Silva, da mesma Casa e lugar, alega que a capela se acha "em grande perigo de arruinar-se„ e deseja reedificá-la. Não é preciso melhor testemunho da sua muita antiguidade. Consta de documentos, que agora não foi possível encontrar, que o nicho de S.to António já havia ruído em 1665 e que o altar actual, Renascença veio da igreja da Portela.

2.º— Já reconstruida, em 8 de Agosto de 1740, pede licença para celebrar missa nela e fazer a festa do Santo com procissão, até ao mês das almas (novembro). Seguem-se as inquirições do estilo e uma escritura de dotação feita em 29 de Agosto de 1658.

3.º O mesmo padre António Antunes da Silva requere e obtem da Corregedoria de Viana da foz do Lima um traslado da mesma escritura de dotação.

4.º De— 1782 a 84 vários documentos pelos quais se pode reconstituir a história de uma questão, porque António Fernandes Ferreira, da mesma Casa, obtida provisão régia, entestou na sua capela as paredes que impediam o circuito da mesma.

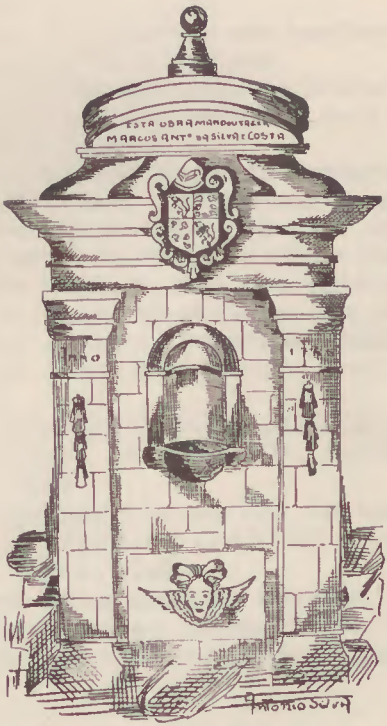
Interveio o rev. visitador, cónego José da Silva, que no « Livro dos Capítulos „ ordenou a sua total demolição.

Provada que foi a posse do terreno circundado e tambem da própria ermida, que seus antepassados haviam edificado e dotado, ficou afinal sem efeito aquela capitulação.

Era abade de Besteiros o padre Diogo Manuel da Costa.

5.o Duas «cartas de mercê», a primeira, assinada pela Rainha D. Maria, dada no Paço de Belém em 19 de Dezembro de 1846, nomeia Francisco Xavier Fernandes de Almeida para o lugar de Administrador efectivo do concelho de Amares; a segunda, assinada por D. Carlos, com selos pendentes, dada no Paço das Necessidades, em 8 de Junho de 1893, nomeia o Bacharel José Xavier Pereira da Silva para o lugar de Delegado do Procurador Régio na Comarca de Montalegre.

* * *



Reprodução do Fontanário que abastecia o «Viveiro», na Quinta de Santa Ana

* * *

Houve ainda outra importante capela, dedicada a Santa Ana e na Quinta do mesmo nome, mas essa de todo se desmantelou, que no sítio nem sequer ficaram dela os menores vestígios.

Pinho Leal diz que pertenceu aos herdeiros de Alexandre de Sá, fidalgo de Ponte de Lima.

Era dotada de sólida contrução, de abóbada de tijolo de modo a supôr-se que fôra edificada para mausoléu da nobre família que a possuira.

As cantarias, que lhe serviram de frontaria, guarnecem ali ao pé, ao que parece, uma portada de garagem; e duas pedras sepulcrais, brasonadas, deixaram em profano, sob o *statumen* de uma eira térrea, as cinzas dos fidalgos, e foram levadas mais longe, ou seja ao cemitério de Ferreiros, a cobrirem as de quaisquer outros que *depois de mortos foram filhos de algo e puseram brasão*.

Uma delas tem a seguinte inscrição, encimada pelo brasão dos Borges:

«AQUI JAZ BENTO DA SILVA BORGES, FIDALGO DA CASA DE SUA MAGESTADE. INSTITUIDOR DESTA CAPELA — 1730».

A outra, também sob o escudo dos Abreus:

«AQUI JAZ D. VENTURA D ABREU (o resto ilegível) termina com a data de 1748».

Há pela quinta outros sinais de fidalguia, como seja, junto de um grande tanque conhecido por «*viveiro*» de peixes(uma artística fonte, coroada de brasão e a seguinte legenda:

«ESTA OBRA MANDOU FAZER
MARCOS AN.IO DA SILVA E COSTA»
ANNO D 1745

Das inquirições de 1220. «**De sancto Pelagio de Besteiros** *Morreu o abade; Paio Monge presbitero, Fernando Sarrazins, Moninho Moniz, Pedro Pais, Dom Vicente, Gonçalo Viegas, Estêvão Miguel, Pedro Peres, Dom André, Miguel Soares, Egas Godins, jurados disseram que o Rei nenhum Reguengo ai tem*».

BICO

Esta freguesia está situada em campina, na vertente para o Homem.

Orago, S. Vicente, mártir; foi antiga abadia da apresentação da mitra, e pertenceu também ao ababe uma parte dos frutos ou dizimos da vizinha freguesia de Sabariz, na margem direita do Homem, a qual constituiu o antigo couto do mesmo nome.

O dom abade de Rendufe era o donatário desta freguesia, que primitivamente se chamou *S. Vicente de Rendufe*.

E era, com efeito, a sua mais apropriada designação, porquanto a configuração topográfica, que o termo *Bico* denuncia, não lhe corresponde, mas à de Lago, que abrange todo o ângulo da confluência.

Estas mudanças obedecem a caprichos dos povos e dos tempos; ficou o chamar-se vulgarmente assim para se distinguir da próxima *S. Vicente da Ponte*, que também passou a designar-se vulgar e oficialmente pelo último termo, uma vez que os nomes dos padroeiros vieram a considerar-se pêso morto na denominação paroquial, se bem que geralmente insiste-se, e muito bem, em continuar a dar-se-lhes a preferência.

As confrontações de S. Vicente do Bico com Rendufe, cuja jurisdição religiosa e civil conheceu durante muitos séculos, estão devidamente delimitadas por marcos; mesmo assim, quando menos se espera, verificam-se acontecimentos comprovativos de que não se esquecem fàcilmente estas unidades multiseculares, a que os povos se acham ligados pela razão e pelo instinto; de que não perdem a noção do sítio onde têm ou tiveram a cabeça que os governou, e isto é um bom sintoma.

Em 1706 tinha 41 fogos; em 1875 davam-se-lhe 58

Igreja do Bico (S. Vicente)

por 232 habitantes; de momento acusa 94 fogos, com perto de 400 almas.

Está distribuida pelos seguintes lugares: *Castanheira, Malheira, Trigo, Covernas, Pedreira, Monte, Vila-Meã de Baixo, Vila-Meã de Cima, Couto, Bouça, Igreja, e Eirado.*

* * *

O recinto da igreja, ou adro, está vedado por muro de boa cantaria, com frisos, e de cada lado da frente duas cruzes ao alto, que, com outras dispersas, certamente dizem respeito à via-sacra.

A torre, com uma baixa cúpula de tejolo, tem forma atarracada e deselegante.

Sobre a porta principal está a imagem do padroeiro, de pedra pintada.

Em dois medalhões, à altura da verga da mesma porta, está gravado na pedra: «FOI REEDIFICADA SENDO ABB.e FRANCISCO SOARES DE NOVAES ANNO 1745».

Este abade desenvolveu larga actividade e subsistem abundantes provas através de documentos existentes no volumoso arquivo paroquial.

Criou a antiga confraria do Subsino, cujos estatutos elaborados por hábil calígrafo, ainda se conservam e têm a data de abertura, de 1 de Janeiro de 1770.

Presentemente tem apenas a confraria do S. S. e Almas, em conjunto, de erecção e com estatutos recentes.

Na frente da igreja prolonga-se um terreiro até junto do cruzeiro; tem às margens dois renques de velhas oliveiras.

Interiormente, os altares são de uma grande singeleza de estilo e arte.

O da capela-mór foi pintado e doirado recentemente; na tribuna estão as imagens do Coração de Jesus, S.a do Sameiro e S. José.

À parte do Evangelho, contíguo ao arco-cruzeiro e metido na parede, o de N.a S.a do Rosário; e mais abaixo, defronte da porta lateral, o do Senhor dos passos.

À parte da Epístola, a par do de N. S.a do Rosário fica o da S.a das Dores. Tem imagens muito antigas.

Não tem anteparo; a pia do baptismo é de forma circular, em duas pedras trabalhadas, de nervuras em alto relêvo, desde a base à taça.

A sacristia acompanha todo o lado poente da igreja, com várias dependências que dão serventia ao púlpito, ao côro e à torre.

Tem um lavabo de pedra bem lavrada, com carranca indiana munida de torneira metálica.

Esta freguesia é perfeitamente transitável através de bons caminhos que a ligam a estradas muito próximas.

A residência paroquial anda um tanto arruinada, mas tem um bom passal.

Tem vivido anexa a Rendufe, depois a Lago e agora a Fiscal, mas com descontentamento dos fregueses.

«**De Sancto Vincentio de Randufi** — Pedro Guterres abade, Pedro Soares, Egas Mendes, Gonçalo Peres, Pero Peres, Fernão Mendes, Pedro Peres, Paio Guterres, Estêvão Martins, Gonçalo Pais, Martim Pais, jurados disseram que nenhum reguengo aí possuia o Rei, porque estava no Couto de Rendufe.

Fr. Francisco de Sá de Miranda. Biblioteca

Pede-se desculpa de alguns erros por dificiência de impressão, que o leitor fàcilmente corrigirá.